Universidade de São Paulo (USP)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)

Programa de Pós Graduação em História Econômica

O Levante de 1932: Fatores econômicos e políticos.

Francisco Quartim de Moraes

2016

Universidade de São Paulo (USP)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Programa de Pós Graduação em História Econômica

O Levante de 1932: Fatores econômicos e políticos.

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas(FFLCH) da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre.

Francisco Quartim de Moraes
Orientador: Wilson do Nascimento Barbosa
2016

SUMÁRIO:

Resumo	05
Apresentação.	06
1º Capitulo: A Guerra paulista: Pretextos explícitos e motivos implícitos.	08
2º Capitulo: A ideologia do movimento.	46
3º Capitulo: A política econômica e o levante paulista de 1932.	87
Considerações Finais	119
Bibliografia	122

Aos meus pais.

RESUMO

Este trabalho se propõe a uma revisão crítica das possíveis motivações do levante de julho de 1932. Uma breve analise da historiografia sobre o movimento mostra, especialmente no Estado de São Paulo, o predomínio da versão constitucionalista do levante. Tentaremos mostrar as inconsistências (inclusive cronológicas) desta e de outras explicações tradicionais e depois buscaremos formular algumas hipóteses sobre a gênese e o desenvolvimento do levante de 1932.

ABSTRACT

This paper aims to critically review the possible motivations of the São Paulo´s uprising in July 9, 1932. A brief review of the history of the movement shows the prevalence of the constitutionalist version of the uprising. We try to show the inconsistencies (including chronological) of this and other traditional explanations and then seek to formulate some hypotheses about this uprising´s genesis and development.

APRESENTAÇÃO:

O ponto de partida do presente trabalho foi uma insatisfação intelectual perante a explicação predominante do levante de 9 de julho de 1932, em São Paulo, que o atribui, essencialmente, quando não inteiramente, à vontade de "reconstitucionalizar" o Brasil. Consagrada nos livros didáticos, nas teses acadêmicas, no vocabulário dos políticos e dos jornalistas, esta formula adquiriu, principalmente em São Paulo, mas também alhures, a densidade de uma verdade do senso comum, de um fato histórico estabelecido. Junto com a bandeira de um interventor "paulista e civil" a ideia, desenvolvida pelos próprios paulistas, de que a motivação do levante era a constitucionalização do país triunfou. Um breve exame cronológico mostra, porém a insuficiência destas duas explicações. Procuramos mostrar que essa versão é em boa medida ilusória e que as causas determinantes do movimento armado de 1932 são mais concretas.

Tentaremos inicialmente analisar o alcance e os limites das explicações tradicionais do levante através das bandeiras consagradas do movimento. Nesta análise da historiografia do movimento constatamos grande quantidade de erros cronológicos. Propusemo-nos então a fazer uma cronologia comentada do movimento de 1932. Focamos esta cronologia no período da interventoria de João Alberto, quando os posicionamentos do tenente interventor pernambucano causaram grave tensão com a oligarquia paulista, dando início ao processo de disputa entre São Paulo e o governo de Getúlio Vargas.

Em seguida, no que será o tema central do trabalho, traçaremos algumas hipóteses sobre a gênese do levante, através de dois eixos principais que, grosso modo, podem ser divididos entre as questões políticas e ideológicas e as questões econômicas. No primeiro eixo, discutido principalmente no segundo capitulo, dedicado à ideologia do movimento, analisaremos as disputas provocadas pela centralização do governo pós 1930, que pôs em questão a autonomia de São Paulo e aos demais Estados, tal como era garantida no federalismo da República Velha. A expressão mais radical destas disputas, exacerbadas pela rejeição paulista ao Governo Provisório foi o chamado separatismo. Traçaremos também de algumas das diferenças entre os governos da República Velha e a postura adotada pelo Governo Provisório em relação às questões

sociais, políticas e trabalhistas que podem ter contribuído para a formação do movimento bélico iniciado em nove de julho de 1932.

O objeto de estudo do terceiro e último capitulo são as questões econômicas, expressas através das políticas varguistas frente à crise de 1929 e da defesa do café, da política trabalhista do governo de João Alberto e de Getúlio Vargas, das questões fiscais e da intervenção estatal da União nas federações entre outros fatores. Nele discutimos algumas das medidas da política econômica que provocaram a hostilidade dos paulistas.

CAPÍTULO 1:

A GUERRA PAULISTA: PRETEXTOS EXPLÍCITOS E MOTIVOS IMPLÍCITOS.

> *"Dizem-se constitucionalistas. Mas isso é pretexto. Há mais de um mês nomeei a comissão para elaborar o anteprojeto da nova Constituição brasileira. O decreto foi publicado em todos os jornais. Já estão trabalhando. A Revolução de 1930 perderia seu significado sem ela. A razão deve ser outra".*
>
> Getúlio Vargas nove de julho de 1932 (GETÚLIO apud PEIXOTO,1960).

O levante militar iniciado em São Paulo no dia nove de julho de 1932 foi consagrado como "Revolução Constitucionalista". É o evento histórico mais celebrado na história do Estado, apesar da derrota paulista. Ficou para a historiografia a ideia de que São Paulo perdeu mas venceu. Afinal o desejo paulista de uma constituinte triunfou. A campanha de transformação do levante frustrado em vitória política, que segue até hoje, começou no dia seguinte à retirada e à oficialização da derrota. Em 3 de outubro de 1932, *O Estado de São Paulo* em seu editorial apontava os rumos:

> "a campanha que São Paulo empreendeu será, talvez, a de maior ressonância na história política do Brasil. (...) Dela datará um período novo da vida nacional. Que a ditadura não o compreenda, pode-se até certo ponto admitir, porque a ambição tolda os espíritos e deforma a realidade; mas que em outros pontos do Brasil haja quem incida no mesmo erro é coisa que deixará perplexo o historiador de amanhã. São Paulo não deve desanimar, o gigantesco esforço que fez não foi estéril. O que se encerrou ontem foi um inesperado e melancólico desfalecimento

de algumas tropas, não foi a luta pela redenção do Brasil." (O Estado de São Paulo, três de outubro de 1932).

O "inesperado e melancólico desfalecimento de algumas tropas" era pouco perto da "redenção do Brasil". São Paulo achava que tinha saído vitorioso de sua derrota militar. Em Minas Gerais os defensores do levante paulista pensavam de maneira semelhante como mostra o poema a seguir:

"Desarmados, não vencidos.
Os Paulistas aguerridos.
Estão, de novo, de pé.
Vão Vencer sem dar um tiro.
O valente Waldomiro[1].
Neste novo Itararé."
(Diário da Tarde de Minas Gerais nove de novembro de 1932)

O resultado desta campanha foi a consolidação da explicação tradicional do levante sintetizadas nas bandeiras da constitucionalização e de um interventor paulista e civil para o estado. Mas não deveria ser tão simples explicar como São Paulo- a mesma cidade que tinha aclamado massivamente Getúlio Vargas ao gritar, em 1930, "Queremos Vargas, Queremos Vargas", conformando o que seria a primeira versão do "queremismo"[2] (NOGUEIRA 1965, p. 405)- poderia, menos de dois anos depois, querer acabar militarmente com o governo de Vargas? Tentaremos identificar os fatores determinantes da dinâmica política que levou São Paulo a pegar em armas em 1932.

[1]Referencia a Waldomiro Lima, general do Governo Provisório responsável pela tomada da cidade paulista de Itararé (na fronteira com o Paraná). Consta que a rendição da cidade teria sido feita sem

[2] O queremismo, lembrado pela historiografia, ocorreu em 1945, quando parte dos brasileiros clamavam pela permanência de Getúlio na presidência do país. São poucos os que se lembram de relatos como o de Paulo Nogueira Filho remetendo à verdadeira origem do queremismo, na chegada de Vargas a São Paulo durante a campanha eleitoral para a eleição de 1930. Nogueira, testemunha ocular do episódio, resume assim: "Hoje, posso dizer com toda a segurança que nenhum dos cidadãos que assistiram àquele espetáculo poderá te-lo esquecido. No amplexo daquelas multidões em meio do frenesi coletivo, alguém bradou: 'Nós que-re-mos Ge-tú-lio'. A multidão, como nunca São Paulo vira igual, repetia: 'Nós queremos, nós queremos Getúlio!' (...) nada mais se ouvia e nem se ouviu a não ser 'Nós queremos Getúlio. ' O testemunho se mostra imparcial na medida em que o autor, como político do PD e paulista, participou ativamente do movimento de 1932, se opondo substancialmente em diversos momentos de sua vida a Vargas.

Se o objetivo maior da mobilização paulista contra o governo provisório fosse a Constituição, seria difícil entender porque, ao invés de levar em conta as concessões de Getúlio, a contestação foi se tornando cada vez mais radical. Já em 10 de fevereiro de 1931 um decreto instituiu uma comissão cuja função era estudar a legislação eleitoral brasileira. O resultado destes estudos foi o Decreto 20.076 de 24 de fevereiro de 1932 sancionando um novo Código Eleitoral. Este decreto ocorreu quatro meses antes do levante de 9 de julho. Também anterior ao levante foi o decreto de 14 de maio de 1932 que marcava para maio de 1933 a eleição constituinte e criava outra comissão para elaborar um anteprojeto de Constituição Federal. Essa cronologia, como fato que é, deveria ser bastante clara para os que produzem conteúdo sobre o tema. Mas a grande quantidade de erros e inversões sobre o tema provam que o assunto ainda não foi esclarecido.

Fatos invertidos, história mal contada.

Não é surpreendente a existência de disputas sobre a interpretação de um momento histórico tão significativo para o país, mas a recorrente inversão da ordem dos fatores e da concatenação dos fatos, de modo a adequar a realidade ao discurso paulista, deveria chamar mais atenção. Exporemos algumas destas inversões sem a pretensão de fazer um inventario completo dos erros sobre o tema. Simplesmente ressaltaremos alguns exemplos, recentes e notórios, de intelectuais consagrados em diferentes áreas do pensamento.

Em um artigo publicado em julho de 2012 (efeméride dos 80 anos do levante) na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, a autora, Ilka Stern Cohen, doutora em História Social pela USP, termina seu texto assim: "Sufocado o movimento, Getúlio Vargas marcou as eleições para a Constituinte para maio de 1933, num gesto de aproximação com os políticos de São Paulo. A convocação foi imediatamente assumida como uma vitória moral: 'Perdemos, mas vencemos' tornou-se a versão oficial do episódio." (STERN COHEN, 2012, p21; o grifo é nosso). A frase de Cohen contém um erro factual que serve para justificar a tese da motivação constitucionalista do movimento: Vargas marcou as eleições no dia 14 de maio de 1932, antes portanto da guerra começar e não depois de "Sufocado o movimento". Retificado o erro e adotando

a cronologia correta fica substancialmente mais difícil defender como exclusivamente constitucionalistas as motivações do levante.[3]

Os comunistas costumam ter uma posição mais critica em relação ao levante de 1932. Mas Moises Vinhas, militante histórico do Partido Comunista do Brasil desde 1930 afirma no livro *O Partidão*: "Em fins de 1932, esboça-se a legislação eleitoral que norteará as eleições de 1933 à Assembleia Constituinte" (VINHAS, 1982, p. 68) Como visto, a legislação eleitoral foi assinada por Vargas em 24 de fevereiro de 1932 e não no final de 1932.

De mesmo modo, Francisco Carlos Martinho no verbete "Estado Novo no Brasil" do *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*, afirma sobre o levante de 1932: "Derrotada militarmente, teve suas reinvindicações atendidas pelo governo(...)"(SILVA, MEDEIROS e VIANNA[orgs] 2000,p154). As reinvindicações dos paulistas foram atendidas antes do inicio da contenda, portanto, muito antes da derrota militar.

Um exemplo recente de inversão de fatos sobre o levante de 1932 está no livro de 2015 *Quem foi que inventou o Brasil?* que conta a história da República do Brasil através da música, escrito pelo renomado jornalista Franklin Martins: "Pelo menos até 1934, quando foram realizadas eleições para a assembleia constituinte e aprovada a nova Constituição, Vargas exerceu o poder de forma inteiramente discricionária – e somente se rendeu à necessidade de consultar as urnas depois de o Brasil ter passado por uma curta guerra civil, com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932." (MARTINS 2015, p 137 e 138). Como provam a quantidade de erros como este, é necessário repetir ainda muitas vezes que, desde que o Governo Provisório se estabeleceu no fim de 1930, ele demonstrou a intenção de realizar eleições, como defendia o programa da Aliança Liberal. Esta intenção foi confirmada muitas vezes, mas em especial na lei eleitoral e na marcação da data da constituinte. Ambas anteriores ao levante de 9 de julho. Mas Martins continua nas próximas linhas tentando justificar o constitucionalismo dos belicosos de 1932: "O movimento desencadeado por São Paulo, embora derrotado militarmente, acabou inviabilizando em termos políticos a pretensão de Vargas de comandar sozinho o país desde o palácio do Catete e o obrigou a estabelecer compromissos e acordos com muitas das forças políticas que controlavam os

[3]Acresce que, segundo a lógica da própria autora, as eleições de 1933 foram realizadas *apesar* do levante paulista, e não *por causa* dele.

principais estados." (MARTINS 2015, p 138). Salta aos olhos a contradição entre a derrota militar dos paulistas e sua capacidade de "obrigar" Vargas a estabelecer compromissos. Qual força teria São Paulo no pós 1932 para obrigar aquele que acabara de os derrotar militarmente? Na realidade os compromissos e acordos de Vargas, com as mais diversas forças políticas e em especial com os políticos paulistas, datam de antes do levante de 1932, mas não terminam com sua vitória militar. Vargas continuou cedendo e tentando se aproximar dos políticos paulistas mesmo depois de derrotado o levante, não por obrigação mas por convicção. Martins, com a sutileza de quem tem décadas de experiência em redação, acaba cometendo o mesmo erro crasso daqueles que simplesmente invertem a ordem dos fatos para adequá-los a suas ideias[4].

Como último exemplo de inversão citamos o qualificado trabalho do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Apesar de estar sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na biografia do próprio Getúlio Vargas, encontramos outra inversão dos fatores cujo propósito é justificar o constitucionalismo do movimento de 1932. Existem muitos motivos para criticar Getúlio mas é absolutamente falso dizer que ele não estava interessado no debate constituinte. É falso dizer que ele se negava a constitucionalizar o país ou mesmo que Vargas não iniciara o processo de constitucionalização, como argumenta o autor não identificado da biografia de Vargas: "O término do movimento paulista marcou o início do processo de constitucionalização. Em novembro de 1933, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela promulgação da nova Constituição e pela eleição de Getúlio Vargas como presidente da República, em julho de 1934."[5]

Não, o processo de constitucionalização do Brasil não começou após o termino do movimento paulista. Ele começou antes, começou com os debates sobre a constituinte. Começou na marcação da lei eleitoral, nas dezenas de comissões e subcomissões que desenvolveram o projeto desta lei. Nas idas e vindas de projetos entre comissões e o governo provisório. No decreto da lei eleitoral. A constitucionalização começou também nos pedidos de diversos grupos (incluindo os políticos paulistas), pedidos esses que foram diversas vezes atendidos por Getúlio Vargas e pelo Governo Provisório. Seu inicio esteve também no decreto que marcava a data da constituinte, no

[4]No trecho que debate a questão de um interventor paulista e civil veremos outra inversão de Franklin Martins presente no mesmo livro.

[5] Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/getulio_vargas

estudo e formulação de um projeto para esta constituinte. Enfim, a constitucionalização do país seguramente não tem seu inicio marcado após o termino do levante militar de São Paulo. Se isto não está claro nem para os pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas podemos ver o quão grave é a solidificação como fato de uma inversão grosseira da realidade.

Existe ainda uma série de trabalhos que não caem no erro de inverter a ordem dos fatos estabelecidos. Mas, simplesmente, não mencionam a marcação da lei eleitoral, da data da constituinte ou de qualquer outro elemento que favorecesse uma compreensão mais ampla do movimento. Estas omissões tem o claro objetivo de justificar como constitucionalista o movimento paulista de 1932. Um exemplo deste tipo de trabalho é o verbete "Revolução Constitucionalista" no Dicionário de Historia de São Paulo publicado pelo Governo do mesmo Estado. (AMARAL 1980, p 391)

Temos certeza que se continuássemos a pesquisar encontraríamos cada vez mais exemplos de inversões dos fatos no tema mas também acreditamos que o rol dos exemplos citados já demonstra suficientemente a amplitude da deturpação histórica.

Não se trata de diminuir o valor da contribuição dos autores e trabalhos citados. O que nos interessa assinalar é a força da ideia de que 1932 foi uma "Revolução Constitucionalista" e como ela se propagou. Interessa-nos estabelecer a ordem correta dos fatos, condição indispensável à reconstrução historiograficamente objetiva do levante paulista de 1932.

Essa ideia não aparece só entre aqueles que defendem abertamente o movimento; também erram os que buscam analisar o levante de maneira crítica. Eles provam que a propaganda do discurso paulista e a consagração histórica do termo "Revolução Constitucionalista" foram tão bem sucedidas que alteraram os fatos na cabeça de pesquisadores dos mais diferentes matizes políticos.

Todos estão sujeitos a erros, e seguramente não estamos isentos de cometê-los, mas este erro recorrente e cujo resultado altera toda a interpretação do movimento não pode ser considerado o simples fruto de uma distração. Ou os pesquisadores repetem ideias e cronologias alheias sem o mínimo espirito crítico e sem consultar qualquer livro de história do Brasil minimamente sério, ou se está, maliciosamente, alterando a ordem dos fatores para provar que o movimento de nove de julho era motivado substancialmente pela vontade democrática de uma constituição.

De qualquer modo, a inversão constante dos nexos históricos entre antecedentes e consequentes no chamado "Caso Paulista", fruto de uma campanha iniciada logo após a derrota militar de São Paulo e que reverbera até o presente, precisa urgentemente ser revista. Já se passaram oitenta e três anos do levante militar de nove de julho de 1932 e continuamos incapazes de acertar a ordem em que os fatos ocorreram.

Explicitar as contradições entre a concatenação correta dos fatos e as motivações atribuídas ao levante militar de 1932 não significa negar completamente a motivação constitucionalista. Claro está que muitos dos paulistas que lutaram no conflito o faziam por acreditar sinceramente na necessidade de uma constituinte, seguramente influenciados pela massiva campanha de convencimento assim como por fatos concretos.

Para além desses erros factuais, impossíveis de serem defendidos, poder-se-ia argumentar que Getúlio marcara a data, começara a elaborar o anteprojeto de constituição e promulgara a lei eleitoral sem intenção de que elas virassem realidade, simplesmente para apaziguar a revolta paulista ou ainda, que sem o levante armado esses dispositivos legais não teriam saído do papel. Essa hipótese nunca poderá ser confirmada, afinal, o levante ocorreu antes da data marcada para a constituinte[6]. O que podemos ponderar, no entanto, é que se Vargas pensasse em adiar "sine die" a promulgação da constituição que ele mesmo havia marcado[7], o melhor momento para fazê-lo seria depois da derrota militar dos paulistas. Quando estes e todos os outros revoltosos em armas tinham sido derrotados, presos e exilados. Vargas, ao contrário, manteve a Constituinte e anistiou rapidamente os exilados envolvidos no processo, permitindo inclusive que eles participassem da constituinte de 1933/34 que o elegeu indiretamente para a presidência do País. O líder revolucionário de 1930 provou na prática sua intenção de constitucionalizar o país. Após a decretação da lei eleitoral por

---

[6] Dado o fato de que uma simples cronologia do levante nega o caráter essencialmente constitucionalista do levante de 1932 não adotaremos a expressão "Revolução Constitucionalista" consagrada pelos próprios articuladores do levante. Ao mesmo tempo ressaltamos a impressionante quantidade de nomes para designar um movimento que durou menos de três meses. Alguns dos nomes utilizados foram "Nossa Guerra", "A Revolução Paulista" e até apelidos mais audazes como "Palmares pelo avesso". Nós utilizaremos indistintamente alguns termos como: levante paulista, levante de 1932ou movimento de 1932. Outros termos como guerra paulista, caso de São Paulo, guerra civil, etc. aparecem no texto ocasionalmente.

[7] Uma das promessas da Revolução de 1930 era a promulgação de um código eleitoral e a convocação de uma constituinte. Já na lei eleitoral de fevereiro de 1932 foi garantido o voto para maiores de 18 anos, introduziu-se o voto feminino assim como a criação da Justiça Eleitoral e do voto secreto (continuavam impedidos de votar os analfabetos e os mendigos).

Getúlio Vargas, alguns dos propagandistas do levante de 1932 começaram a falar em "constitucionalização rápida", essa mudança semântica aliada à falta de informações da população em São Paulo sobre as atividades do Governo Provisório serviam para manter a bandeira da "constitucionalização" como motivação para o levante armado. Dada a surpreendente dificuldade em se estabelecer a concatenação correta dos fatos, que envolvem o levante de nove de julho, faremos uma revisão histórica sintética dos antecedentes deste levante.

O debate sobre as prioridades do Governo Provisório.

"Até aqui o povo obedecia ao govêrno; agora, é o govêrno que obedece o povo[8]*"*

Oswaldo Aranha *in Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1930.

A disputa entre os diferentes grupos políticos unidos em torno do programa da Revolução de 1930 começou a despontar logo após o sucesso revolucionário de outubro daquele ano. Os pedidos de constitucionalização do país não eram monopólio paulista, mesmo dentro do governo provisório alguns dos mais importantes políticos advogavam pelo restabelecimento rápido da normalidade política. Notadamente, os políticos do governo provisório que se opunham aos tenentes[9] defendiam este ponto de vista, em franca contradição com os que desejavam o prolongamento do estado de exceção. Sob a disputa entre os que desejavam a rápida constitucionalização e os que desejavam prolongar o governo revolucionário se mascarava uma intensa disputa política entre grupos que só tinham se unido em torno do objetivo comum de derrubar a chamada Republica Velha.

Para analisar com maior precisão as bandeiras desses grupos recuaremos até o final do ano de 1930 e faremos uma breve contextualização dos conflitos entre o governo provisório e a oligarquia paulista que desaguaram no levante armado de nove de julho de 1932. Dada a quantidade de erros cronológicos e o grande número de

[8] Onde não se comprometer a compreensão optaremos por manter a grafia original das citações.

[9] Para compreender o tenentismo ver, entre outros títulos, o segundo volume de: A Esquerda Militar no Brasil, de João Quartim de Moraes (MORAES 1994). Utilizaremos os termos tenente ou tenentismo como referencia ao movimento político dos suboficiais do exército que marcaram a década de 20 no Brasil. O termo não faz referencia direta à patente militar mas sim à corrente política. Deste modo o Coronel João Alberto será normalmente referido como tenente.

acontecimentos importantes em um curto espaço de tempo, tentaremos manter a ordem dos fatos, narrados em consonância com a ordem em que eles ocorreram. Onde a narrativa obriga o ir e vir no tempo, explicitaremos sempre as datas tendo em vista os constantes erros nas ordens dos fatos presentes na historiografia. Vários desses fatos apresentados sinteticamente aqui serão analisados com maior rigor ao longo do trabalho, mas entendemos a necessidade de pôr em ordem, mesmo que sucintamente, a cronologia correta dos acontecimentos tão escamoteada na compreensão geral do movimento.

No dia 7 de outubro de 1930, Getúlio Vargas, que gostava de não se comprometer até o último instante possível, fez uma promessa que não cumpriu. As consequências desta promessa reverberariam durante a campanha do levante de 1932. Vargas prometera para seu amigo, Joao Neves da Fontoura[10], que se ele assumisse o governo do Brasil, deixaria Neves (que era o vice-presidente do Estado) como presidente do Rio Grande do Sul. Menos de um mês depois, Vargas nomearia Oswaldo Aranha, do mesmo grupo de políticos gaúchos, para o cargo. João Neves nunca perdoaria o amigo, passando a se afastar gradualmente do governo provisório até que, no dia 28 de novembro, renunciava à vice presidência do Rio Grande do Sul. É Neves, ativo participante do movimento de 1932, quem vai ser um dos principais responsáveis pela aliança entre a Frente Única do Rio Grande do Sul[11] a Frente Única de São Paulo e a Frente Única de Minas Gerais.

O Partido Libertador (PL)[12] imediatamente rasgou-se em elogios a João Neves da Fontoura e lastimou profundamente a renuncia daquele que o partido considerava o candidato correto para a presidência do Estado. O Rio Grande do Sul se encontrava ainda em clima de belicosidade pela sucessão presidencial. São reportados, naquele momento, logo após o sucesso da Revolução de outubro, cerca de 6 municípios em pé de guerra pela sucessão. A própria sede do governo em Porto Alegre estava armada de metralhadoras e preparada para um possível conflito.

---

[10] João Neves da Fontoura era filho de família tradicional na política do Rio Grande do Sul. Morador de São Borja, cidade de Getúlio Vargas, João Neves foi um dos membros do grupo de políticos gaúchos alçados ao poder na Revolução de 1930.

[11] Também chamada de Frente Única Rio Grandense ou Frente Única Gaúcha.

[12] Um dos partidos tradicionais do Rio Grande do Sul, o PL tinha como figuras mais notórias Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla. Fazia oposição ao Partido Republicano do Rio Grande (P.R.R,), partido de Getúlio Vargas. Em 12 de novembro de 1930 P.L. e P.R.R formam a Frente Única Gaúcha.

Em São Paulo, a composição do novo governo pós revolução também causou problemas. A morte precoce de Siqueira Campos[13] em um acidente de avião, no dia 5 de maio de 1930, privou a Revolução de seu líder natural em São Paulo. Siqueira Campos era paulista, com longo histórico de apoio à revolução e ao movimento tenentista e gozava de boa reputação entre os membros do Partido Democrático (PD). Qualidades que tornavam o tenente o dirigente perfeito, para aquele momento, em São Paulo. O historiador Hélio Silva data o início das disputas de sucessão em São Paulo e do chamado "Caso de São Paulo" na sequência da morte de Siqueira Campos: "Quando o avião da *Latecoere* caiu sôbre as aguas uruguaias e Siqueira Campos desapareceu, começou o *caso de São Paulo."* (SILVA 1967, p 85).

Quando a Revolução de 1930 se mostrou vitoriosa, uma "Junta Governativa" assumiu no Rio de Janeiro o poder federal, acelerando a inevitável deposição de Washington Luiz. O principal integrante dessa Junta era o general Tasso Fragoso que, imediatamente, instou Francisco Morato, presidente do PD, a assumir o governo de São Paulo. Mas Morato, respondeu só assumiria o governo com a autorização de Vargas. Quem assumiu então o governo em São Paulo foi o general Hastínfilio de Moura, comandante da 2ª Região Militar, cuja atitude inicial foi de organizar o primeiro secretariado revolucionário do Estado. A junta militar, apesar de ter primeiro indicado Francisco Morato para o governo em São Paulo, havia determinado que, em todas as localidades, a mais alta autoridade militar deveria assumir o poder. Mas logo, Gois Monteiro, chefe militar da revolução de 1930[14], junto com Oswaldo Aranha (então presidente do Rio Grande do Sul e aliado próximo de Vargas) e Lindolfo Collor (outro político gaúcho próximo ao líder do Governo Provisório) se dirigiram ao Rio de Janeiro. Os três tinham um só assunto para tratar com a Junta Militar: a entrega imediata do poder a Vargas, chefe incontestável da revolução já vitoriosa. O dia 24 de outubro de 1930 foi o marco do fim da Republica Velha.

Nos dias seguintes, reuniões entre os emissários de Vargas e o secretariado paulista decidiram afinal, após a recusa de Morato, mas a aceitação dos demais membros do secretariado, que São Paulo não teria governador. O secretariado formado

---

[13]Expoente do tenentismo, Antônio Siqueira Campos fora um dos 18 participantes da heróica marcha ocorrida em 5 de julho de 1922, defronte ao Forte de Copacabana, do qual foi um dos poucos sobreviventes. Foi homenageado em São Paulo dando nome ao "parque do Trianon" cujo nome oficial é parque Tenente Siqueira Campos.

[14] O cargo havia sido oferecido a Luís Carlos Prestes que recusara o convite.

por civis paulistas (membros do PD), junto com o Delegado Militar da Revolução, João Alberto Lins de Barros[15], seriam os responsáveis pelo governo do Estado durante o período transitório.

No dia 28 de outubro de 1930 Vargas chegava em São Paulo aclamado mais uma vez pela população paulista que tão bem o recebera na campanha eleitoral quando fora criado o grito de "Queremos Vargas". Aureliano Leite[16], cujo depoimento ganha em veracidade ao lembrar que ele foi combatente paulista no levante armado de 1932, tendo sido depois exilado por Getúlio Vargas, assim descreveu a acolhida do povo paulista:

> Não saberia pintar o entusiasmo das duas centenas de mil semblantes que o saúdam desde a gare aos Campos Eliseos. Organizei o policiamento da estação. Tentei, com meus inspetores e milhares de ajudantes guarda-lo do atropêlo. Impossível. Quase morre esmagado. Apavorou-me o pensamento de que matassem o triunfador. (LEITE 1931, p 168 e 169).

Ao chegar, Getúlio Vargas marcou nova reunião com Francisco Morato, que ainda reivindicava o governo do Estado para si e para o Partido Democrático, relutando em aceitar a fórmula de um secretariado formado de paulistas e civis junto com a presença do Delegado Militar da Revolução. Mas seus apelos não frutificaram. No dia 31 de outubro de 1930, Vargas anunciou publicamente a formação do Governo Provisório de São Paulo. Segundo manifesto assinado por toda a direção do PD, incluindo Francisco Morato e divulgado nos dias seguintes, o secretariado fora "organizado pelo eminente chefe, presidente Getúlio Vargas, a inteiro contento nosso e com nossa colaboração" (NOGUEIRA FILHO, 1965, p 585), este manifesto foi.

João Alberto defendera publicamente, no dia 28 de outubro de 1930, a divisão das fazendas recebidas pelo Banco do Brasil como pagamento das dívidas. Medida que como é de se imaginar não fora bem aceita pelos cafeeiros paulistas, lembrando que eram muitos os endividados nesta situação de grave crise econômica iniciada no crash

---

[15] João Alberto era um pernambucano que comandara o segundo destacamento da Coluna Prestes, sobrevivera ao mesmo acidente aéreo que matara Siqueira Campos e fora um dos principais articuladores militares da Revolução de 1930. Posteriormente Chefe Militar da Revolução em São Paulo e depois Interventor no Estado. Como veremos é um dos personagens mais importantes para entender o levante militar de 1932. Figura que seguramente merece um estudo biográfico mais aprofundado do que o que poderemos oferecer.

[16] Historiador e revolucionário paulista. Participou dos movimentos de 1924, 1930 e 1932.

da bolsa de Nova York em 1929. Os paulistas, que mal haviam aceitado a Revolução de 1930 e a presença de João Alberto como delegado militar, começam a se opor à Aliança Liberal e aos tenentes. Mesmo os jovens políticos do P.D, maiores apoiadores da Revolução de 1930 em São Paulo, começaram a rever sua posição de apoio a João Alberto[17].

Pouco tempo depois, no dia 7 de novembro de 1930, o chefe de policia Vicente Rao reprimiu duramente um comício comunista em São Paulo. O detalhe é que o comício havia sido permitido pelo delegado militar da Revolução, à revelia dos outros membros do secretariado paulista e do próprio chefe de polícia. Além de permitir a realização do comício, João Alberto permitiu a legalização do PCB no Estado de São Paulo, a existência de uma sede legal e a divulgação de suas publicações. Estava escancarada a disputa entre Alberto e Rao.

Cinco dias mais tarde, João Alberto lançava um manifesto colocando a base estrutural de uma futura organização denominada Legião Revolucionaria. Quando dizemos que o Delegado lançou o manifesto, isso deve ser entendido literalmente: ele veio a público em São Paulo lançado por aviões. O primeiro impacto deste manifesto foi um susto generalizado nos políticos paulistas.

De outro lado é menos lembrado que em Minas Gerais também foi fundada uma organização similar, mas com uma ideologia oposta. A "Legião Mineira" criada por Francisco Campos e Gustavo Capanema, adotava, em consonância com sua posição política, as camisas marrons, no estilo das que vestiam os seguidores de Hitler (SILVA 1966, p 74). Não era coincidência dada a notória identificação dos dois fundadores da "Legião Mineira" com o facismo e o nazismo. Conta-se que o Presidente do Estado de Minas Gerais, Olegário Maciel,[18]assistiu ao desfile de lançamento da Legião Mineira da sacada do Palácio da Liberdade, sede do governo de M.G, vestido com a mesma camisa parda da Legião Mineira e dos soldados de Hitler (SILVA 1966, p 75).

---

[17]Dedicaremos adiante, sem pretensão de extinguir o tema, algumas páginas desta pesquisa a explicar a contenda entre paulistas e João Alberto, em especial o tópico "A oligarquia paulista perante a revolução social e a centralização política, o caso João Alberto." Discutiremos ali a relação entre São Paulo e o tenente pernambucano que a nosso ver, sintetiza várias das disputas escamoteadas no conflito e que precedem ou coexistem com a disputa entre movimento constituinte e governo provisório.

[18] Por ter sido o único Presidente de Estado que permaneceu após a Revolução da Aliança Liberal, Olegário Maciel foi o único a manter o titulo de Presidente do Estado, enquanto na maioria dos outros Estados foram nomeados interventores.

Mas a organização fascista correspondente à Legião Revolucionária pouco incomodava a oligarquia paulista. O que a preocupava era que, justamente num momento de grave crise econômica e de transformações políticas, o chefe militar no Estado, indicado pelo líder da Revolução de 1930, tomava uma série de medidas sociais das mais radicais vistas no país.

No dia 12 de novembro de 1930, foi decretado o fechamento do Congresso nacional e o estabelecimento do Governo Provisório[19]. Ao mesmo tempo João Alberto, junto com alguns dos membros mais progressistas do P.D, lançava uma comissão para resolver a questão operária, cujo primeiro trabalho foi a publicação de um "Manifesto ao Operariado em Geral" que continha quatro pontos sempre relacionados às condições sociais dos trabalhadores:

> 1.ª) Que o trabalho tenha um tratamento humano, não sendo mais considerado como mercadoria ou gênero de comercio. 2.ª) Que o salário deve consistir na justa remuneração conveniente de vida ao operário (salario mínimo), promovendo-se a adoção da participação do operariado nos lucros da indústria. 3.ª) Que o salário da mulher e da criança venha a ser igual ao do homem empregado em trabalhos idênticos, de forma a diminuir a afluência da mulher e suprimir a da criança às oficinas ou fábricas. 4.ª) Que se estabeleça um sistema de assistência moral e material ao trabalhador, principalmente, no sentido de assegurar-lhe habitação condigna, aposentadoria e montepio à família.(NOGUEIRA FILHO 1965, p 598).

João Alberto em São Paulo

Diante das disputas em torno da atuação do Delegado Militar e das pressões da oligarquia contrarias às medidas sociais, começou uma campanha, dirigida especialmente por João Alberto, Miguel Costa e Oswaldo Aranha para que Getúlio Vargas nomeasse o pernambucano[20] interventor em São Paulo. Essa campanha estava

[19]O próprio nome "Governo Provisório" remetia ao caráter temporário de um governo formado em um estado de exceção revolucionário.

[20] "O Pernambucano" foi um dos apelidos utilizados pelos paulistas para descrever João Alberto; recebeu outros apelidos, notadamente "Plebeu" e "O Forasteiro". Pode se perceber que os apelidos tinham tom pejorativo e xenofóbico.

na contramão da convicção dos paulistas de que se o tenente indicado por Vargas se tornasse interventor seria consumada uma "ditadura militar de caráter comunista".

Para o desespero dos que a ele se opunham , no dia 24 de novembro de 1930, João Alberto desembarcou em São Paulo vindo do Distrito Federal com sua nomeação para o cargo de interventor. Sua primeira atitude foi convocar uma reunião com o secretariado paulista. Surpreendido, o secretariado num primeiro momento anunciou sua demissão coletiva, mas depois de muitas negociações envolvendo João Alberto, Getúlio Vargas, José Maria Whitaker e o secretariado paulista todos aceitaram a nomeação do interventor. Com uma exigência, que fosse assinada uma ata lavrada[21] contendo nove pontos imperativos para que o tenente pernambucano assumisse o cargo. Entre estes pontos estava a exigência que toda a legislação social e trabalhista fosse organizada pelo governo provisório e não pelo interventor de São Paulo e que João Alberto declarasse publicamente sua aversão ao comunismo. Estes pontos demonstram que neste contexto o principal inimigo de São Paulo é João Alberto e sua atuação política de caráter social e não o governo provisório.

No dia 26 de novembro João Alberto escreve para Getúlio Vargas declarando que havia assumido a interventoria de São Paulo. Dois dias depois, João Neves da Fontoura renuncia ao cargo de Vice Presidente do Rio Grande do Sul. Alguns políticos paulistas, através de José Maria Whitaker[22] enxergam a possibilidade de pressionar o governo provisório a nomear João Neves ou Assis Brasil[23] para o cargo em São Paulo. Os nomes de Neves da Fontoura e de Assis Brasil não eram os únicos que agradavam aqueles que se opunham ao tenente João Alberto. O cenário ideal para o P.D, por exemplo, era ter um de seus membros no cargo, mas os dois políticos gaúchos eram duas alternativas mais viáveis para o cargo, pois garantiriam com sua presença uma política bastante distinta da operada pelo interventor pernambucano. A indicação de Assis Brasil ou de João Neves para o cargo de interventor em São Paulo é curiosa pois demonstra que a origem do interventor importava menos que sua posição política. Nem Assis Brasil e nem João Neves eram paulistas, mas suas posições de apoio a parte da oligarquia de São Paulo faziam deles candidatos com apoio dos "bons paulistas" para o

[21] Estudaremos adiante um pouco mais a fundo esta ata e as exigências do secretariado paulista ao interventor no Capitulo: Pela Ordem e contra o comunismo: a esquerda no levante de 1932.
[22] Político paulista e ministro da fazenda do Governo Provisório.
[23] Político gaúcho fundador do Partido Liberal.

cargo de interventor no estado. A ideia de "Bons e maus paulistas" será discutida no tópico do trabalho dedicado à ideologia do movimento de 1932.

Menos de dez dias depois de João Alberto assumir o cargo de interventor, mais precisamente no dia 4 de dezembro de 1930, as disputas entre Vicente Rao (chefe de policia) e o interventor culminaram com a demissão coletiva do secretariado paulista em apoio a Vicente Rao. No dia seguinte, no que pode parecer uma manobra política, o secretariado paulista que continha apenas civis paulistas ligados ao PD foi refeito com a participação de políticos do Partido Republicano Paulista, antigos opositores do PD. Essa reformulação marcou uma aproximação de velhos inimigos em torno de um objetivo comum: tirar João Alberto da interventoria de São Paulo.

Este, porém não se intimidou com a pressão e com os ataques, tampouco com o apoio que recebia o PD dos carcomidos (expressão utilizada na época para descrever os representantes da política da Republica Velha, em São Paulo se identificava especialmente o P.R.P[24] com esta terminologia). Deu sua resposta no dia 9 de dezembro ao demitir e depois prender Vicente Rao, O "caso de São Paulo" havia apenas começado.

As mudanças no Estado brasileiro estimuladas pelo governo provisório aconteciam em todos os setores da sociedade. No dia 6 de dezembro de 1930 por exemplo, poucos dias depois de vitoriosa a revolução e num processo de reformulação de todo sistema judiciário e legislativo brasileiro, instalava-se, por decreto de Getúlio Vargas, uma comissão legislativa incumbida de rever os projetos de reforma legislativa e da organização do judiciário. Estavam também encarregados de discutir mudanças como a criação de ministérios, a extinção de outros, a criação da Organização dos Advogados do Brasil, a doutrina de respeito ao Supremo Tribunal Federal, a unificação do Direito Processual, a revisão do quadro da magistratura etc. Em declaração dada no final de 1930, Oswaldo Aranha fala da regulação do Conselho Consultivo, dos novos arranjos para o orçamento do Estado e trata da lei eleitoral, anunciando o projeto da nova Constituição (SILVA 1967 p 82). Para tanto os membros participantes não receberiam um centavo a mais e suas deliberações entrariam em vigor depois do congresso constituinte (SILVA 1967, p 371). Esta comissão era uma clara demonstração

[24] Partido Republicano Paulista, partido paulista hegemônico durante a república velha. Para maiores informações sobre a gênese e desenvolvimento dos partidos paulistas consultar a obra de Renato Monseff Perissinotto: estado e capital cafeeiro em São Paulo(1880-1930) onde se encontra um bom resumo da historiografia do tema junto com os aportes do autor.

pública e oficial da vontade de alguns dos revolucionários de constitucionalizar o país. Não era só na esfera jurídica que se transformava o país; no Exército, para citar mais um exemplo, muita coisa mudava. Em dezembro de 1930 se criava a Inspetoria Geral do Exército, logo depois se reformulava estruturalmente os ministérios militares. Foi feita uma tentativa de remodelação do ensino militar e, em 8 de abril de 1931, foi apresentado o projeto de criação do Corpo de Aviação Naval e começou a se debater a criação do Ministério da Defesa Nacional. Estas medidas de reforma do exército são só algumas das apresentadas pelo General Menna Barreto[25] (BARRETO 1950, p 429, 430,431.) entre 1930 e 1931 e as listamos simplesmente como pequena demonstração do momento de efervescência e transformações em todas as estruturas de poder do país.

No dia 16 de janeiro, o PD lança um manifesto ao povo paulista, no qual, sempre em termos bastante amigáveis, demonstra sua vontade de constitucionalizar o país, embora admitisse que a manutenção do estado de exceção através da ditadura[26] se fazia necessária:

> É no sopro de uma política larga e generosa, intensa e infatigável, desannuviada de ambições pessoaes, rivalidades e cuidados do partidarismo estéril que havemos de attingir o escopo supremo de nossas aspirações e interromper o hiato dictatorial em que a necessidade nos conserva. (Estado de São Paulo dia 17 de janeiro de 1931 p.3)

A linguagem amistosa, que não condiz com as brigas entre João Alberto e PD, mudou nos meses seguintes para um discurso cada vez mais radicalizado.

No dia 25 de janeiro de 1931, aniversário de fundação da cidade de São Paulo, ocorreu o primeiro grande comício paulista. Ainda não estavam claras as bandeiras de um interventor paulista e civil ou da constitucionalização do país. Ainda que estes sejam argumentos que volta e meia aparecessem nos discursos e cartas dos políticos paulistas. A indignação é sobretudo dirigida aos tenentes, e em especifico aos tenentes que agiam diretamente em São Paulo, João Alberto e Miguel Costa. Sem que essa disputa contaminasse diretamente o Governo Provisório, existia uma tendência a separar os tenentes do resto dos participantes da Aliança Liberal.

---

[25] Militar de longa tradição na repressão aos movimentos tenentistas. Foi, junto com Tasso Fragoso e Isaias de Noronha, um dos 3 chefes da Junta Militar que havia deposto Washington Luiz. Em 1931, por alguns meses, foi interventor no Distrito Federal.

[26] Importante reforçar que os termos ditadura e ditador tinham no contexto um significado distinto do utilizado hoje em dia. Os termos não eram pejorativos por si só.

Neste mesmo dia uma grande concentração operária no Rio de Janeiro em apoio ao Governo Provisório dirigiu-se da Praça da Republica ao palácio do Catete, onde o recém empossado Lindolfo Collor no recém criado Ministério do Trabalho discursou para a massa junto com Getúlio Vargas.

A tendência a confiar no governo provisório ao mesmo tempo em que se desconfiava da atuação dos tenentes em São Paulo foi expressa mais claramente no VII congresso do Partido Democrático, realizado no dia dois de fevereiro de 1931. Enquanto as moções oficiais manifestavam apoio ao Governo Provisório em geral e ao Governo Revolucionário do Coronel João Alberto em especifico, o plenário se encontrava em um mal estar generalizado pelo apoio ao interventor pernambucano (SILVA 1966 p 145).

O dia vinte e quatro de fevereiro de 1931 marca a data da fundação da Liga Pró-Constituinte. A data não fora escolhida por acaso, foi no dia 24 de fevereiro de 1891 que se promulgou a constituição da Republica Velha. A escolha desta data reflete o caráter reacionário do movimento manifestado no desejo de retorno a constituição de 1891. Não se buscava uma nova constituição ou simplesmente o termino do estado de exceção, mas sim o retorno à antiga ordem suprimida pela Revolução de outubro 1930.

A organização da Liga sinaliza para a criação da Frente Única Paulista, que ocorreria meses depois, pois membros do PD e membros do PRP agora tinham uma agenda em comum e trabalhavam em conjunto para realizar o projeto de extirpar João Alberto da vida publica paulista e de pôr fim ao estado de exceção do Governo Provisório. Desde a reorganização do secretariado paulista ocorrida no dia 5 de dezembro de 1930, sinalizava-se uma nova relação entre os partidos que haviam disputado o poder em São Paulo até a Revolução de outubro. Foi neste mesmo dia, na larga marcha realizada para comemorar a constituição de 1891, que aparece publicamente um movimento de massa pró constituinte. Talvez neste dia tenha marchado, pela primeira vez, o exército do nove de julho.

Francisco Morato, representando o Partido Democrático, escreve no dia dez de março de 1931 uma carta para Vargas onde ele declara apoio incondicional à Revolução e ao Governo Provisório mas anuncia o desejo do PD de romper com João Alberto.

As desavenças seguiram até o próximo episódio marcante, ocorrido no dia sete de abril de 1931, quando a policia invadiu a sede do Partido Democrático e prendeu novamente Vicente Rao, que fora chefe de polícia de São Paulo e era professor da

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Consta que João Alberto teria exonerado os oficiais que realizaram a prisão por causa de excessos cometidos. De fato a prisão não durou mais que algumas horas e Rao foi liberado. Mas o PD não aceitou a prisão e imediatamente manifestou seu rompimento com o "governo provisório que a Revolução coloccou em São Paulo" (*Estado de São Paulo*, 8 de abril de 1931).

Prefeitos de várias cidades de São Paulo, delegados, oficiais de todos os tipos, em sua maioria ligados ao PD, pediram exoneração de seus cargos em solidariedade ao Partido Democrático. No Rio Grande do Sul, a assim apelidada pelos jornais, Frente Única Rio Grandense (união política entre Partido Libertador e Partido Republicano Rio-Grandense) que oficialmente ainda não existia, mas que já atuava, manifestou também sua solidariedade com o PD. De uma conferencia realizada em Pelotas, saiu uma resolução publicada no dia nove de abril de 1931, em que a Frente Única Rio Grandense manifestava total apoio ao PD, ao mesmo tempo em que relativizava as criticas do partido ao tenente João Alberto. Também afirmava que o Rio Grande considerava indispensável à convocação imediata de uma constituinte.

A maioria dos estudantes do Largo de São Francisco compunha o grupo dos mais exaltados defensores da "honra paulista". Não era à toa que Vicente Rao e Ibrahim Nobre eram professores da instituição, nem que um busto em bronze de Nobre permaneça até hoje exposto na faculdade. Oswaldo Aranha, político que estava longe de ser um dos mais radicais revolucionários de outubro, declarou publicamente que a Faculdade de Direito era o "cancro de São Paulo". Em resposta os estudantes atacaram o jornal *O Homem do Povo* publicado por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu). O jornal não se identificava diretamente com o Governo Provisório ou com Oswaldo Aranha, mas sim com o movimento comunista internacional e com o marxismo. A publicação teve seu último exemplar em abril de 1931, o ataque teve sucesso em pôr fim ao o semanário destas duas figuras tão marcantes na história brasileira. A disputa até então marcada por embates de pressão política ganhava cores de combate de rua.

João Alberto junto com outros membros do Governo Provisório de um lado e o Partido Democrático e aliados de outro, continuaram a se alfinetar através de manifestos e declarações ao longo de todo mês de Abril. Até que no dia vinte e oito de abril, irrompeu um motim na Força Publica Paulista. O que começou com uma série de boatos foi tomando forma com o fechamento das escolas publicas e particulares e com o centro

de São Paulo se enchendo de curiosos, os comércios fecharam com a chegada de soldados que provavam que os boatos tinham alguma correspondência na realidade.

No sexto batalhão da Força Pública, assim como no Corpo Escola, oficiais ligados ao Governo Provisório foram presos. No sexto batalhão foram construídas barricadas improvisadas com sacos de areia e até um caminhão do Exército foi virado.

A resposta do Governo Provisório foi rápida, deixando de prontidão todos os batalhões disponíveis e que não haviam sido dominados pelos sediciosos. Sem perspectiva de vitória e sem vontade de morrer em um conflito vão, os rebeldes se entregaram sendo presos os responsáveis pelo movimento que puderam ser encontrados. Uma das consequências do motim da Força Publica foi a retirada de Isidoro Dias Lopes do comando da 2ª Região Militar, substituído pelo General Góis Monteiro. Poucos dias depois Vargas fazia um inflamado discurso na instalação da Comissão Legislativa, reforçando a possibilidade de transformação da legislação vigente (Estado de São Paulo 05/05/1931).

Os meses de maio e junho foram aparentemente mais tranquilos. Destacam-se as correspondências entre políticos do Rio Grande do Sul manifestando sua vontade de constitucionalizar o país. A todos que pediam a constituinte, Vargas respondia que se fosse realizada uma eleição imediata sairiam vencedores os velhos políticos carcomidos da Republica Velha. Seu maior exemplo era São Paulo onde, segundo ele, uma eleição representaria a vitória do P.R.P.

A Frente Única contra os tenentes

Quase um ano antes do levante de nove de julho de 1932, no dia onze de julho de 1931, Getúlio Vargas, cedendo à pressão dos políticos paulistas, aceitou o pedido de demissão de João Alberto da interventoria de São Paulo. Tenentes e outras figuras do país inteiro prestaram solidariedade a João Alberto. Manifestações foram registradas em diferentes partes do país em repudio à demissão do interventor, as maiores ocorreram no estado natal de João Alberto: Pernambuco. De mesmo modo em um congresso de lavradores do café em São Paulo, posterior à demissão de João Alberto, foi votada pelos membros do Conselho Executivo da Comissão da Organização da Lavoura uma moção para homenagear o interventor demitido como *"Patrono da Lavoura Paulista"* (NOGUEIRA FILHO 1965, p 226 e 227)

Se considerarmos que o rompimento oficial do PD com o interventor federal se deu em oito de abril vemos que o Governo Provisório tentou resolver rapidamente a disputa entre PD e João Alberto. Somente três meses separavam o manifesto de rompimento do PD da demissão oficial do interventor. Foi quase imediata a concessão feita ao Partido Democrático em especifico e à oligarquia paulista em geral. Mas a batalha estava longe de terminar, os "bons paulistas" não se contentaram com a demissão do interventor inimigo. Pelo contrario, se tornaram cada vez mais ambiciosos e seguros de sua vitória em uma possível luta contra o Governo Provisório.

A ideia de uma frente única tampouco foi inventada pelos paulistas. No dia 12 de novembro de 1931 foi fundada oficialmente a Frente Única do Rio Grande do Sul. O lançamento oficial ocorreu meses depois de iniciados os trabalhos e convenções entre Partido Republicano Rio Grandense e Partido Libertador. Como visto, os jornais da época já chamavam as reuniões entre estes partidos de Frente Única bem antes de 12 de novembro. Este lançamento oficial da frente gaúcha ocorreu cerca de quatro meses antes da fundação da Frente Única Paulista (FUP) em janeiro de 1932.

No dia 13 deste mesmo mês ocorreu o rompimento oficial do PD com o Governo Provisório e com Getúlio Vargas. Dez dias depois, o governo entregou o projeto do Código Eleitoral. Mas a reação em São Paulo não foi de comemoração pela conquista. Ao contrário. No aniversário de fundação da cidade, no dia 25, um comício na Praça do Patriarca ensejou um ataque ao Centro Gaúcho, que além de destruir o local deixou alguns feridos.

Em 16 de fevereiro, foi lançada a FUP através de um manifesto e começou-se a conclamar a participação popular para um grande comício no aniversário da constituição de 1891, no dia 24 de fevereiro, oficialmente promovido pela Liga Pró-Constituinte. Já era o segundo ano em que se comemorava a data A escolha desta efeméride para a realização de grandes comícios não era casual, como nos lembra Marco Cabral dos Santos[27]. Alguns dos mais famosos defensores do levante, quando falavam de constituição queriam a volta da constituição de 1891 e não a formulação de uma nova constituinte. O exemplo citado por Santos para referenciar seu raciocínio é o do promotor e "tribuno" do movimento de 1932, Ibrahim Nobre, que declarava:

[27]Historiador, autor de um livro sobre o movimento de 1932 cujo titulo é São Paulo memória, mito e identidade. (SANTOS, MOTA, 2010).

"Queremos que seja respeitada essa constituição que a ditadura rasgou" [28], demonstrando que no fundo o que ele e parte dos paulistas queriam era a volta da velha ordem oligárquica e o fim da Revolução de 1930. O argumento ganha força se lembrarmos que Ibrahim Nobre era conhecido como "O Tribuno de 1932" e seus restos mortais hoje estão no "Obelisco Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932"[29], junto com os cadáveres do poeta Guilherme de Almeida e do acrônimo MMDC. Sua opinião foi, portanto, legitimada pelo próprio movimento como a voz do levante de 9 julho. Como veremos no presente trabalho, em trecho dedicado à ideologia do movimento de 1932, as ideias de Ibrahim Nobre são as mais assustadoras nos quesitos racismo e xenofobia. São também as que melhor sintetizam o reacionarismo do levante de 1932. É revelador que ainda hoje ele seja considerado pelos "bons paulistas" como um herói.

A decretação da lei eleitoral em 24 de fevereiro de 1932 era uma das exigências da Frente Única Rio Grandense cujo representante, Mauricio Cardoso[30], é um dos signatários. O projeto ficara a contento da Frente Única Rio Grandense. Mas em São Paulo não foi vista com bons olhos. A promessa feita pela Revolução de 1930 começava a ser cumprida com um Código Eleitoral relativamente avançado para a época. Segundo o jurista Gilberto Bercovici: "Garantia-se o voto secreto, além de se introduzir o voto feminino e o dos maiores de 18 anos. O alistamento eleitoral em todas as instâncias, a apuração dos votos, o reconhecimento e a proclamação dos eleitos passariam a ser de competência exclusiva da recém-criada Justiça Eleitoral." (BERCOVICI 2008, p378 in FONSECA e SEELAENDER[ORGS]).

Mas o que deixava os paulistas apreensivos eram elementos como a mudança do voto distrital, que vigorara durante o império e a República Velha, para o voto proporcional através de quocientes eleitorais e partidários. Esta mudança visava a

---

[28] Carta Capital 14 de julho de 2010. Página 49.

[29] Mais conhecido como obelisco do Ibirapuera, o monumento passou recentemente por reforma que gerou litígio na justiça entre a família do arquiteto do projeto original, Galileo Emendabili e o Centro Integrado de Apoio Patrimonial da Polícia Militar, órgão designado pelo Estado para efetuar a reforma. O Monumento, cuja fachada tem relevos que homenageiam o levante paulista e os bandeirantes, virou literalmente caso de polícia. O projeto conta com vários elementos curiosos. Ibrahim Nobre ganhou um túmulo próprio logo abaixo da "Ogiva Cívica" (elemento arquitetônico que reforça a belicosidade do movimento). Junto aos restos mortais do jurista estão três altares que homenageiam respectivamente o nascimento, a morte e a ressureição de Cristo. Para detalhes do projeto consultar o Estado de São Paulo de 7 de Setembro de 2014, pA28.

[30] A comissão que elaborou a lei eleitoral foi presidida pelo Ministro da Justiça Mauricio Cardoso. Ativo participante das campanhas constituintes iniciadas no fim de 1930. (SILVA 1972, p 370)

diminuir a importância das questões locais relativamente à política nacional. Os deputados teriam que se ater mais a questões nacionais não podendo estar tão ligados às questões especificas de regiões ou grupos de eleitores.

Outro elemento da lei eleitoral de 1932 que assustaria os paulistas era a representação classista recordada por Gilberto Bercovici no artigo citado acima. Uma das principais demandas dos tenentes, organizados no clube 3 de outubro, a representação classista tinha sido negada pela Subcomissão do Itamaraty e unanimemente rejeitada pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Não obstante o Governo Provisório a instituiu indicando a eleição para a constituinte em 1933 de quarenta delegados classistas distribuídos assim: 18 empregados, 17 empregadores, 3 profissionais liberais e 2 funcionários públicos (BERCOVICI p386,387 e 388 in FONSECA e SEELAENDER[ORGS]).

O comício do dia 24 de fevereiro e toda a atuação posterior da oligarquia demonstravam o desejo de prosseguir no caminho da guerra civil. Para eles mais valia a volta imediata da constituição de 1891[31] que um decreto de lei eleitoral. Para o dia 25, Vargas reservara a nomeação do segundo interventor "paulista e civil" para São Paulo. Atendendo ao tópico básico da FUP, foi nomeado Pedro de Toledo, político tão apreciado pelos paulistas que continuou governador após o levante de 9 de julho. Naquele mesmo dia, os tenentes fizeram uma demonstração de força, dirigida tanto ao Governo Provisório como aos defensores da constituinte, ao empastelar o *Diário Carioca* como resposta à decretação da lei eleitoral. Essa não era a primeira vez que tenentes e o *Diário Carioca* entravam em conflito. Desde a Revolução de 1930 o jornal defendia que os tenentes não deveriam participar na vida política. O jornal que fora franco opositor de Washington Luiz também defendia a constitucionalização imediata do país, o que gerou vários episódios de disputa com os tenentes. Em solidariedade ao *Diário Carioca* vários importantes membros do Governo Provisório pediram demissão. Entre eles Mauricio Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo.

Não era só em São Paulo que os tenentes encontravam oposição, apesar de que alguns, como Mauricio Cardoso, recriminassem a Frente Única Paulista por suas

[31]Como se afirma no manifesto lançado pelos chefes civis e militares do levante, no dia 12 de julho de 1932. Diz o manifesto: "(...) de por em vigor imediatamente a constituição de 24 de fevereiro de 1891(...)(BEZERRA 1989, p 18)

atitudes belicosas. De certa maneira as concessões de Getúlio como o decreto da lei eleitoral e a nomeação de interventor paulista e civil eram ignorados pela FUP ao mesmo tempo em que eram atropelados pela rapidez dos acontecimentos e pela multiplicidade de atores. A raiva acumulada apontava para a solução armada. Ou como descreveu um dos mais ufanistas defensores do levante de 1932: "O povo paulista formava em meados dêsse ano, uma mistura gasosa que bastava uma simples faísca para provocar a explosão. Era o povo de São Paulo um barril de pólvora"[32].

Os meses de março e abril foram marcados por algumas sublevações rapidamente controladas, pela entrada da Frente Única de Minas Gerais nos debates pela constitucionalização e nas tentativas de entendimento entre as Frentes Únicas do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais. Um dos principais responsáveis pela ligação entre as frentes era João Neves da Fontoura. Tudo indicava que a marcação da data para as eleições estava próxima e se iniciaram os trabalhos para formar a comissão que iria elaborar o anteprojeto de constituição. No dia dois de abril, Pedro de Toledo enviou carta para Getúlio Vargas contando sobre uma tentativa de sublevação militar. Altino Arantes[33] tinha planos de se proclamar ditador e de transferir a capital da República para São Paulo. No dia 14 de maio de 1932, através do decreto numero 21.402, foi marcada a data para as eleições a ser realizadas no dia 3 de maio de 1933, também se estabeleceu uma comissão[34] para elaborar o anteprojeto de constituição.

Uma semana depois do decreto, no dia 22 de maio, Oswaldo Aranha chegava a São Paulo e era ameaçado de linchamento. Ele, então, mandou noticias ao chefe do governo prevenindo-o da gravidade da situação. Getúlio Vargas estabeleceu contatos com os líderes da Frente Única Rio Grandense e com o interventor Flores da Cunha que garantiram que, se os planos de constitucionalização prosseguissem, os gaúchos não iriam se sublevar junto com São Paulo. No dia 23 de maio é organizada uma grande passeata contrária à presença de Oswaldo Aranha. Os mais exaltados, alguns armados,

---

[32] Alfredo Ellis Jr in SILVA 1967, p 31.

[33] Político do P.R.P, ex presidente de São Paulo.

[34] Esta comissão escolheu Afrânio de Mello Franco para a 2ª Presidência. Coube a Secretaria Geral a Otto Prazeres. Para secretário da Mesa da Presidência foi convidado Themístocles Cavalcanti. Na forma do art. 4.º do Regimento foram nomeados membros da Subcomissão, necessária à coordenação e sistematização dos trabalhos os seguintes senhores: Min. Assis Brasil, Min. Mello Franco, Min. Oswaldo Aranha, Min. José Américo, Min. Agenor de Roure, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Prudente de Morais Filho. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, João Mangabeira, Gen. Pedro Aurélio de Góes Monteiro Francisco Oliveira Vianna. (SOBRINHO 2011 p,2)

tentaram empastelar a sede da Legião Revolucionária na Praça da República. Não era a primeira vez que se empastelava algum órgão de oposição. Da tentativa de incendiar a sede da legião à invasão propriamente dita foi apenas um passo. Mas este passo foi interrompido logo que os primeiros revoltosos entraram no prédio. Os militares da Legião Revolucionária receberam a "comitiva" de revolver em punho, com alguns disparos se dispersou a primeira tentativa de invasão, três homens morreram no local e dois outros feridos morreram nos meses seguintes. A batalha armada durou cerca de quatro horas com tiros disparados de todos os lados. Após negociação com a Força Publica, se rendem os 14 legionários que com tanto afinco defenderam sua sede. Nasceu neste dia o acrônimo MMDC, representando as iniciais de quatro dos mortos daquela batalha, que virou mais uma organização de apoio ao levante armado de 1932.

Se havia um motivo que unia tenentes e Frente Única Paulista era a exoneração de José Fernandes Leite de Castro do Ministério da Guerra, indisposto políticamente com quase todas as correntes políticas do Brasil.. Vargas exonerou-o em junho de 1932 , mas, para desgosto das frentes únicas, nomeou para o cargo Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, homem querido pelos oficiais tenentistas. Os militares que não eram ligados aos tenentes e que apoiavam a causa constitucionalista, consideraram a nomeação de Espirito Santo Cardoso um desrespeito à hierarquia do exército. É que sua carreira no Exército tinha sido minada durante anos até pedir aposentadoria, certo de que não teria chances na carreira. Ele se indispusera com seus superiores e com parte do Exército por causa da participação de seus dois filhos nas revoltas tenentistas dos anos 20. Embora ele fosse um legalista, não conseguiu superar as reticências de seus colegas. Sua participação na Revolução de 1930 seguramente colaborou para sua nomeação para Ministro.

Uma das respostas das Frentes Únicas às modificações na cúpula do Exército foi um acordo segundo o qual seria considerado *casus belli* a deposição ou modificação do governo paulista, o afastamento do general Andrade Neves da Terceira do comando da Região Militar ou a destituição do general Bertoldo Klinger do comando militar do Mato Grosso. Se uma destas medidas fosse tomada, a oligarquia paulista desencadearia a tão desejada guerra civil. O historiador Roberto Pechman, em verbete do CPDOC, descreve bem a artimanha: "O governo federal, porém, "não teve topete" para tomar nenhuma dessas medidas, segundo *A Gazeta* de 12 de julho de 1932, citada por Herculano de Carvalho e Silva. Assim, ainda segundo *A Gazeta,* o general Klinger

“dispôs-se ao sacrifício”, enviando no dia 1º de julho ao general Augusto Inácio (do Espírito Santo Cardoso) um violento ofício em que protestava contra sua nomeação para o Ministério da Guerra, afirmando que não podia “infundir confiança do ponto de vista da aptidão física”, devido à idade, e tampouco “sob o aspecto moral”, qualificando-o de “militar que de militar apenas tem a lembrança e a pensão” (CPDOC Verbete CARDOSO, Augusto Inácio do Espírito Santo). Klinger sabia que essa provocação tornaria sua situação no exército insustentável, obrigando o Governo Provisório a proceder com sua reforma administrativa. O que de fato ocorreu no dia oito de julho, dando aos paulistas o *casus bellis* que eles julgavam necessário para começar a guerra. Neste mesmo dia oito, duas cartas muito pouco sinceras foram enviadas. Bertoldo Klinger comunicou a Gois Monteiro (chefe militar do Governo) que as tropas do Mato Grosso sob seu comando se encontravam em completa calma (no plano de guerra paulista, Klinger marcharia para São Paulo com estas tropas para iniciar a sublevação). A outra carta partiu de Pedro de Toledo para Getúlio Vargas, afirmando que seguia solidário ao líder do Governo e à obra de rápida reconstitucionalização do país. No dia seguinte, nove de julho, que não era o dia e nem a hora inicialmente combinado entre os chefes instigadores da guerra civil, começou a chamada “Revolução Constitucionalista”. Neste dia, Pedro de Toledo novamente escreveu cartas maliciosas: uma para Getúlio Vargas afirmando que ele tomaria providências para manter a ordem em São Paulo e outra para Oswaldo Aranha afirmando que sabia do movimento no Mato Grosso e que responderia a este movimento à altura. Mas no dia seguinte, em carta desta vez sincera, pediu demissão da interventoria de São Paulo, comprometido que já estava com o levante armado. O primeiro manifesto sobre a “Revolução” divulgado para o povo paulista partiu do jornal *O Estado de São Paulo* e foi redigido por Júlio de Mesquita Filho. Felizmente, foi a última vez que um Estado se levantou contra o país.

A oligarquia paulista perante a revolução social: o caso João Alberto.

Tens o sabor

Bem do Brasil,

Tens a alma cor de anil

Mulata, mulatinha, meu amor

Fui nomeado seu tenente interventor

(O teu cabelo não nega. Lamartine Babo, 1932.)

Dentre os fatores conjunturais que exacerbaram o antigetulismo paulista, o mais notório foi a nomeação, para interventor em São Paulo, do pernambucano[35] João Alberto. Por ter participado da luta para pôr fim à República oligárquica, o Partido Democrático esperava do movimento vitorioso cargos importantes, especialmente o de interventor. Consta que o PD teria dado como certa a nomeação para este posto de um de seus dirigentes, Francisco Morato, mas este sofria forte oposição do grupo de tenentes que promovia Miguel Costa para o cargo, gerando uma disputa pelo governo de São Paulo.

Vargas decidiu então não nomear nem Morato nem Costa como interventor. Mas alegando que o PD não apoiara a revolução da maneira como poderia, entregou o cargo de Delegado da Revolução a João Alberto, tenente próximo de Miguel Costa. Em uma tentativa clara de conciliação, ficou organizado um governo com João Alberto como Delegado Militar (representando os tenentes) e um secretariado inteiramente composto de civis paulistas ligados ao Partido Democrático.

Não nomear Miguel Costa que, a essa altura, já era inimigo declarado do PD, era uma tentativa de conciliação com o esse partido. Mesmo assim, o fato de não ter sido nomeado um de seus membros para o cargo foi considerado uma traição. A rejeição ao Delegado agravou-se não só pelo fato dele ser nordestino, mas também, pelas medidas sociais e decisões políticas que tomou: aumento dos salários, promulgação de leis trabalhistas, legalização dos sindicatos e do PCB[36], etc.

---

[35] O fato de João Alberto ser pernambucano acarretou em uma série de questões de regionalismo e xenofobia. Estas questões serão analisadas no trecho do trabalho dedicado à Ideologia do movimento de 1932.

[36] A legalização do PCB foi relativa pois ao mesmo tempo em que se permitiu a realização de comícios, a divulgação de ideias e a existência de uma sede legal, não ocorreu a legalização de fato e de direito do Partido.

Acostumados com a antiga autonomia, os círculos dirigentes da oligarquia paulista classificaram a criação, já em 1930, do Ministério do Trabalho, acompanhada da instalação de organismos especiais, como as Juntas de Conciliação e Julgamento e as Comissões Mistas de Conciliação para resolver os conflitos entre patrões e assalariados, bem como da promulgação de uma primeira série de leis trabalhistas de "intromissão oficial" do governo federal na política de São Paulo. . Além de ferir o princípio da plena autonomia estadual, as medidas de proteção aos trabalhadores rompiam com a postura repressiva dos governantes da "Velha República", expressa na frase atribuída ao ex-presidente Washington Luís: "No Brasil a questão social é caso de polícia". Acresce-se que vários setores da oligarquia, duramente afetados pelo "crash" de 1929, tendiam a ver nas férias, aposentadoria, igualdade de salário entre mulheres e homens, regulamentação de sindicatos, etc., sérias ameaças a seus negócios já fragilizados.

Independentemente da avaliação objetiva do impacto sobre o empresariado de São Paulo das medidas que configuraram a primeira versão do trabalhismo getulista, elas certamente influenciaram na indisposição com que a oligarquia paulista tratou o governo oriundo da Revolução de 1930. Desde antes de 1930, as mobilizações operárias em São Paulo aumentavam na medida em que crescia o número de operários e sua organização. João Alberto ao dialogar com estes movimentos estarreceu a oligarquia paulista acostumada com a repressão pura e simples dos movimentos grevistas. As reduções salariais e o aumento da carga horária que se seguiram à crise de 1929 contribuíram para o aumento da agitação em todas as classes sociais. No operariado, isso incentivou a realização de mais greves. Durante a República oligárquica, e mesmo em outros contextos pós Republica oligárquica, estes movimentos eram fortemente reprimidos pela polícia e pelo empresariado. Ao passo que durante sua interventoria, João Alberto declarou que nenhum operário que tivesse tomado parte de greve podia ser demitido sem prévio requerimento policial. Ele também anunciou um aumento obrigatório de 5% dos salários de todos os operários.

As greves não terminaram com a saída do interventor. Em maio de 1932, dois meses antes do levante de 9 de Julho, estourava em São Paulo uma grande greve operária. Iniciada pelos ferroviários, foi logo seguida pelos trabalhadores da indústria têxtil e depois por trabalhadores de outros setores. Dado o tamanho da adesão, a cidade de São Paulo praticamente parou suas atividades durante aquele mês. Como resposta, o governo provisório acelerou a promulgação de leis trabalhistas. Em 4 de maio, por exemplo, instituiu a jornada de 8 horas de trabalho para a indústria.

A oligarquia paulista sentiu-se diretamente afrontada com a promulgação destas leis. Ao invés de se punir os revoltosos, eles eram premiados. São Paulo, através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) pediu a imediata revogação das leis trabalhistas decretadas (BUONICORE 2003.).

A "legalização" no Estado de São Paulo do Partido Comunista do Brasil (PCB), feita por João Alberto, encolerizou ainda mais a oligarquia paulista, ao perceber que comunistas perseguidos pelas polícias do resto do país inteiro estavam se mudando para São Paulo. Estudiosos chegaram a dizer que graças a esta transferência interna de "subversivos", entre 1931 e 1932, o centro da agitação comunista brasileira tinha se transferido do Rio de Janeiro a São Paulo (LOVE, 1982, p. 186 e 187).

Vale lembrar que o deslocamento do PCB para São Paulo não foi fruto só das diferentes condições objetivas de atuação e repressão nos diferentes Estados. Também existia dentro da organização o debate, trazido pelo secretariado sul-americano da Internacional, sobre a importância de desenvolver o trabalho na cidade e no Estado com maior número de trabalhadores operários. Era notável, naqueles momentos, a importância de São Paulo para o resto do país e do continente e isso, é claro, não passava despercebido pelos comunistas que direcionavam seus esforços para aí melhorar o trabalho. Além do Rio de Janeiro e de São Paulo, o centro que contava com maior organização dos comunistas era Porto Alegre. Mesmo antes da reunião do secretariado em 1931, a fundação do Bloco Operário Camponês (BOC) em São Paulo em 1928, mostrava o aumento do interesse dos comunistas pela cidade. O BOC, organização que funcionava como base legal do PCB lançou, inclusive, candidato a deputado estadual.

Ao mesmo tempo em que legalizava o PCB, o interventor organizou uma estrutura sindical oficial para limitar a influência dos comunistas e anarquistas nas organizações operárias, em quase completa sincronia com as políticas varguistas (CARONE, 1991). No fatídico ano de 1932, também ocorreu a fundação de um Clube de Artistas Modernos em São Paulo. O grupo usou o nome de "modernos" devido à influencia da semana de arte moderna de 1922. Mas, no fundo, era uma organização de artistas e intelectuais comunistas ou simpáticos à União Soviética, com a missão de propagandear os feitos da revolução de 1917. Através de palestras, exposições e livros, o grupo divulgava na cidade de São Paulo e região as vantagens da sociedade comunista. Consta que teriam participado deste grupo, entre outros, Caio Prado Jr,

Tarsila do Amaral (PERICÁS, 2012, p14) Patrícia Galvão, Di Cavalcanti, Flavio de Carvalho, Oswald de Andrade e Osório Cesar (PALAMARTCHUCK 2003, p25). Este contexto de organização operária, aliada à crise econômica e política do período, contribuiu para o clima de medo da oligarquia paulista.

João Alberto também tocou na questão fundiária ao aprovar uma lei que cedia ao Estado para serem partilhadas as fazendas que estivessem em dívida vencida com o Banco do Brasil (SILVA, 1966 p, 6). Devido ao contexto de crise econômica, não eram poucas as que estavam nessa precária situação. Além disso, o interventor, junto com outros tenentes, lançou sua própria organização política, a Legião Revolucionária que, em seu primeiro congresso realizado em 1931, deixou estabelecido seu programa, preconizando a reforma agrária em terras devolutas ou ilegalmente apossadas, justiça gratuita e tribunais populares para pequenas causas, salário mínimo, comissões paritárias nas fábricas e criação de universidades do trabalho com preferência às ciências aplicadas. (CARONE 1973, p252)

O tenente interventor suscitou mais ira, em especial no PRP, ao inibir a atuação do coronelismo de São Paulo, limitando o poder local dos fazendeiros, centralizando a máquina administrativa e nomeando os prefeitos municipais. Em março de 1931, João Alberto criou o Departamento da Administração Municipal, cuja função era fiscalizar as contas dos municípios (LOVE, 1982, p. 181,182). Esta centralização teria alarmado os paulistas, a ponto de eles temerem que a futura Constituinte pudesse centralizar de vez o resto do país. Como veremos, São Paulo se opunha frontalmente à centralização política que acontecia em todos os níveis da vida política, tanto na esfera federal, como na estadual e municipal, São Paulo via sua autonomia, que representava para a oligarquia a garantia da defesa de seus interesses particulares, ser minada.

Concomitantemente às medidas adotadas por João Alberto para São Paulo, vieram as políticas trabalhistas federais instauradas pelo recém criado Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas, notadamente a criação de uma estrutura sindical unitária (Decreto 19.770 de 1931), a ampliação e a reformulação das antigas Caixas de Aposentadorias e Pensões, transformadas em institutos de âmbito nacional (Decreto 20.465 de 1931), a legislação profissional e de proteção ao trabalhador, com regulamentação do trabalho feminino (Decreto 21.471 de 1932), a jornada de oito horas para os comerciários (Decreto 21.186 de 1932), estendida aos industriários (Decreto 21.364 de 1932), a

instituição da carteira de trabalho (1932), o direito de férias aos bancários[37] (Decreto 23.103 de 1932). Assim como a proibição de uma jornada noturna superior a 7 horas, o Decreto 21.417-A, de 17.5.1932, que proibia o trabalho noturno da mulher e o Decreto 22.042, de 3 de novembro do mesmo ano, que proibia o trabalho à noite para menores de 18 anos entre outros. Consta que João Alberto teria ameaçado de confisco as fábricas que não aderissem à nova legislação trabalhista, esboçada pelo governo provisório federal e estadual. Seguramente uma busca mais meticulosa resultaria em vários outros decretos de mesmo teor.

Dada a magnitude das medidas trabalhistas e de política econômica adotadas antes do levante de 9 de julho e a intensa agitação social e política do período, fica difícil conceber uma análise do movimento de 32 que não leve, minimamente, estes pontos em conta.

" Paulista e Civil"

> *"Atendidos que eram, logo se mostravam insatisfeitos e pediam outra coisa. Queriam a lei eleitoral- promulguei-a, exigiam interventor 'civil e paulista' para São Paulo- nomeei-o. Mas, ainda não bastava. Tornava-se necessário a marcação da data para as eleições -marquei-a. Continuaram no entanto as censuras e os ataques..."* Getúlio Vargas em telegrama para Maciel Junior, datado de 6 de julho de 1932, três dias antes do levante paulista. *(GETÚLIO VARGAS apud SILVA, 1967).*

Em 7 de abril de 1931, o PD lançou um manifesto repudiando a prisão de Vicente Rao e anunciando seu rompimento com João Alberto; durante os meses seguintes, intensificou sua pressão e aproximou-se do Partido Republicano Paulista, o qual, como seus congêneres do resto do Brasil, tinha sido derrotado na Revolução de 1930. Contra João Alberto, foi criada a bandeira de um interventor "paulista e civil"

[37] A primeira referencia oficial a respeito dos trabalhadores rurais aparece na Constituição Federal de 1934. Mais especificamente no artigo 121, onde se regulamenta "as condições do trabalho, na cidade e nos campos". No inciso 4º do mesmo artigo fica clara a tentativa de defender a fixação de população nas zonas rurais com um claro teor de fomentar a ocupação do vasto território brasileiro. Como demonstra o artigo 139 que versava sobre a organização de colônias agrícolas e a obrigação dos empregadores no campo de garantirem a educação em áreas não cobertas pelo Estado. Claras tentativas de defender a população rural mais pobre.

para o Estado. A aproximação entre os dois partidos paulistas deixou o governo federal praticamente sem bases de apoio no Estado, conduzindo João Alberto a renunciar em julho de 1931, menos de 3 meses depois do rompimento oficial do PD com o interventor. Retificando o erro tático e cedendo à pressão de parcela da oligarquia paulista, Vargas substituiu-o por Laudo de Camargo, advogado e magistrado que cumpria os dois requisitos exigidos pelo PD: era paulista e civil[38]. Mas, longe de aplacar os ânimos, esse recuo incentivou os chefes políticos estaduais a acirrar o confronto. Nem Laudo de Camargo, constrangido a renunciar ao cargo em novembro de 1931, nem muito menos seu sucessor, o coronel Manuel Rabelo, que também permaneceu poucos meses no cargo (saiu no começo de março de 1932), lograram neutralizar a hostilidade ao governo federal. Entrementes, em janeiro de 1932, o PRP e o PD tinham lançado a Frente Única Paulista (FUP), através de um manifesto redigido por Francisco Morato, representando o PD, e por Altino Arantes, representando o PRP. Desde logo, a FUP recebeu o apoio das entidades patronais do comércio e da indústria. Vale notar que não houve fusão dos dois partidos: eles mantiveram suas respectivas identidades, unindo-se em torno de uma plataforma contraria ao Governo Provisório.

[38]Impressiona a quantidade de erros factuais também sobre o tema "paulista e civil" na historiografia. Remeto-me aqui a dois exemplos, cometidos por intelectuais de certo renome nos meios acadêmicos. José de Souza Martins, sociólogo professor da USP, afirma que "o Governo Provisório de Getúlio Vargas, designou sucessivos interventores no Estado de São Paulo que não eram paulistas, nem originários dos quadros políticos paulistas." (MARTINS, J. S., 2001, p. 84). A frase, no mínimo inexata, comprova a dificuldade de justificar o levante como democrático ou constitucionalista sem assumir acriticamente a retórica do movimento sedicioso. Laudo de Camargo primeiro interventor depois de João Alberto, assim como Pedro de Toledo, último interventor antes do levante, eram ambos paulistas e civis. No entanto, os erros de cronologia não são monopólio dos defensores do levante paulista. Em um capitulo intitulado "A construção de um consenso", Marco Cabral dos Santos, sem perceber, reforça o senso comum que ele mesmo tenta criticar, ao reproduzir a alegação de que no mês de março de 1932 "percebendo a premente necessidade de apaziguar os ânimos paulistas, Vargas *finalmente* nomeou um interventor 'civil e paulista': Pedro de Toledo." (SANTOS, MOTA, 2010 p. 15, o grifo é nosso). Como visto, bem antes de Pedro de Toledo, mais precisamente em julho de 1931, Vargas já havia nomeado um interventor paulista e civil, o advogado Laudo de Camargo. O autor pelo menos admite a presença de um interventor paulista e civil anterior ao levante militar. A recorrência destes erros entre autores de orientações divergentes mostra quão arraigadas estão, no pensamento histórico e político brasileiro, certas ideias inverídicas. A fórmula da motivação constituinte e de um interventor paulista e civil foi utilizada tantas vezes que até aqueles que tentam questionar as "verdades" estabelecidas acreditam ingenuamente nesta ficção mil vezes repetida.

Um dos primeiros resultados obtidos pela FUP foi a nomeação, em março de 1932, de um novo interventor, Pedro de Toledo, civil e paulista[39], que havia ocupado vários cargos públicos, inclusive o de ministro, durante a República Velha. Vargas o escolheu porque ele tinha, até então, mantido certa neutralidade. Mas a FUP, muito mais empenhada, desde sua formação, em articular o levante armado do que em negociar com o governo federal, só aceitou Pedro de Toledo na medida em que este tinha logo aderido ao projeto de uma solução de força, embora se mantivesse oficialmente neutro até a deflagração do movimento. No momento em que o levante foi desencadeado, ele enviou dois telegramas a Getúlio Vargas, declarando sibilinamente no primeiro que iria lutar para colocar São Paulo em ordem, mas anunciando no segundo que se demitia do cargo de interventor. É que já aceitara o convite da FUP para manter-se no governo de São Paulo como comandante civil do movimento armado (SILVA, 1967 p, 111 em diante). O fato do levante ter ocorrido justamente durante o governo de um interventor paulista e civil, Pedro de Toledo comprova que somente com esta bandeira não se pode explicar a escolha por uma luta armada.

Outra acusação que se conecta ao tema do interventor paulista e civil é a de que o governo provisório não empregava paulistas nos cargos oficiais, diminuindo o *status* de um Estado que certamente teria quadros bons o suficiente para ocupar os postos de trabalho governamentais. Parte dessa reclamação aparece no manifesto de rompimento do PD com o governo provisório:

> S.Paulo que, pela cultura e gênio de seus filhos, pela opulência de sua riqueza, pelo numero de sua população, pela feracidade de seu solo, pela grandeza do seu comercio, indústria e lavoura, pelo brilho de suas letras, pelo progresso vertiginoso de suas campinas e povoados, pelo prestígio de sua interferência preponderante e continua na formação de nossa nacionalidade; S. Paulo, que podia reivindicar, não um primado, em que não pensa, mas uma paridade de tratamento no seio da Federação, não tem sequer uma voz ou representante no conclave da Ditadura e, *além disso, vê os seus filhos afastados das posições*

[39]Novamente os erros de causa e consequência parecem justificar, através do erro, a guerra paulista. Explicando o ambiente posterior ao levante de 1932 Franklin Martins diz: "Neste novo ambiente, foi nomeado um interventor em São Paulo do agrado das elites paulistas e concedida anistia aos participantes do movimento de 1932."(MARTINS, F. 2015, p183). O último interventor paulista antes do 9 de julho, como assinalamos, era Pedro de Toledo que era tão "do agrado das elites paulistas" que continuou governador durante o levante militar. Isso sem contar a interventoria de Laudo de Camargo. Tampouco o interventor nomeado após o termino da guerra de 1932,Valdomiro Lima, que era militar e tenentista fora "do agrado das elites paulistas".

> *oficiais, os cargos de sua jurisdição cometidos a beneficiários de fora e o seu Governo entregue aos caprichos de forasteiros* (Manifesto de Rompimento do PD apud CARONE, 1973, p. 42 e 43, grifo é nosso).

É curioso notar que apesar da recorrente acusação de que os paulistas tinham sido afastados das posições oficiais, uma das primeiras medidas tomadas por Pedro de Toledo, governador dos revoltosos, foi manter todos os oficiais do governo em suas posições. Como vemos, na lei expedida em 10 de julho de 1932:

> O Doutor Pedro de Toledo, por aclamação do povo paulista, do exercito nacional e da força publica, governador do Estado de S. Paulo, declarando continuarem em vigor todas as leis por que o Estado se vem regendo, ratifica e confirma as nomeações de seus Secretários de Estado, Chefe de Policia, Prefeito Municipal de S. Paulo, Director do Departamento Municipal, Prefeitos Municipaes, Ministros do Tribunal de Justiça, juízes, serventuários de justiça, delegados de policia, officiaes e praças da Força Publica, funcionários públicos em geral, nomeados na conformidade das leis anteriores. Para que não soffra solução de continuidade o serviço publico, determina que permaneçam todos no exercicio de seus cargos, officios e funcções, observando os regulamentos até agora expedidos".(Palácio do Governo do estado de S. Paulo, 10 de julho de 1932, (a) Pedro de Toledo, Waldemar Ferreira apud MOREIRA , 1938 p,2).

Ora, se a denúncia segundo a qual "os filhos afastados das posições oficiais, os cargos de jurisdição cometidos a beneficiários de fora" fosse verdadeira, como explicar que após o levante não se tenha trocado nenhum dos cargos oficiais que seriam, segundo a denuncia, tão mal ocupados por estrangeiros? E porque, justamente, ratificar a permanência de todos estes quadros se eles fossem forasteiros dentro de um contexto de guerra entre São Paulo e o resto da nação? Além de mostrar que a reivindicação era mera peça de propaganda, fica ainda mais claro que o movimento de 1932 não queria mudar nada. Isto reforça a classificação de "contra revolução" que vários intelectuais de estatura atribuem ao levante de 1932. Celso Furtado, para citar um dos mais conhecidos, classificou o levante de 1932 como uma "reação armada" dos cafeicultores e demais grupos identificados com a valorização do café contra o governo oriundo de 1930 (FURTADO 1969, p. 211 e 212).

Poderia se argumentar que a linguagem do Manifesto de rompimento do PD é jornalística, e que, portanto, a acusação pode ser um pouco infundada pois faz parte do verbalismo e do calor do momento. Mas justamente, procuraremos mostrar que as

motivações do levante que apareceram durante o próprio movimento e que são reproduzidas na historiografia tradicional consagradas no nome "Revolução Constitucionalista" e no mote "paulista e civil" são falsas e ou insuficientes.

Existiram, é claro, outras bandeiras no movimento paulista além da constitucionalização ou a de um interventor paulista e civil. Mas não é a toa que o movimento foi consagrado pelos próprios participantes como a "Revolução Constitucionalista". Essa foi a principal justificativa utilizada no contexto para explicar o levante militar de 9 de julho; também é com esse nome e função que o movimento é lembrado pelos que o idealizam. Segundo nossa perspectiva, não existe motivação histórica para que o levante seja caracterizado como "Revolução Constitucionalista", senão o desejo de seus defensores. Muito pelo contrario, o nome tradicional escamoteia através de falsa motivação os reais interesses da oligarquia paulista.

Hegemonia ou Separação.

"*A centralização é uma heresia política(...)*" Assis Chateaubriand, editorial do Diário de Pernambuco, 31 de maio de 1932.

Parece-nos que um dado histórico fundamental para compreender o antigetulismo da oligarquia paulista foi a perda da hegemonia nacional que ela vinha exercendo, desde 10 de março de 1894, quando Prudente de Morais, candidato único à sucessão do marechal Floriano Peixoto, foi eleito presidente. A Revolução de 1930, além de pôr fim ao controle sobre o poder federal que São Paulo havia mantido durante a República Velha, em aliança com Minas Gerais, deixou incerto o estatuto de ampla autonomia estadual, que a Constituição de 1891, acentuadamente federalista, conferia aos Estados. Estes podiam não somente contrair empréstimos com bancos estrangeiros, mas até, como fez São Paulo, negociar com o governo francês a vinda de uma missão militar para treinar a Força Pública. Mesmo os impostos de exportação, principais geradores de divisas, eram revertidos aos Estados e não à União (BORGES. 1979, p. 45, 145, etc). Até os partidos políticos eram estaduais.

Os círculos dominantes da política paulista se sentiam, pois, não somente seriamente lesados pela perda de sua posição hegemônica no âmbito federal, mas também ameaçados de perder a autonomia estadual. Nem mesmo a eleição de uma Assembleia Constituinte em 1933 ofereceria garantia suficiente: era plausível a hipótese

de que as tendências centralizadoras obtivessem, em escala nacional, massa crítica para limitar consideravelmente a liberdade de ação dos Estados. Sem a garantia da autonomia paulista, os interesses econômicos e políticos atrelados à descentralização da Republica Velha estavam seriamente ameaçados. Em especial os tenentes pressionavam por uma centralização política ainda maior, justamente para minar o poderio local das velhas oligarquias, geralmente expresso no controle exercido sobre o eleitorado rural. O latifúndio, o coronelismo e as desastrosas condições dos trabalhadores no campo seguiam trabalhando em favor da velha classe dominante. Por isso os tenentes preconizavam a nacionalização dos partidos e das perspectivas políticas em franca oposição aos partidos estaduais, às políticas regionalistas e ao personalismo dos "coronéis", vigentes mesmo após a queda do regime anterior. A política de centralização estatal se inseria numa posição econômica antiliberal, de mesmo modo que a política econômica dos que defendiam a descentralização era calcada no liberalismo.

Já João Alberto suscitou a ira do PRP, em especial, ao inibir a atuação do coronelismo de São Paulo, limitando o poder local dos fazendeiros, centralizando a máquina administrativa e nomeando os prefeitos municipais. Em março de 1931, ele criou o Departamento da Administração Municipal, cuja função era fiscalizar as contas dos municípios (LOVE, 1982, p. 181,182). O interventor federal repetia no Estado de São Paulo a política de centralização da Aliança Liberal aplicada por Vargas e pelos interventores nos demais Estados e na União. A desilusão do PD com a Aliança Liberal e com o interventor pernambucano culminou no manifesto de rompimento, que proclamou concisa e enfaticamente: "Entregue-se aos Estados o governo dos Estados" (CARONE 1973, pág. 45). A mesma reivindicação pode ser lida no manifesto de fundação da FUP (Frente Única Paulista), que toma frontalmente posição contra a centralização política, frisando que um dos objetivos máximos da FUP era: "(...) a restituição a S. Paulo da autonomia de que há dezesseis meses se acha esbulhada" (ibidem, p 46). Em outro trecho: "por outro, são as dores desta soberba Unidade da Federação, usurpada na faculdade inauferível de se governar (...) e da imprescindível autonomia de nosso estado (...)" e o manifesto termina assim: "Unidos, patentearemos aos nossos compatriotas a resolução irredutível em que nos mantemos de nos governar por nós mesmos(...)" (ibidem p 46 e 47).

Enquanto acentuavam-se as discrepâncias no campo das forças vitoriosas em 1930, a oligarquia paulista reunia antigos inimigos (PD e PRP) e diferentes associações de classe (lavoura, comércio, indústria), rearticulando as forças políticas com vista à retomada da hegemonia paulista. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes: "Para uns e para outros, o binômio centralização versus federalismo representava a pedra de toque em torno da qual todas as outras questões confluíam." (GOMES 1980, p 28 e 29) Vargas ao anistiar os derrotados da guerra e permitir a participação da chapa paulista na constituinte - mostrou-se disposto a brigar também democraticamente por suas posições políticas. Nem centralizadores e nem autonomistas poderiam reivindicar uma vitória completa na constituinte mas: "É fora de duvida que o confronto marcante a que se vai assistir na constituinte se dá entre regionalismo e centralização política"(GOMES 1980, p32)[40] A Frente Única Paulista, composta pelo PD e pelo PRP, embora não tenha representado uma fusão dos dois partidos, formou uma chapa única para São Paulo na Constituinte de 1933/34.

No meio da guerra, precisamente no dia 10 de agosto de 1932, Monteiro Lobato escreveu uma carta para Valdemar Ferreira[41], cujo titulo era "Hegemonia ou Separação", na qual deixa transparecer a confirmação de boa parte de nossa argumentação: "*Agora estamos em plena guerra de independência, disfarçada em guerra constitucionalista"* (SILVA, 1967, p 280 em itálico no original).

O famoso escritor era, naquele momento, defensor do "povo paulista" e da hegemonia total de São Paulo sobre o resto do país. Segundo ele, São Paulo:

"Está matando em legitima defesa. Nada espera da política. Espera tudo de si próprio. Não conta com os seus chefes. Conta consigo próprio (...)Ilude-se infantilmente quem julgar que um Govêrno civil, organizado seja como fôr, possa, na Capital Federal, dentro da forma federativa, destruir o funesto militarismo parasitário que, de 1889 para cá, outra coisa não fêz senão tomar corpo(...). Hegemonia ou Separação. Ou São Paulo assume a hegemonia política que lhe dá a hegemonia de fato que já conquistou pelo seu trabalho no campo econômico e cultural, ou separa-se. De modo nenhum poderá ficar na posição em que se achava em virtude da Constituição de 24 de fevereiro. Seria um suicídio"(ibidem, p 281).

---

[40] Para mais detalhes sobre o centralismo e o federalismo, assim como sobre o papel fundamental desta disputa na compreensão do período, recomendamos o livro citado: *Regionalismo e centralização política*. Coordenado por Ângela Maria de Castro Gomes (GOMES 1980).

[41] Fundador do PD, jurista e Secretário da Justiça e da Segurança Pública do Governo Constitucionalista.

Vale notar neste trecho que, para Monteiro Lobato, nem mesmo a constituição de 1891, a despeito de seu acentuado federalismo, representava a autonomia desejada por São Paulo. Para ele era imperativo uma posição ainda mais hegemônica de São Paulo ou a separação do país:

"O dilema é sério. Ou São Paulo desarma a União e arma-se a si próprio, de modo a dirigir doravante a política nacional a seu talento e em seu proveito, ou separa-se. Continuar como até aqui, a contribuir com setecentos mil contos por um ano para a manutenção do monstruoso parasitismo burocrático e militarístico do Rio de Janeiro – cuja função principal é agredir e sabotar São Paulo - corresponde a suicídio por imbecilidade."(ibidem p 280,281 e 282)"

Para ele, o Rio de Janeiro não passava de um parasita a explorar o povo paulista. Em jogo, estava todo o peso no campo econômico representado por São Paulo. O extremismo autonomista da carta de Monteiro Lobato culmina no tópico intitulado "Sugestões Práticas", onde ele recomenda: "Após a vitória de São Paulo, na campanha ora empenhada, se faz mister que seus dirigentes não se deixem embalar pelas ideias sentimentais de brasilidade, irmandade e outras sonoridades. O Norte inteiro é nosso inimigo instintivo. O Rio Grande não é amigo. Minas Gerais cuida de si.[42]" Não bastava pois o federalismo nos moldes norte americanos. Nem mesmo a plena autonomia pela qual muitos paulistas lutavam. Lobato queria a hegemonia de São Paulo sobre a nação ou a separação completa.

Outro documento sobre a ojeriza paulista à centralização é o livro de Alfredo Ellis Jr.[43], *Confederação ou Separação* (ELLIS Jr,1932). Escrito por uma figura da alta intelectualidade paulista, considerado um dos expoentes do movimento de 1932 por ser autor de alguns dos livros mais famosos sobre a história de São Paulo no período, o

[42] Examinaremos os elementos de xenofobia presentes nesta carta de Lobato no Capitulo II intitulado A ideologia do movimento.

[43] Alfredo Ellis Jr foi titular da cadeira de História da Civilização Brasileira na USP. Foi também filho de Alfredo Ellis, senador e dono de uma empresa de exportação de café chamada Cia. Cunha Bueno & Ellis. Maior produtora de café do tipo exportação entre os anos 1881 e 1918. Não é por acaso que o filho defendeu tão apaixonadamente a superioridade de paulistas sobre nordestinos, o levante de 1932 e a autonomia paulista. Como veremos no capitulo "A ideologia do movimento" Alfredo Ellis Jr foi um dos principais responsáveis pela disseminação do eugenismo no Brasil. Parte dele algumas das mais assustadoras defesas do racismo cientifico.

livro remete, já em seu título, às mesmas ideias extremas de hegemonia paulista. Logo no inicio de seu livro, Ellis Jr faz uma apologia da descentralização:

> Dessas Bases absolutamente certas que estabeleço, a conclusão unica se impõe: A *descentralização,* que é a polarisação dos Estados, da actividade político-administrativa da nação. Querer o contrario é levar para a fractura fatal e irremediável o edificio brasileiro. Essa conclusão não é tirada como o fructo de um desejo. É sim o resultado moldado das circumstancias imperantes que obrigam. Querer contrarial-as é querer fazer secar o Oceano, ou querer apagar o Sol.(...) Caso porém, se quizerem consummar o supremo erro da centralisação, que arquem com a responsabilidade da futura desagregação e a formação de mais uma poeira de Costas Ricas, de Guatemalas etc. São Paulo viverá bem. Será um grande paiz, ainda que tenha uma área reduzida, será economicamente formidavel. Bastará accumular o que paga para ser brasileiro.(ELLIS Jr 1932, p XX e XXI)

Fica claro neste trecho que para Ellis Jr ser brasileiro era um ônus para São Paulo. Suas riquezas eram extraídas pelo resto do país e a única solução fora da total autonomia seria a separação do Estado de São Paulo do resto da nação. Examinamos mais adiante os componentes xenofóbicos e racistas desta posição. É razoável supor que as incertezas em relação à centralização do país pesaram muito na opção pela solução de força: a derrubada do governo provisório de Vargas instauraria uma nova situação política em que São Paulo recuperaria uma posição predominante. Parecia sólida, ademais, a perspectiva de que Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde também havia descontentamento em relação ao governo federal, se juntassem ao movimento armado. Enfim, o apoio largamente majoritário da opinião pública paulista encorajava decisivamente os chefes da Frente Única.

As piores acusações que o movimento enfrentou em seu período de gestação (e nos debates historiográficos) era o caráter separatista e regionalista do movimento, assim como sua função estritamente política de restabelecer o controle político federal (perdido na Revolução de 1930) que permitia a São Paulo garantir sua desejada autonomia. Para contrapor a acusação do caráter estritamente político do levante, o discurso paulista era sempre recheado de argumentos morais. Não se lutava para retomar a hegemonia mas sim pela civilidade, pela liberdade e pela honra de São Paulo.

CAPITULO 2:
A IDEOLOGIA DO MOVIMENTO.

Em um movimento com a amplitude do levante de 1932 existe seguramente um amplo leque de ideologias envolvidas. Nem todos os que dele participaram tinham as mesmas opiniões e visões de Brasil. Nem todos estavam conscientes políticamente do que faziam. Alguns foram empurrados ou coagidos a participar . Outros acreditavam piamente que estavam construindo um país melhor ou que lutavam pela democracia. Outros ainda achavam que os paulistas eram uma raça superior ao resto dos brasileiros e lutavam pela hegemonia política de São Paulo.

Obviamente, nem todas as opiniões tinham a mesmo importância. As de Ibrahim Nobre carregavam peso enorme, maior que a de outros participantes. Afinal o próprio movimento de 1932 o legitimou na posição de "O tribuno de 1932". Suas opiniões não eram simplesmente pessoais mas oficiais. Júlio de Mesquita não era orador do movimento mas foi um dos principais patrocinadores e também defensor da memória do levante de 1932 até morrer. Por ser dono de um dos maiores jornais do país, suas palavras tinham grande repercussão. As ideias destes homens não são simplesmente opiniões, ou deixaram, pelas circunstancias, de ser simplesmente as ideias de um homem para representar a ideologia do movimento. E não somos nós quem dizemos isso. Cada movimento tem a liderança que lhe cabe, cada movimento escolhe seus lideres e oradores. E junto com eles a sua ideologia.

Disputa intestina. Os bons e os maus paulistas.

Unge-te de teu ghaudico (sic) e não cooperes. Marca bem o "paulista" que fica ao serviço de teu inimigo. Marca-o bem. Esse é o rufião que entregou a causa. Esse é o filho que entrega a própria mãe. Esse é a fauna da nossa sepultura que irá alimentar-se de nosso cadáver. Marca-o bem.(...) Inimigo a luta continua. Ibrahim Nobre em panfleto do dia 3 de outubro de 1932[44].

Os defensores do levante paulista de 1932 costumam exaltar a unanimidade do movimento. De fato, independentemente dos métodos de convencimento, o apoio à luta

[44]Caixa Mário de Andrade no Instituto de Estudos Brasileiros IEB-USP

armada foi bastante generalizado em São Paulo. Pessoas das mais diferentes posições políticas, classes sociais e origens se manifestaram a favor do levante. Porém, ainda que minoria, não faltaram os que se opusessem a guerra. Limitada, é claro, pelo clima de consenso em torno do movimento, sua atuação foi relativamente pequena. Mas o fato de existirem paulistas que se opunham ao movimento, a ponto de se arriscarem no meio de uma sociedade largamente unida em torno de seu projeto, demonstra a certeza que estes opositores tinham da ilegitimidade do movimento que combatiam. Existia certamente, uma pressão social para que os paulistas se unissem em torno da causa de seu Estado mas, mesmo diante deste quadro de suposta unanimidade, vozes dissonantes apareceram. A estas, sobrava na melhor das hipóteses a acusação de "maus paulistas" ou o poético eufemismo para vermes de Ibrahim Nobre: "fauna da nossa sepultura que irá alimentar-se de nosso cadáver". Outros paulistas que se opuseram ao movimento sofreram consequências mais concretas, como a fábrica de cigarros Souza Cruz, que por recusar-se a fornecer gratuitamente cigarros para os soldados no Front de Batalha sofreu depredações em suas instalações e um boicote oficial.

Aqueles que ousavam se pronunciar contra a guerra paulista no interior de São Paulo sofriam pressão e perseguição que em vários casos resultou em prisão[45] -, pelo regime de exceção em vigor. Mas estes eram, de fato, poucos, frente à grande massa de apoio que recebeu o levante paulista em seu Estado natal. A arregimentação de soldados para a guerra exigiu primeiro uma larga campanha de convencimento sobre a imperativa necessidade paulista de lutar. Levando em conta a primeira expressão do queremismo ocorrida na campanha para a eleição de 1930 em São Paulo, onde grande parte da população gritava em coro "queremos Vargas", é intrigante a rápida reviravolta dos paulistas. Menos de dois anos depois, já passavam do "queremos Vargas" para um levante armado contra Getúlio e o resto do país. A campanha de incitamento de ódio ao Governo Provisório foi seguramente bem sucedida[46].

---

[45]O principal grupo a se opor organizadamente à guerra paulista dentro de São Paulo foram os comunistas do P.C.B.

[46]Muitos se referem ao ódio histórico que São Paulo teria por Vargas. Justificado pelo levante de 1932 e pela falta de homenagens públicas em logradouros ao chefe da Revolução de 1930. O que poucos se recordam é a relação de admiração de parte dos paulistas por Vargas. Expressa na origem do queremismo em 1930, assim como pela eleição de 1946, na qual Getúlio Vargas foi eleito senador (pelo PTB) e deputado federal em São Paulo. Foi também eleito no mesmo pleito para senador constituinte pelo Rio Grande do Sul (na legenda do PSD), sem falar dos sete Estados que o elegeram deputado federal (São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná). A legislação eleitoral da época não exigia o domicílio como condição para a inscrição dos candidatos, permitindo assim que um político concorresse por Estados diferentes. Também era permitido se candidatar por

O expoente do anarquismo no Brasil, Florentino de Carvalho, descreve assim a arregimentação coercitiva de voluntários para a guerra de 1932:

"(...) se é certo que cidadãos seguiram voluntariamente (...) não é menos certo que outros se incorporaram coagidos pela disciplina militar. Numerosos estudantes se enfileiraram para evitar a perseguição das autoridades escolares; milhares de funcionários públicos, professores, escriturários, comerciários, operários, camponeses etc., marcharam para não comprometerem as suas colocações, recurso único de sua subsistência e de sua prole" (CARVALHO,1932,p23 apud BEZERRA, 1989, p40).

De mesmo modo, o professor Alfredo Ellis Jr, ardoroso defensor do levante paulista, afirma: "Está provado que a grande maioria dos que se bateram bravamente nas fileiras rebeldes se viu arrastada pela aleivosia e enganadora propaganda dos políticos ambiciosos, que foram os principais responsáveis pelo desencadeamento da guerra civil." (ELLIS,1933,p307 apud BEZERRA, 1989, p. 51). Ellis Jr faz esta denúncia não por ter mudado de lado ou opinião: continuava defendendo o levante de 1932. Mas por achar que parte da culpa da derrota militar era dos políticos e "revolucionários de gabinete". Existe neste depoimento, assim como em vários outros, uma oposição entre os bravos soldados paulistas que foram para a batalha e os políticos, ou filhos da elite abastada, que se mantinham na retaguarda. A crítica era dirigida aos que desfilavam de uniformes na cidade de São Paulo mas nunca partiam para o front de batalha.

Lafayette Soares de Paula, jovem estudante identificado com o integralismo e ex-combatente da guerra de 1932, discorre sobre essa diferença entre discurso e prática um ano após a derrota militar paulista:

Os 'carcomidos' de longo traquejo, os 'homens do microfone', trepados sobre os cadáveres dos que há pouco haviam tombado no campo de batalha, as vestes tingidas pelo sangue destes e com a bandeira do estado bandeirante a esconder suas misérias, exploraram o sentimento dos corações ainda lancetados pelo golpe da véspera, proclamando aos quatro ventos: 'a honra e a dignidade de São Paulo estão conosco. Só será bom paulista aquele que votar na chapa única (PAULA, 1934 p 208. Apud BEZERRA 1989, p 96. O grifo é nosso).

Além de opor os verdadeiros combatentes caídos no campo de batalha a aqueles "homens do microfone" o depoimento é interessante por denunciar a utilização do ideário de 1932 para a vitória política da oligarquia na constituinte de 1933/34 ao

---

partidos diversos e para diversos cargos. No entanto não era permitido ocupar mais de um desses cargos e Getúlio assumiu o cargo de Senador do Rio Grande do Sul.

afirmar que só seria bom paulista aquele que votasse na FUP. "O bom paulista" era o termo utilizado pela oligarquia de São Paulo para identificar aqueles paulistas que apoiavam o movimento de 1932 e seus patrocinadores. Normalmente identificados como homens brancos, católicos e de classe média para cima. É claro que as exceções eram bem-vindas e até valorizadas por acrescentarem aquele sentimento de unanimidade tão importante para a legitimidade do movimento. Bem-vindas desde que apoiassem as linhas ideológicas gerais e a necessidade da guerra paulista.

No simples fato de existir a necessidade de denunciar os paulistas que não cooperavam com o levante militar (os maus paulistas) reside a evidência de que nem todos os paulistas apoiavam a causa. A luta não era unânime, apesar de largamente apoiada.

As Traições.

Depois do termino de um processo histórico vem as explicações para seu sucesso ou fracasso. Uma das explicações mais simples para um fracasso (talvez por isso mais recorrente) é a traição. Foi essa, para os derrotados em São Paulo, a principal explicação. A certeza da superioridade paulista tornava difícil a compreensão da derrota[47] sem recorrer a argumentos como este. A primeira traição seria a das frentes únicas; as de Minas Gerais e Rio Grande do Sul que apoiaram o Governo Provisório. Mesmo que algum de seus lideres, como Artur Bernardes e João Neves da Fontoura, tivessem participado da guerra do lado dos paulistas, os respectivos Estados (ou forças militares dos Estados) dos dois apoiaram Getúlio no combate à São Paulo. Teoricamente as Frentes Únicas mantiveram seu apoio ao levante paulista, mas não tiveram a capacidade de empurrar seus Estados e forças militares para a contenda. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a grande figura ligada a traição de São Paulo era Flores da Cunha, cuja liderança sobre os militares negou aos chefes da FUR o apoio bélico ao levante de São Paulo. Pouco importava o apoio de Borges de Medeiros enquanto as tropas gaúchas marchavam contra os paulistas.

[47] Tanto é que se tratou de transformar a derrota em vitória, através principalmente do convencimento de que a constituição de 1933/34 só aconteceu por causa do levante militar de São Paulo. Como visto um dos métodos para isso foi a inversão sistemática da ordem dos fatos históricos.

Mas não eram só líderes políticos de MG e RS que eram acusados de trair a luta. As acusações de sabotagem no Front e na retaguarda também demonstram, de forma velada, que nem todos em São Paulo apoiavam o movimento. Segundo Holien Gonçalves Bezerra[48], existia um sentimento generalizado em São Paulo após a derrota militar de que os revoltosos venceriam se não fossem as traições, tanto as externas quanto as internas. Não faltaram denúncias de alimentos deliberadamente contaminados e/ou envenenados, de granadas feitas para falharem, de comandos de retirada que chegavam em momentos de vitória do exército paulista e de armas que chegavam ao front completamente descalibradas (BEZERRA 1989, p 84).

Ora, se havia paulistas dispostos a se arriscarem em uma sabotagem no meio de um estado de sítio, num Estado mobilizado em torno do movimento, fica claro que o movimento não era unânime e sofria oposição convicta de alguns. Não seria absurdo argumentar que deveriam existir muitos outros contrários à guerra, mas que não dispunham da convicção ou dos meios para combater a guerra de São Paulo.

Como advertia Ibrahim Nobre no panfleto publicado após o armistício e que serve de mote para o segundo capitulo deste trabalho: "Inimigo a luta continua" [49]. E não é ao Governo Provisório ou aos tenentistas que se dirige essa ameaça. A ameaça se dirige aos "maus paulistas", aos traidores do levante militar internos a São Paulo. A luta que não havia terminado com a promulgação da lei eleitoral, nem com a marcação da data da constituinte de 1933/34 e nem com a nomeação de um interventor paulista e civil, tampouco terminaria com a derrota militar de 1932. De fato, mesmo a luta armada não havia terminado para alguns dos exilados que chegaram a criar organizações com o intuito de retomar a guerra no país.

Mas as traições internas que São Paulo usava como justificativa simples para sua complexa derrota não terminavam com os sabotadores. Não eram denunciados só aqueles que se identificavam como oposição ao levante armado. A traição também deu sua cara nas fileiras do próprio movimento. Identificada especialmente com uma traição

---

[48] Recomendamos o livro *O jogo do poder* (1989) de Holien Gonçalves Bezerra para entender os mecanismos e métodos de propaganda empregados para cooptação da população no levante armado de 1932. O livro é síntese de sua tese de doutorado *Artimanhas da Dominação* publicada na FFLCH em 1981. Na tese recomendamos, em particular, a boa analise da bibliografia sobre 1932, disponível até 1981.

[49] *Unge-te de teu ghaudico (sic) e não cooperes. Marca bem o "paulista" que fica ao serviço de teu inimigo. Marca-o bem. Esse é o rufião que entregou a causa. Esse é o filho que entrega a própria mãe. Esse é a fauna da nossa sepultura que irá alimentar-se de nosso cadáver. Marca-o bem.(...) Inimigo a luta continua*. Ibrahim Nobre em panfleto do dia 3 de outubro de 1932

ideológica de alguns dos políticos e intelectuais do movimento que eram inimigos de Vargas, mas que pouco tempo após a guerra, passaram a apoia-lo. Ficava em evidencia que os discursos deles em 1932 eram falsos dada a contradição entre eles e suas posições posteriores.

Os documentos dos revoltosos paulistas poucas vezes usam argumentos concretos. São poucas as menções à situação econômica do momento ou a medidas políticas especificas. Em compensação, não faltam os ideais éticos e políticos emanados de um povo e de sua constituição redentora. Mesmo que essa constituição fosse sempre tratada em abstrato (quando se falava concretamente de uma constituição era para pedir a volta à de 1891). As virtudes cívicas, a lei e a ordem, o patriotismo, o anseio do povo paulista representante de todo o Brasil, a liberdade etc. eram os argumentos utilizados para convencer e justificar o movimento.

Mas esta ideologia que defendia com unhas e dentes o liberalismo, a liberdade e um Estado descentralizado, que denunciava Vargas como o maior ditador da história do Brasil e que era contrário a repressão política foi rapidamente esquecida. O Estado liberal era defendido, mas a principal medida que São Paulo exigia era a intervenção estatal na cafeicultura. Que, aliás, Vargas não titubeou em oferecer. Esta contradição entre discurso e prática já aparecia antes do movimento de nove de julho. No entanto, a partir dos rearranjos políticos de fins de 1933 e de 1934, especialmente com o apoio da oligarquia paulista, a Lei de Segurança Nacional em abril de 1935 se esquecia da defesa da democracia para apoiar os elementos ditatoriais e a repressão política do governo, pois quem sofria com a repressão agora eram os comunistas. De mesmo modo, boa parte da oligarquia paulista defendeu em 1937 a instalação da ditadura do Estado Novo controlada pelo agora admirável Getúlio Vargas. Era claro que a última das preocupações dos políticos paulistas era a coerência ideológica.

Paulo Duarte, co-fundador da USP, dedicou seu livro *Palmares pelo Avesso* : "Aos Paulistas que, vivos, não caíram depois de 1932." O autor explica sua dedicatória na introdução do livro: "Eu mesmo, relendo velhas páginas, fico espantado, como certos tipos que se portaram maravilhosamente nas trincheiras de 1932, podem hoje orgulhar-se de haver passado para a horda dos palmares pelo avesso?" (DUARTE, 1947 p,8).

Quando o autor fala destes homens que se portaram maravilhosamente bem em 1932 mas que passaram para a horda dos palmares pelo avesso ele se referia a falta de coerência ideológica e política de alguns dos combatentes de 1932. Era o fato de que

alguns dos paulistas que lutaram em 1932 pudessem ter, anos depois, apoiado Getúlio Vargas.

O voluntário Lafayette Soares de Paula, a propósito da nomeação de Armando Salles[50] para interventor em São Paulo, define assim a mutação ideológica da oligarquia paulista:

Mova-se uma guerra contra um governo; lance-se pelos microfones das estações de rádio, nas praças públicas, pela imprensa, uma infinidade de impropérios contra o chefe desse governo; anatematizem-se todos os homens da ditadura; e, um ano depois, suba-se de rastros as escadarias do Catete para, de joelhos, beijar-se a mão do ditador! Jogue-se quase toda uma geração de moços nos buracos abertos debaixo de descargas de inúmeras armas(...); enlute-se a Pátria inteira(...) e agora, esquecidos os sacrifícios, as vidas perdidas, os prejuízos causados, dêem-se as mãos, desavergonhadamente, ao inimigo de ontem, unicamente para se ocuparem os cargos de um governo!(...) rebele-se contra um regime;(...) e hoje, fazendo dos cadáveres dos soldados constitucionalistas uma jangada, do pavilhão paulista uma vela, navegue-se no mar rubro de tanto sangue derramado, indo-se ancorar num palácio de governo, tornando-se delegado de imediata confiança dos senhores da situação combatida. (PAULA, 1934, p 218,220,221 apud BEZERRA 1989 p, 97)

Holien Gonçalves Bezerra também sintetiza bem essa contradição entre discurso revolucionário e prática política:

É visível a ambiguidade dos propósitos liberais da burguesia(...) Embora visceralmente contrário à intervenção do Estado na economia, agora não só aceita como solicita seu auxilio para resolver os problemas provenientes da crise avassaladora. Os ideais de Constituição, constituinte, estado de direito, lei, liberdade etc., que constituem um dos eixos ideológicos da Revolução Constitucionalista e que são insistentemente ressaltados nos depoimentos, soam falsamente quando se consuma a reaproximação da burguesia paulista com o governo de

[50] Armando Salles era ligado a Júlio de Mesquita Filho. Editor e dono do jornal o Estado de São Paulo, um dos principais articuladores do levante militar de 1932 e que constantemente acusava Getúlio Vargas dos piores crimes. O fato destes homens, em tão pouco tempo, mudarem tantas vezes de opinião, e sempre de maneira altamente peremptória, demonstra a falta de coerência ideológica quando se trata de manter-se no poder. A trajetória do E.S.P. em relação a Vargas vai do respeito ao político tradicional durante a República velha, à enorme admiração pelo líder da Revolução de 1930 que parte em socorro da cafeicultura, mas se torna o pior dos ditadores durante o processo de organização do levante de 1932, mas volta a ser salvador do Brasil no rearranjo da oligarquia paulista e na repressão ao comunismo a partir de 1935. Em um período de cinco anos o jornal e seus ideólogos, conforme seus interesses, mudaram seu discurso sobre Getúlio Vargas diametralmente e repetidas vezes.

Getúlio Vargas, assumindo atitudes arbitrarias para a defesa de seus próprios interesses."(BEZERRA 1989 p,97)

Os paulistas que se sentiram traídos haviam tardado a perceber que a motivação ideológica apresentada como bandeira do levante de 1932 era simplesmente uma justificativa para a luta política da oligarquia. A Constituição, a liberdade e a democracia eram somente palavras usadas para insuflar uma guerra cujo motivo verdadeiro era a perda do controle hegemônico da oligarquia paulista, depois da Revolução de 1930. Enquanto jovens paulistas morriam nas trincheiras em nome da constituição, os políticos paulistas alimentavam de homens a maquina da guerra para defender motivos bem menos grandiosos.

Racismo e Xenofobia. Os Intelectuais do movimento.

*"O norte inteiro é nosso inimigo instintiv*o." Monteiro Lobato em carta para Valdemar Ferreira. (SILVA 1967, p 279.)

Hoje em dia demonstrações públicas de racismo e xenofobia (assim como de separatismo) são consideradas criminosas e mal vistas pela sociedade. Isso não impede que essas demonstrações ainda apareçam. No entanto, é difícil imaginar os racistas e xenófobos de hoje em dia se manifestando com tanta verve e sinceridade como em 1932[51]. Algo compreensível dado o status de ciência que, à época, o eugenismo garantia ao racismo. O fato de, naquele contexto, ter legitimidade científica garantia a tais teses maior aceitação na opinião pública.

A xenofobia cresceu junto com a centralização política do país até então federalista. São Paulo, em um processo de luta por sua autonomia, vendo ondas de imigrantes chegando empurrados pela seca, pela crise econômica e política, era terreno

[51] A historiadora norte americana Barbara Weistein em um livro recente intitulado *The Color of Modernity* (2015) põe em evidência a ideologia xenófoba e racista por trás do levante de 1932, assim como as origens e repercussões do chamado sentimento de paulistanidade. Não encontrei paralelos na literatura brasileira sobre o tema (Com a exceção talvez do livro São Paulo 1932 Memória, Mito e Identidade. de Marco C. dos Santos e André Mota que também traz Weistein como uma de suas referencias). *The Color Of Modernity* prima pela qualidade de pesquisa e exposição, obra digna de todos as homenagens que seja capaz de receber. Boa parte das ideias apresentadas nas próximas páginas são retiradas ou inspiradas por este livro.

fértil para o crescimento de forte sentimento anti-Nordeste[52] (boa parte dos imigrantes e o interventor João Alberto vinham destas regiões, assim como um grupo dos tenentes, por exemplo Juarez Távora e o falecido João Pessoa) e também contrários ao Rio Grande do Sul (origem da maioria dos militares positivistas e de boa parte dos tenentes, assim como de Vargas e de Luís Carlos Prestes).

Foi nas campanhas por um interventor paulista e civil e pela autonomia paulista que se marcou mais fortemente o regionalismo paulista e sua ojeriza às outras regiões. Pedir que São Paulo fosse governado por um filho de sua própria terra abria espaço para as manifestações xenófobas recorrentes naquele período, onde se opunham os paulistas, símbolos do progresso nacional, aos nortistas e nordestinos, apelidados de "cabeças chatas" e representantes do atraso brasileiro. Não é a toa que uma das organizações de apoio ao levante armado de 1932 se chamava "Liga pela Constituição e pela Ordem, de paulistas de Nascimento". Várias vezes quando se pedia a autonomia paulista ou a separação de São Paulo se argumentava através da superioridade racial paulista. O principal argumento dos que sustentavam essa visão era seu pujante desenvolvimento econômico em oposição ao atraso de outros Estados.

Novamente é o tribuno de 1932, Ibrahim Nobre, que na sua brutal sinceridade[53] explicita de maneira mais forte o racismo presente. Em 1933 o "tribuno de 1932" declarava que se devia fazer em São Paulo como na Alemanha, onde Hitler instalava uma "profilaxia anti-judaica", mas que em São Paulo deveriam se eliminar os elementos

---

[52] Um bom exemplo de xenofobia está na série de reportagens publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* entre 1923 e 1925, cujo autor, Paulo de Morais Barros, foi fundador do Partido Democrático, membro do primeiro secretariado paulista formado após o levante de 9 de julho e secretário da fazenda de São Paulo durante a revolta. As reportagens, "Impressões do Nordeste" e "Impressões de São Paulo", espantam pela crueza com que se exprimem seus preconceitos. Enquanto o Nordeste é descrito como um lugar exótico, dominado pelo banditismo, pelo fanatismo religioso e pela miséria, São Paulo é retratada como o polo moderno, branco e avançado do país. (WEINSTEIN 2015, p.47). Partindo deste longo histórico de xenofobia, fica fácil compreender porque O Estado de São Paulo, forte promotor do levante de 1932, hostilizava João Alberto também por ser nordestino. Claro está, que se nordestino fosse, mas atuasse da maneira como o jornal gostaria, João Alberto não seria hostilizado da maneira que foi. O fato de ser nordestino servia como agravante e talvez como justificativa para a atuação considerada pelo jornal como "anti-paulista".

[53]Como alertamos, as ideias de Ibrahim Nobre assustam o leitor informado do século XXI. Quando Nobre fala sobre as diferenças regionais, na campanha do paulista e civil, faz um apelo ao assassinato dos nordestinos (ou dos revolucionários tenentistas) *a la* Hitler na Alemanha (WEINSTEIN 2015,p94). Quando fala de constituinte ou de constitucionalização, pede a volta da constituição de 1891(SANTOS, MOTA, 2010) mostrando o reacionarismo político de um movimento que se pretendia revolucionário. E quando descreve o levante demonstra no mínimo seu anticomunismo (ou sua ingenuidade) ao dizer que 1932 é a "batalha entre Jesus e Lenine"(BORGES 2002) e (BUONICORE 2003).

que “joanalbertisaram[54]” o sangue paulista (WEISTEIN 2015, p94)[55]. As características óbvias de João Alberto eram os fatos de ser um tenente revolucionário, ex-comandante da coluna Prestes e nordestino. A quais dessas categorias se refere Ibrahim Nobre ao pedir o assassinato dos “joãos albertos” pouco importa, fica latente a sua admiração pelos métodos hitlerianos de genocídio. Ao lhe conferirem status de tribuno oficial do levante de 1932, os contemporâneos de Nobre excluíram a possibilidade que as ideias extremistas por ele apregoadas fossem mera opinião pessoal. Os fatos de haver uma escultura representando seu busto exposta na faculdade de direito do Largo de São Francisco e de que seus restos continuem enterrados no obelisco do Ibirapuera mostram que mesmo post mortem, a recrutar admiradores.

Outros grandes expoentes da xenofobia no episódio são dois já mencionados historiadores, Paulo Duarte, e Alfredo Ellis Jr[56] ambos consagrados professores titulares de história nas origens do departamento na USP.

Paulo Duarte compara as realizações da interventoria de João Alberto com as mesmas de um negro em Dakar “Que vive com seu chapéu alto e de pés no chão, mas convencido de que ocupa a alta posição de cidadão da França” (DUARTE 1931 in WEISTEIN 2015 p, 94).[57] O próprio nome do livro mais famoso de Duarte: *Palmares pelo Avesso*, (publicado em 1947, mas como adverte o autor na primeira página foi escrito em janeiro de 1933) é revelador da ideologia do movimento tão bem sintetizada pelo autor. Ao invés do ocorrido histórico, em que bandeirantes brancos venceram militarmente os negros revoltosos de Palmares, agora eram os negros de Palmares quem dominavam os bandeirantes brancos e revoltosos de São Paulo. Paulo Duarte mostrava toda a frustração de um povo que se achava racialmente e economicamente superior, mas que havia sido derrotado por aqueles que considerava inferiores. A relação normal e aceitável para ele, de escravização de negros por brancos tornava-se insólita quando eram os “negros” que dominavam a “branca” São Paulo. A derrota de Palmares era natural e talvez necessária; o Palmares pelo avesso que era absurdo.

---

[54] O neologismo de transformar João Alberto em um verbo é de Ibrahim Nobre.

[55] Like Germany, wich was implementing “anti-Jewish prophylaxis”, São Paulo should have sought to eliminate the “organisms” that joão-albertized”(*joanalbertisaram*) its blood.

[56] Alfredo Ellis Jr. chegou a ser diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP entre 1939-1941. Sua filha Myriam Ellis também foi professora de história, ocupando a cadeira de Civilização Brasileira deixada por seu pai.

[57] The same role as those negroes in Dakar, with top hat on their head and bare feet on the floor, who are convinced that they occupy the high position of ‘French citizen’.

Já Alfredo Ellis Jr, cujo estudo poria em evidencia a influência da eugenia em São Paulo, argumenta que as diferença étnicas nas diversas regiões do país ocasionaram as enormes diferenças econômicas. Explica ele que o embranquecimento de São Paulo durante a imigração europeia é a causa do enriquecimento paulista. Segundo Ellis Jr., que fora combatente em 1932, "S. Paulo por exemplo, tem como Sta Catharina, 85% de brancos puros. A Bahia, só tem 33%, a Parahyba só tem 32%, o Amazonas 31% e o Piauhy apenas 24%." Concluindo que "Essas variações são tão accentuadas, que influem poderosamente no conjuncto da diversidade geral. As leis da hybridação de Mendel fazem o resto". (ELLIS JR. 1932 p 27,28) Logo depois, Ellis Jr dá a palavra, em uma longa nota de rodapé, a Benito Mussolini, embora em algumas passagens do livro ele acuse seus inimigos tenentes de fascismo.

Essas diferenças regionais enfraqueceriam os vínculos de um Estado Nacional unificado, tornando-o completamente falso. Afinal: "Será puro lyrismo sentimental, se chamarem irmãos um dolico-louro do Rio Grande do Sul, um bachy-moreno de S.Paulo, um dolico-moreno de Minas, ou um platycephaloamongoilado do Sergipe, ou do Ceará ou um negro da Bahia." (ELLIS JR. 1932 p 27). Não é preciso ser especialista em antropologia física para constatar a fragilidade dos dados e definições utilizados por Ellis. No entanto, para ele essas ideias eugenistas são incontestáveis:

> O amongoilamento do typo nordestino já é clássico e por demais sabido, para que honestamente possa ser contestado. Se as vezes esse amongoilamento desaparece, deixa entretanto a platycephalia, vestígio do amerindiano, marcando aquilo que os sulinos chamam, sem sentido pejorativo aliás, de 'cabeça chata'. (ELLIS JR. 1932 p 46)

No próprio título *Confederação ou Separação* também se expressa a relação entre centralismo e autonomia, mas com uma ameaça aberta: se não for alcançada a autonomia que São Paulo deseja, a resposta paulista seria a separação.

São Paulo contra as Hordas.

Em 1952, por ocasião do lançamento das memórias de João Alberto, Júlio de Mesquita Filho se pronunciou. Seria de esperar do dono e editor do jornal mais prestigiado de São Paulo, certo pudor em relação à xenofobia e outros temas polêmicos. Não foi este o caso de Mesquita. De forma bastante aberta, ele demonstra seus sentimentos anti-Nordeste e seus preconceitos. Segundo ele, o levante de 1932 teria sido a luta entre civilização e barbárie, entre o Brasil da horda (os representantes da Revolução de 1930) e o Brasil "organicamente diferenciado" (cujo representante era São Paulo). Afirma ainda que seria impossível que João Alberto, um "mero tenente de artilharia", fosse capaz de compreender a situação paulista. Seria natural que um nordestino, nascido sob o signo do padre Cícero e criado para admirar bandidos como Lampião e Antonio Silvino, impelido pelo determinismo social do meio em que passou sua juventude, apoiasse Getúlio Vargas, homem da horda. (WEISTEIN 2015, p 94) [58].

Vale notar que o termo utilizado por Mesquita para designar Getúlio Vargas e seus apoiadores é "horda". Esta denominação é recorrente na literatura contrária ao governo provisório e aparece, por exemplo, no livro *Palmares pelo Avesso* de Paulo Duarte. O termo, que opõe a civilização à barbárie era tradicionalmente utilizado para descrever as hordas bárbaras que invadiram o império romano. Já o termo "organicamente diferenciado" concede um teor aparentemente cientifico à xenofobia de Júlio de Mesquita. Com a agravante de que, em 1952, quando esta declaração foi feita, a eugenia e as formas de racismo pretensamente "científicos" estavam em franca decadência e descrédito relativamente ao ano de 1932. Mesmo após a derrota nazista, Júlio de Mesquita, continuava a aplicar um verniz de ciência a seus discursos racistas. Salta aos olhos a defesa aberta do determinismo social do meio. Uma das ideias

[58] "'a clash between the Brazil that was organically differentiated and the Brazil of the horde. In other words, it was civilization and barbarism that would meet to fight each other on the lands of the South Atlantic'. He then goes to say that it was beyond the mental capacity of João Alberto, ' a mere artillery lieutenant', to understand what was going on in São Paulo, and then situates him within the stereotypical symbols of nordestino culture: 'Thus it was only natural that he couldn't comprehend the true meaning of all that was unfolding around him, the drama resulting from the collision of two different mentalities, of two different conceptions of society, between the frontier and the Northeast, on one side, and order, social discipline and progress, on the other. Born under the sign of Padre Cícero and raised to admire[bandits] Antonio Silvino and Lampião, the social determinism of the milieu in which he spent his youth impelled him to side with Getúlio Vargas, man of the horde." (o grifo é nosso)

presentes e recorrentes no discurso em apoio ao levante de 1932[59] é a de que existem dois "Brasis" diferentes, um moderno e o outro arcaico. Dois polos completamente distintos, ligados por mero acaso histórico. Não que esta representação partisse somente de São Paulo. Intelectuais nordestinos também retratavam a miséria e o atraso da região ao mesmo tempo em que, algumas vezes, exaltavam a modernidade de São Paulo. Mas, em São Paulo, esta ideia impregnava boa parte da intelectualidade ganhando status de visão política e influenciando os paulistas em suas decisões.

Para reforçar essa diferenciação, em 1932 o Nordeste brasileiro sofria com a seca. E um fato, criticado do norte ao sul do país, era a migração em massa de nordestinos para o sul do país[60].

A separação entre o "moderno Estado de São Paulo", em oposição aos atrasados Estados do nordeste, significava, para boa parte dos paulistas, superioridade hierárquica de um Estado sobre o outro. Superioridade que passara a ser desrespeitada em todos os campos da vida nacional. Após a perda do poder federal, São Paulo se viu pela primeira vez em muito tempo incapaz de ditar os rumos da nação. Os paulistas se sentiam ameaçados em sua autonomia pela atuação do Governo Provisório no Estado, desrespeitando a tradicional federalização da República Velha. Pior, vislumbravam a possibilidade real de uma centralização política ainda maior, dependendo dos resultados da Constituinte e da atuação de Getúlio e do governo. A oligarquia do Estado mais forte do país não aceitaria sem enfrentamento este cenário. Os bandeirantes não aceitariam sem luta o avanço da "horda bárbara".

No entanto as relações entre região, raça e convicção política eram sempre fluidas. Negros que apoiassem o levante eram orgulhos da raça. Enquanto brancos que se opusessem ao movimento eram considerados bárbaros, independentemente de sua origem ou etnia. Deste modo, Miguel Costa, homem branco que havia morado toda a vida em São Paulo, era visto como um inimigo de São Paulo por ser tenente revolucionário. Enquanto pessoas que nunca haviam posto o pé em São Paulo poderiam

---

[59] A ideia de dois países em um é anterior ao levante de 1932. Um exemplo importante é o livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha, publicado em 1902 onde esta ideia aparece algumas vezes, mesmo que a conclusão final de Euclides seja a de que na realidade estes dois "Brasis" não eram tão diferentes quanto ele um dia imaginara. De mesmo modo a xenofobia e o racismo paulista deram suas caras antes do levante militar de 1932. No entanto, neste ano, se nota uma radicalização deste tipo de discurso. Novamente é a recente pesquisa de Barbara Weistein que melhor debate o tema (WEISTEIN 2015).

[60] Para mais informações sobre a influencia da migração no período recomenda-se a tese de doutorado "Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945)" de Julio Zorzenon Costa(2007).

ser consideradas baluartes da paulistanidade ao se contrapor ao governo provisório. os baianos que, em 22 de agosto de 1932, foram presos em uma manifestação em solidariedade aos revoltosos paulistas poderiam ser considerados "bons paulistas". O fato é notável, pois a manifestação se tornou fator de estruturação da oposição ao interventor Juracy Magalhães. É a partir dela que se organiza o grupo, composto principalmente de alunos e professores liberais das faculdades de direito e medicina, que fundariam a Liga de Ação Social e Política (LASP) cuja solidariedade aos revoltosos paulistas era tão forte que resultou no apelido de "Liga dos amigos de São Paulo". Certamente, para os "bons paulistas" estes "amigos de São Paulo" não faziam parte da horda. Para explicar esta fluidez de comportamento, por vezes, se utilizava as categorias de bom paulista/mau paulista.

Os Negros em ação.

Petrônio José Domingues, em artigo dedicado aos batalhões de negros no levante de 1932[61] também acusa Alfredo Ellis Júnior de ser expoente paulista do racismo. Na obra *Primeiros Troncos Paulistas* , de 1936, Ellis Jr. insinuava que o negro estaria fadado à extinção no planalto paulista. Estariam condenados desde o período do pós-Abolição, devido a sua incapacidade de adaptação genética. A população paulista tendia a branquear-se rapidamente. Esse processo seria acelerado pela entrada em massa de imigrantes brancos europeus. Nessa obra, ele ainda "comprovaria" a ausência do negro tanto na constituição étnica, quanto no desenvolvimento socioeconômico de São Paulo e de sua raça. O discurso , assim, era que a população negra não teria contribuído para a formação da "nação paulista" (DOMINGUES 2000).

Mas os negros em São Paulo não se intimidavam frente ao racismo e criaram a Frente Negra Brasileira (FNB), organização fundada no ano de 1931 na capital do Estado. O intuito era defender e expandir os direitos da população negra em todo o

[61] *Os Pérolas Negras: A participação do negro na revolução constitucionalista de 1932* (DOMINGUES 2000) Alem dos trabalhos de Domingues sobre a Legião Negra e o racismo em São Paulo, presentes na bibliografia, recomendamos para aqueles que querem se aprofundar no tema o sub capitulo *Puzzle No. 1: The Legião negra* presente no livro *The Coloro f Modernity* de Barbara Weistein(WEISTEIN 2015, p 133 e seguintes)

território nacional[62]. A FNB não apoiou o levante constitucionalista; afinal vários de seus lideres apoiavam Getúlio Vargas e já haviam se manifestado publicamente em defesa do Governo Provisório. Mas existia uma corrente de membros da FNB em São Paulo que brigou pelo apoio ao levante. A decisão da organização foi manter-se neutra sob o argumento de que os negros lutavam dos dois lados da contenda e que portanto a organização não poderia apoiar nenhum lado. Deixou, no entanto, a seus membros a liberdade de agir como entendiam eles próprios entendiam ser correto. (DOMINGUES, 2003, p206)

Entende-se que conforme a luta armada se aproximava, diminuíssem os discursos racistas públicos. O aumento da necessidade de braços para alimentar a guerra e a criação da Legião Negra alguns dias após o nove de julho explicam a diminuição da discriminação. Não fazia sentido segregar uma significativa parte da população paulista. Neste momento começam os elogios aos negros que lutavam por São Paulo e a sua disposição nos batalhões destinados a eles (DOMINGUES 2003, p 209). De fato a existência de um batalhão só para negros: a "Legião Negra" ou o batalhão dos "Pérolas Negras", já explicita por si só uma diferenciação entre negros e brancos. Afinal, porque estes homens não lutavam nos batalhões regulares mas sim em batalhões segregados? E o que é mais significativo, porque os oficiais importantes destes batalhões eram brancos? O próprio comandante militar deste batalhão defendia publicamente o eugenismo (DOMINGUES 2003. P 209).

Ainda existem denuncias sobre a falta de reconhecimento destes soldados, a falta de indenizações aos combatentes negros que saíram vivos ou a família dos mortos (que aparentemente não foram muitos)[63]. Existem autores que apontam a existência de uma carta secreta de Pedro de Toledo que recomendaria a proibição da entrada de mendigos e negros no exército paulista na guerra de 1932[64]. (DOMINGUES 2000, p 227) Mais documentada está a caçoada racista padrão das trincheiras de São Paulo, coletada e

---

[62] Uma das conquistas da FNB foi a possibilidade de negros ingressarem na Força Pública Paulista. Até o final do ano de 1932(depois da derrota paulista) os negros eram impedidos de participar dela. mas Getulio Vargas, após reunião com a FNB, decretou o fim desta discriminação oficial do Estado de São Paulo.

[63] Prossegue na historiografia uma disputa sobre a discriminação da Legião Negra no contexto da guerra, mas o que nos interessa salientar aqui é o caráter racista (e xenofóbico) da ideologia do movimento de 1932.

[64] A declaração tem sentido no contexto se considerarmos que até o final de 1932 os negros não podiam entrar na Força Pública do Estado de São Paulo. Foi somente após a derrota militar dos revoltosos paulistas e sob pressão de Vargas que foi permitida a entrada de negros na Força Pública.

divulgada por Mario de Andrade. Ela consistia em explicar a existência da Legião Negra como tática militar para a realização de ataques noturnos (SANTOS e MOTA 2010 p,37) Na mesma linha de denúncias, depois de terminada a guerra, Guaraná de Sant´anna[65] acusou os paulistas de deixarem os antigos soldados negros largados na rua como lixo humano, abandonados por aqueles que haviam sido seus companheiros de trincheira até pouco tempo antes (WEISTEIN 2015 p,158).

Para se contrapor ao argumento de que o levante era oligárquico ou "aristocrático" exaltavam-se as figuras humildes, representantes das minorias que participaram no movimento. Eles eram exibidos como prova do apoio das classes subalternas, dos negros, dos índios, das mulheres e crianças etc. ao movimento. As duas principais figuras utilizadas para tal propósito eram a de Paulo Virgínio, um camponês humilde e a de Maria Soldado, uma mulher negra e combatente, ex cozinheira de uma rica família paulista. A existência destas figuras era utilizada para provar que a luta de classes não empurrava o movimento paulista mas sim a consciência moral unificada de todos os "descendentes dos bandeirantes", ricos ou pobres.

O herói Paulo Virgínio[66] teria morrido nas mãos das tropas federais, mas se negado a entregar seus companheiros paulistas. Suas ultimas palavras teriam sido: "Morro, mas São Paulo vence". A função desta frase é reforçar a ideia de que São Paulo perdeu mas venceu. Essa ideia já aparecia nos jornais paulistas um dia após a derrota paulista, mas é repetida até hoje por intelectuais de diferentes matizes. Era e é difícil aceitar a derrota dos "superiores bandeirantes" face ao exército de "revoltados quilombolas"[67]. Então tratava-se de transformar a derrota em vitória. São Paulo teria sido vitorioso em 1932 e sua vitória seria a realização da Constituinte de 1933/34, a reconstitucionalização do país. A consagração desta explicação é o único fator plausível para a massiva recorrência de inversões [68] que servem para justificar o constitucionalismo paulista. Reconhecer que a data da Constituinte estava marcada antes do levante de 9 de julho significa reconhecer que a Constituinte não foi uma

[65]Guaraná de Sant´anna fora membro da Frente Negra Brasileira até ser expulso no primeiro trimestre de 1932 por ser frontalmente contrário ao governo provisório de Vargas. Foi ativo apoiador do levante de 1932 e responsável por organizar os negros para o combate, fundando a Legião Negra assim que foi iniciada a rebelião. Foi posteriormente expulso da Legião Negra em Setembro de 1932, ao que tudo indica, por suspeita de desvio de recursos. (DOMINGUES 2008, p 131)

[66] O nome parece inspirado no romance de Saint Pierre intitulado: *Paul et Virginie.*

[67] Para utilizar a analogia de Paulo Duarte em *Palmares pelo Avesso.*

[68] Sobre estas inversões consultar o primeiro capítulo deste trabalho, mais especificamente no trecho intitulado *Fatos invertidos história mal contada.*

vitória do levante armado de São Paulo. É admitir que São Paulo não venceu, perdeu. Ou, se venceu ideologicamente, foi ao convencer a grande maioria dos intelectuais, de que sem a guerra de 1932 não haveria a Constituinte de 1933/34.

A história de Paulo Virgínio[69] foi uma das mais repetidas pelos defensores do levante. Tanto durante o movimento de 1932 como nas homenagens posteriores. A figura humilde do camponês pobre que apesar das parcas condições sabia ser um bom paulista, virou símbolo do movimento. No entanto maior atenção é dada à figura de "Maria Soldado" uma cozinheira negra que teria abandonado seu trabalho na casa de uma rica família para se alistar nos batalhões da Legião Negra. Após provar com sua coragem o valor dos paulistas e ser ferida à bala, foi alçada ao patamar de heroína do movimento. A história é praticamente idêntica a de Maria Quitéria, heroína que teria combatido na guerra de independência (1792–1853) vestida de homem. Décadas após o fim da guerra, Maria Soldado ainda era exaltada como símbolo feminino de 1932. Mas o que nenhum historiador antes de Barbara Weistein (2015) havia questionado é que os promotores da história da Maria Soldado, preocupados que estavam em propagandear as belezas do movimento, esqueciam de prestar atenção no nome de Maria. Segundo a historiadora, a Sociedade de Veteranos de 1932 assim como a Associação Comercial de São Paulo, dois dos principais responsáveis por alçar Maria Soldado a condição de heroína, provavelmente não conseguiram acertar o nome dela. Segundo a autora, existem documentos da comunidade negra que indicam que Maria Soldado se chamava Maria José Bezerra, mas os "bons paulistas" sempre chamaram sua heroína de Maria José Barroso[70] (WEISTEIN 2015, p 151) Se for verdade, este pequeno erro demonstra que a figura real de Maria José Bezerra (ou Barroso) pouco importava

[69] Existe uma recorrente criação de heróis do tipo mítico na história das guerras brasileiras. Além dos heróis de 1932 e da já citada Maria Quitéria, relembramos as figuras do "Corneteiro de Jacareí" cujo nome seria João José de Jesus. Conta se que ele teria sido Praça do 42º Batalhão de Voluntários da Pátria durante a guerra do Paraguai. Onde ele teria mesmo ferido múltiplas vezes continuado a desempenhar a sua função de corneteiro até a morte. Seu último suspiro seria o toque de vitória da tropa. De mesmo modo após a participação de pracinhas de Jacareí na Segunda Guerra Mundial desenvolveu-se a história do segundo corneteiro da cidade. O expedicionário João Américo da Silva que combateu na Itália assim como uma centena de seus companheiros foram homenageados com uma estatua de um corneteiro no centro da cidade. Outro herói deste tipo se chamaria Marcilio Dias e teria se consagrado durante a batalha de Riachuelo na guerra do Paraguai ao perder o braço(e a vida) defendendo a bandeira brasileira. O nome Marcílio seria uma referencia ao deus romano da guerra Martes.

[70] Até onde pudemos acompanhar a historiografia, mesmo a feita por especialistas no movimento negro, continua a chamar Maria Soldado pelo nome de Maria José Barroso. Convenhamos que, se confirmado, este seria um erro bastante incomum. Impressionaria ainda mais a capacidade de observação e pesquisa de Barbara Weistein já comprovada pela qualidade de seu trabalho *The Color of Modernity* (WEISTEIN 2015).

frente ao tipo idealizado de Maria Soldado, representante da unanimidade de classes e etnias em prol do movimento paulista.

As Mulheres Paulistas.

Eu sou Mulher Paulista. Sou filha e neta de Bandeirantes. Os nossos maiores que rasgaram brumas e brenhas, que traçaram, no planalto, caminhos, sonhos e destinos, vivem e exercem a sua influencia sobre a nossa vida de todos os dias. (*Folha da Noite*. São Paulo, 14 de Julho de 1932, p. 2)

Em vários dos importantes episódios da historia do Brasil é razoavelmente difícil, quando não impossível, encontrar referencias a figuras femininas ou a atuação das mulheres em geral. Na Revolução de 1930, por exemplo, definida basicamente em quartéis militares e disputas políticas, a presença da mulher é praticamente inexistente. Afinal a mulher não participava da política, durante a República Velha não tinha nem direito ao voto[71], e muito menos dos quartéis. No entanto, as referencias a participação feminina no levante paulista de 1932 são inúmeras. Quase qualquer documento que faça um relato geral do movimento cita a participação importante de mulheres. Os próprios organizadores do movimento propagandeavam ostensivamente essa participação. Faz parte da criação da ideia de que o movimento de 1932 foi unânime em São Paulo a participação feminina. Faz também parte da percepção que o próprio movimento tinha de si.

Seguramente a participação da mulher foi maior neste movimento que em 1930, por exemplo. Em 1932 se travou uma guerra mais longa e seguramente com maior participação civil. Parte do povo paulista se mobilizou e as mulheres contribuíram de várias formas: indo para as fábricas trabalhar no que era possível, costurando uniformes, bandagens e fazendo capacetes, participando dos comícios e manifestações, servindo como enfermeiras (e ao menos no caso da Maria Soldado combatendo), exaltando os homens a irem para o campo de batalha, doando as alianças e o ouro na famosa

[71] Conquista da lei eleitoral de Getúlio Vargas.

campanha de doações etc. No entanto, do mesmo modo que se encaravam todos os debates, o debate em torno da mulher no movimento era sempre travado de forma abstrata. Não existiam propostas praticas ou debates. O fato da lei eleitoral de Vargas ter sido a primeira a permitir o voto feminino não é nunca mencionado. A participação das mulheres no levante de 1932 não representou para elas nenhuma melhora tangível nas relações de gênero no Estado de São Paulo.

Como bem nota Barbara Weistein[72], a figura da "Mulher Paulista". (que sempre aparecia com letras capitais) foi bastante utilizada pelo movimento. Ela representava em abstrato todas as boas moças de São Paulo. Diversos depoimentos apareciam em nome da "Mulher Paulista", tanto no jornal quanto na rádio. Estas mulheres eram sempre brancas e representantes da oligarquia paulista. Conclamavam os homens a ir para a luta exaltando o imperativo moral da guerra paulista. Nenhuma voz dissonante era tolerada, como relata a denúncia da paulista Isabel Ferreira Bertolucci, feita no jornal *A Plebe*: "as mulheres trabalhadoras e as mães dos soldados anônimos não podiam falar em nome da Mulher Paulista"; para ela as opiniões das mulheres eram monopolizadas por "Frívolas mulheres burguesas" [73] (WEISTEIN 2015, p 191).

A imagem ideal das Mulheres Paulistas era a de comportadas donas de casa que entregavam sem remorso tudo o que mais amavam. Seus homens, maridos e filhos iam para a guerra, enquanto elas dedicavam seu tempo trabalhando de maneira que nunca haviam feito. Construindo ou reformando capacetes, costurando vestimentas e botas e até fabricando munição. O poder imagético das fotos foi largamente utilizado mostrando as senhoras da sociedade nas fábricas a trabalhar. Estas mulheres apoiavam a guerra da maneira possível para senhoras de respeito: sua presença nunca seria tolerada nos campos de batalha. A construção das imagens do movimento demonstra isso. Enquanto as mulheres brancas eram fotografadas vestidas de branco, sejam as civis de vestidos ou as enfermeiras de uniforme, as enfermeiras da Legião Negra (que eram as mulheres negras cujo registro de imagem era utilizado) usavam um uniforme caqui muito mais próximo de um uniforme militar.

---

[72] Para mais detalhes sobre a participação da mulher no levante de 1932 recomendamos o capítulo "Marianne Into Battle? The Mulher Paulista and the Revolution of 1932", de onde retiramos boa parte da argumentação deste sub-capítulo(WEISTEIN 2015, p 161)

[73] "The woman worker and the mothers of anonymous soldiers could not speak in the name of the Mulher Paulista". Instead, the author contends that "she" was monopolized by "Frivolous, bourgeois ladies."

Qual era portanto a diferença entre as "Mulheres Paulistas" e a heroína Maria Soldado que permitia que Maria virasse Soldado? O fato de ser uma cozinheira pobre e negra, o que permitia que ela fosse associada à imagem de uma combatente. Era socialmente aceito para uma mulher negra e pobre ser guerreira e inclusive que ela virasse uma heroína e um tipo ideal utilizado pelo levante de 1932. No entanto, Maria Soldado não foi a única mulher combatente a ser registrada. Existem na documentação menções a uma mulher branca que teria lutado: Maria Stela Sguassabia, uma professora de escola com 43 anos e viúva, teria se disfarçado de homem para poder ir para a guerra. Foi apelidada de "Soldado Maria" o inverso simples de "Maria Soldado". Pelo fato de ser branca e de possuir uma posição de respeitabilidade na sociedade (professora), sua história pode ser considerada como de maior transgressão aos valores tradicionais da sociedade. Talvez por isso Maria Soldado tenha sido alçada ao status de heroína do movimento (um tipo ideal), sendo eleita em 1957 pela Associação Comercial de São Paulo "Mulher Símbolo de 1932", enquanto a Soldado Maria tenha sido menos lembrada.

A Revanche anti-gaúcha.

"*Amarraremos os cavalos gaúchos no obelisco da Avenida*. "[74] Frase atribuída a Flores da Cunha (SILVA 1931,p 78)

O Nordeste não possuía o monopólio da xenofobia de São Paulo, os habitantes do Rio Grande do Sul também sofreram preconceitos ainda que menos ostensivos e menos lembrados. Talvez dado o fato de etnicamente o Rio Grande do Sul ser composto historicamente por uma maioria branca e de ascendência europeia, a xenofobia em relação a este estado não passe pela questão racial. Provavelmente esta situação dava ensejo a outros tipos de preconceitos, que datam de antes da Revolução de 1930. Por exemplo, em maio de 30, depois que a Aliança Liberal havia perdido o pleito nas urnas fraudadas e Vargas feito declarações que contemporizavam com a possibilidade de um levante armado, o grupo de políticos gaúchos se encontrava desmoralizado frente a

[74] A frase se referia a entrada das tropas no Distrito Federal durante a Revolução de 1930 mas tornou-se símbolo daqueles que nutriam sentimento anti-Rio Grande do Sul. Quando as tropas gaúchas entraram no Distrito Federal algum soldado transformou a frase de Flores da Cunha em realidade amarrando seu cavalo no obelisco. Uma foto foi tirada causando grande comoção na população brasileira.

bancada paulista. João Neves da Fontoura, naquele momento defensor da via armada, conta que na Capital Federal os políticos paulistas, para galhofar com os brios dos políticos gaúchos pediam nos restaurantes: "bife a gaúcha: um pedacinho de carne e muita farofa!" (FONTOURA, 1963, p 321,322).

Mas é claro que após a derrota militar de 1930 a raiva paulista, expressa através da xenofobia contra o Rio Grande do Sul, deve ter aumentado. Menos de dois anos depois, em meados de 1932, São Paulo era derrotado militarmente por gaúchos uma outra vez. É claro que vários outros Estados participaram das duas contendas (1930 e 1932), e que o mais correto seria dizer que foi o Brasil quem derrotou a oligarquia paulista nas duas ocasiões, mas também era natural que saltasse aos olhos o fato de Getúlio Vargas, candidato a presidência em 1930 pelo Rio Grande do Sul, ser a principal expressão do campo político que derrotou São Paulo em armas.

Uma carta de João Neves da Fontoura (que novamente apoiava a via armada, só que em 1932 do lado da oligarquia paulista) a Borges Medeiros[75] ganhou ares de profecia. Disse João Neves: "O pior de tudo é que o ódio ao Rio Grande está tomando, em São Paulo, as proporções de um culto cívico." Esta carta, datada de 26 de maio de 1931, não era profética, mas uma boa análise da postura xenofóbica de São Paulo em relação ao Rio Grande do Sul. Alguns meses depois, no dia 25 de janeiro de 1932, durante as comemorações de aniversário da cidade de São Paulo, foi atacado o Centro Gaúcho que existia na cidade, concretizando fisicamente aquela xenofobia a que João Neves se referia. Durante o ataque, o escudo de 1835, tradicional símbolo dos gaúchos, foi arrancado sob vaias ao Rio Grande do Sul. Com a chegada da polícia a coisa não melhorou muito para os gaúchos presentes no centro. Não sendo capaz de guarnecer o local, a polícia mandou que a diretoria (do Centro Gaúcho) se retirasse, mas para evitar mais confusão, eles deveriam levar consigo as bandeiras do Rio Grande do Sul e de São Paulo hasteadas no local.

Já durante a guerra iniciada em nove de julho foi sintomática a declaração feita por Monteiro Lobato na já citada carta para Valdemar Ferreira. Nela o autor demonstra o espírito de desforra, contra o resto do país, deixando claro seus sentimentos quanto ao Rio Grande:

---

[75] Um dos lideres do Partido Republicano Rio Grandense (PRR) e governador do Rio Grande do Sul por mais de duas décadas. Aliado de Vargas até a Revolução de 1930, Borges de Medeiros apoiou os paulistas na campanha de 1932. Foi no PRR que Getúlio Vargas iniciou sua carreira política oficialmente.

> Após a vitória de São Paulo na campanha ora empenhada, se faz mister que seus dirigentes não se deixem embalar pelas ideias sentimentais de brasilidade, irmandade, e outras sonoridades. O Norte inteiro é nosso inimigo instintivo. O Rio Grande não é nosso amigo, Minas cuida de si. (...) Convençamo-nos de que só há dois caminhos na vida; ser martelo ou bigorna, boi de corte ou tigre(...) transforme-se São Paulo em tigre. Faça-se todos os dentes e garras afiadíssimas, antes que a linda ideia romântica de brasilidade o reduza a churrasco" (SILVA,1967, p 279)

As claras menções aos habitantes do Rio Grande do Sul através da oposição entre tigres (paulistas) e bois de corte (gaúchos) revelam o grau de ufanismo regional e xenofobia de parte da intelectualidade e do povo de São Paulo. O depoimento é interessante pois atira para todos os lados. A declaração expressa a disputa entre São Paulo e o Nordeste, assim como a de São Paulo com o Rio Grande do Sul. Fica claro neste trecho o sentimento de nós contra todos. Para o bem da nossa literatura popular, Monteiro Lobato mudou de opinião ao longo de sua vida.

Após a vitória militar das tropas legalistas e a derrota paulista seguiu-se um breve período de ocupação militar de São Paulo. São reportados diversos casos de violência e hostilidades dos ocupados em relação a seus ocupantes. Fato até que esperado após uma derrota e ocupação, mas o caráter xenofóbico destas disputas entre populares paulistas e tropas ocupantes ganha interesse quando relacionado com a ideologia do levante de 1932. Para ficar em um exemplo de consequência destas disputas citamos o cônsul dos Estados Unidos no Brasil, que em 1933 reporta para os EUA uma série de disputas violentas entre as tropas ocupantes de maioria nortista e os paulistas (WEISTEIN 2015, p 156)[76].

Fiant Eximia: Pro São Paulo ou Pro Brasilia?

Non Ducor, Duco. Inscrição no brasão da cidade de São Paulo

Conforme se aproximava a luta armada, o mote do Estado de São Paulo e dos organizadores do levante "Pro São Paulo Fiant Eximia" (Por São Paulo excelentes coisas serão feitas) foi trocado para "Pro Brasilia Fiant Eximia" (Pelo Brasil excelentes

[76] No sub-capitulo "The generation of 32" a historiadora Barbara Weistein apresenta também outros exemplos de conflitos étnicos e regionais em São Paulo após a derrota militar de 1932. (WEISTEIN 2015, p 155 e seguintes)

coisas serão feitas). Sintoma de que aqueles que organizavam o movimento tinham consciência de que as ideias separatistas ou extremamente regionalistas cobravam um alto preço político. Bastante percepção teve o burguês progressista Paulo Nogueira Filho, ao notar que conforme se aproximava a luta armada existia uma tendência natural a se negar as bandeiras separatistas, e também, a que o separatismo fosse cada vez mais absorvido pelo autonomismo. Exigir autonomia para São Paulo era bastante mais palatável que exigir a separação do Estado do resto do país. Nogueira lembra em suas memórias que na passeata de 25 de janeiro de 1932 alguém pegou o microfone e disse: "Vida longa a República de São Paulo". A fala gerou aplausos e gritos de aprovação na multidão. (NOGUEIRA, 1965, p25) De fato as ideias separatistas tinham apelo em parte da população mas no plano nacional isolariam São Paulo ainda mais.

Os mais notórios exemplos de defesa do separatismo estão explícitos em dois textos já citados neste trabalho. A carta intitulada *Hegemonia ou Separação* escrita por Monteiro Lobato e o livro *Confederação ou Separação* escrito por Alfredo Ellis Jr. Nestes dois textos (como apontam os títulos) diversas vezes seus autores defendem como solução final a separação de São Paulo. Para Lobato o levante de 9 de julho era uma guerra de independência: "*Agora estamos em plena guerra de independência, disfarçada em guerra constitucionalista"* (SILVA, 1967, p 280 em itálico no original).

Ellis Jr, defendeu em seu livro *Confederação ou Separação* a naturalidade[77] com que o Brasil deveria se separar. Para Ellis Jr a separação de São Paulo era solução perfeita. Aliás os pequenos países tinham inúmeras vantagens sobre os grandes. A única exceção era os Estados Unidos da América, cujo sistema federalista resolveria parte das questões de rivalidade interestaduais. Não necessariamente o Brasil precisaria se separar, ainda que esta fosse uma solução bastante viável. A alternativa era o super federalismo ou uma confederação de Estados. O livro de Ellis tinha a pretensão de ser uma carta guia para a futura constituição. Parece ser contraditório com a defesa feita pelo autor, em diversos pontos, da constituição de 1891. Mas em vários outros trechos o autor enxerga limites na constituição da Republica Velha. Assim como Monteiro Lobato, ele acreditava que o Brasil deveria ser ainda mais federalista. Por isso a revolta destes autores contra as correntes centralistas, contra Vargas e os tenentes.

[77] Para Ellis um país de proporções continentais e sem vínculos de raça como o Brasil estava fadado a desagregação territorial. A única forma de evitar esse quadro seria o federalismo extremado.

A revolução de 1930 e a contra revolução de 1932 serviriam apenas para exacerbar a rivalidade entre São Paulo e o resto do país:

> "Hoje, depois da guerra em que S. Paulo sustentou isolado, contra o Brasil inteiro, a anthipatia se transforma em sentimento mais profundo e amplo. (...) O sentimento regionalista paulista, augmentou formidavelmente nestes 3 annos graças aos actos de governança dos detentores do poder. A ultima guerra, em que ficou bem patente ser S. Paulo muito mal quisto no Brasil, não fez senão augmentar multiplicadoramente os índices de regionalismo." (Ellis Jr 1932 p 58 e 59)

Infelizmente o pensamento xenófobo, racista e separatista de Ellis Jr ecoa até os dias de hoje.

Não convém no entanto super valorizar o movimento separatista dentro do levante armado de 1932. De fato, aqueles que se opuseram ao movimento paulista, tiveram uma tendência histórica a generalizar a existência do separatismo. Afinal a acusação de separatismo era a mais grave que pesava contra o levante, a mais apta a mobilizar o resto do país contra São Paulo e a que mais poderia caracterizar negativamente os organizadores do movimento. Por isso também as posições separatistas foram rapidamente silenciadas, reprimidas pelo próprio movimento, acabaram sendo absorvidos pela campanha da autonomia. A questão da autonomia parece mesmo ter um peso maior e como gozava de uma aceitação publica nacional, diferentemente do polêmico separatismo, foi a bandeira escolhida.

Uma curiosidade ilustra bem a força do regionalismo paulista, o visto de entrada em Portugal de Pedro de Toledo. Após a derrota militar do movimento boa parte de seus lideres, seguiu para a terra então governada por Antônio de Oliveira Salazar, chefe vitalício do regime fascista português. Ao lá entrar, Pedro de Toledo, no campo de seu visto designado para a nacionalidade, escreveu: São Paulo. (WEINSTEIN 2015, p 106)

Pela ordem e contra o comunismo: a esquerda no levante de 1932.

"O nosso movimento é do Brasil. Católico, disciplinado e forte, contra a anarquia em que queriam que vivêssemos. Uma luta de Jesus contra Lenine". (Ibrahim Nobre. "Tribuno do Movimento Constitucionalista", em 12 de julho de 1932)

Citado por Vavy Pacheco Borges na exposição "Testemunhos de 1932", comemorativa dos setenta anos do levante em 2002 e por Augusto Buonicore (BUONICORE, 2003).

Para a historiadora Maria Helena Capelato, um dos eixos explicativos do levante de 1932 está escamoteado em um dos motes do levante: o grito paulista de "Pela Ordem" sintetizava o anticomunismo presente em quase todos os discursos da época (CAPELATO, 1981,p 58). Esta "ordem" se imaginava em franca oposição à desordem "comunista" do Governo Provisório. Não é exagero dizer que uma das principais motivações ideológicas para o levante de 1932 foi o anti comunismo da oligarquia paulista. A primeira disputa entre João Alberto (e Governo Provisório) com os políticos que haviam apoiado a Revolução de 1930 em São Paulo (PD) se deu por causa da suposta liberdade que o tenente pernambucano concedeu aos comunistas logo que chegou em São Paulo.

É bastante clara a distância entre Vargas e o comunismo, especialmente se considerada a dura repressão ao levante de 1935 e durante a ditadura surgida a partir do chamado Plano Cohen[78]. Também é bastante clara na historiografia a referência filosófica ao positivismo em sua versão brasileira[79] tal como o compreendiam Vargas e

[78] O Plano Cohen foi uma falsificação grosseira que serviu de pretexto para justificar o estabelecimento da ditadura do Estado Novo. Em novembro de 1937, poucos meses antes da eleição presidencial marcada para 1938, sem a candidatura de Getúlio Vargas, o capitão Olímpio Mourão Filho, militante integralista (e futuramente um dos responsáveis pelo golpe militar de 1964) forjou um "documento" apelidado de Plano Cohen que seria a prova da tentativa de um golpe comunista. A consequência da denuncia deste plano foi a declaração de um Estado de Guerra e a permanência de Vargas no poder.

[79] O positivismo brasileiro rompeu com o positivismo francês de Augusto Comte se destacando por uma postura mais radical em relação à necessidade de igualdade social. Para os positivistas brasileiros a escravidão era totalmente inaceitável, enquanto os franceses encontravam justificativas teóricas para o

a maioria dos tenentes. No entanto, em 1932, Vargas e o governo provisório eram taxados de comunistas quando aplicavam medidas sociais que representassem uma melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e/ou acarretassem alguns ônus para os industriais e grandes proprietários. Medidas como férias para trabalhadores e proibição do trabalho infantil eram atacadas pelos opositores paulistas como provas do vínculo do governo com Moscou.

A grande recorrência da argumentação anticomunista[80] e a importância dedicada à questão pelos próprios articuladores do levante de 1932 nos levam a examinar a questão um pouco mais de perto. Para separar objetivamente a retórica anticomunista do medo real de uma revolução social seria preciso saber se aqueles que lutavam contra o comunismo o faziam sinceramente ou apenas usavam-no como pretexto. Independentemente da subjetividade dos anticomunistas, o que é possível reconstruir com objetividade é o tamanho e a capacidade de atuação dos comunistas. Seriam eles realmente capazes de criar ou influenciar uma nova revolução no período? Teria o medo da oligarquia paulista base real? Ou seria a retórica anti comunista simplesmente mecanismo ideológico do movimento? Encontrando os limites do PCB, seremos capazes de separar uma disputa política real entre comunistas e anticomunistas de um recurso retórico para aglutinar as massas em torno da bandeira do movimento paulista. Ou, para dialogar com Ibrahim Nobre, em termos mais literários, poderemos separar a disputa entre Jesus e Lenine da disputa entre Quixote e o moinho do comunismo[81].

Em 1932, o Partido comunista do Brasil (PCB) completara dez anos e apesar do pequeno tamanho já assustava muita gente. Odylio Denis, um dos militares responsáveis pelo golpe de 1964, em seu livro intitulado *Ciclo Revolucionário Brasileiro,* aponta 1932 como o ano em que os comunistas começaram a atuar no Brasil. Logo na primeira página do prefácio, o general demonstra que de comunismo não sabe absolutamente nada, mas que de medo do comunismo tudo conhece:

---

abominável regime. Sobre a influência do positivismo brasileiro ao longo de nossa história vale consultar *Dialética da Colonização* de Alfredo Bosi, especialmente o capítulo "A Arqueologia do Estado Providência" (BOSI, 1992).

[80] O leitor que quiser se aprofundar no tema do anticomunismo no Brasil pode consultar a tese de doutorado: *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil(1917-1964)* de Rodrigo Patto Sá Motta publicado em 2000.O trabalho é excelente, mas infelizmente não trata do levante paulista de 1932. Menciona algumas passagens de João Alberto como interventor, mas não estuda com mais atenção este episódio, que pode ser considerado ponto importante da luta contra o comunismo no Brasil.

[81] Essa disputa é recorrente na história do Brasil pós 1917. O espectro do comunismo foi evocado diversas vezes para justificar projetos de poder autoritários. Para ficar nos exemplos mais notórios citamos 1932, 1937 com o plano Cohen e o golpe militar de 1964.

"O ano de 1932 traça, entre nós, um limite: até essa data, as revoluções no Brasil eram promovidas por democratas contra democratas. Dessa data em diante, o Partido Comunista apareceu como fator político ponderável, que passou a exigir a atenção não só dos governos como de todos os democratas." (DENYS, 1980, 15).

O depoimento do general não traz nenhuma argumentação mais profunda para justificar porque o PCB despontou como fator político ponderável no ano de 1932. Fica difícil inclusive saber quem ele chama de comunistas: os membros do PCB ou as alas mais progressistas do Governo Provisório. A falta de caracterização dos comunistas sugere que possivelmente todo aquele que parecesse subversivo ao *status quo* dominante poderia ser assim classificado. Seja como for, o depoimento é interessante na medida em que mostra a preocupação militar com a agitação comunista. Terá ele acreditado literalmente na propaganda anticomunista da Frente Única Paulista? Em caso positivo, isso mostraria apenas o êxito dos círculos políticos dominantes no estado em ativar o espectro do bolchevismo.

Este espectro não frequentou apenas a retórica anticomunista dos manifestos paulistas. Tanto assim que Getúlio Vargas e vários outros membros do governo oriundo da Revolução de 1930, assim como lideres políticos da oposição em diversas regiões do país passaram a acusar seus adversários políticos de serem comunistas. Como bem sintetizou Capelato: "Em São Paulo, vociferava-se contra os comunistas que tinham se apossado do Brasil; lá fora, diziam que os comunistas tinham se apossado de São Paulo" (CAPELATO, 1981,p 58).

A manipulação do termo mostra a falta de rigor com que se usavam (e em boa medida ainda se usam) as palavras na disputa política. Classificar alguém de comunista era uma maneira pejorativa de atacar os opositores políticos, independentemente de suas posições efetivas.

Já aqueles que de fato se identificavam com o comunismo, como os membros do PCB, ainda um pouco alheios à política oficial, tentavam desenvolver sua organização. O partido, especialmente depois da reunião do Secretariado sul americano da Internacional em 1931, direcionava seus esforços em desenvolver seu trabalho em São Paulo. Faz todo o sentido que a maior cidade industrial da América Latina fosse considerada um local chave para a atuação das organizações proletárias. Ainda mais considerando que até aquele momento os comunistas não haviam desenvolvido muito sua organização no estado de São Paulo.

O numero de operários crescia conforme o Estado se industrializava. Estes operários tendiam a sofrer com as agruras provenientes da crise econômica iniciada no Crash de Nova Iorque em 1929. A única possibilidade de resistência econômica e política para estes operários era a organização e de fato, percorrendo os jornais da época, salta aos olhos a quantidade de greves relatadas praticamente todos os dias. Seguramente o fato de ser a maior cidade industrial da America Latina, no meio de uma crise econômica (marcada pelo crash de 1929) e política (marcada pela Revolução de 1930) contribuíam para que São Paulo se tornasse o foco desta movimentação operaria e das atenções do PCB.

O ano de 1931 foi um ano de revolta para a capital paulista. Alem da radicalização do processo de lutas entre parte dos paulistas e o Governo Provisório, uma grande greve têxtil e varias outras greves menores contribuíram para o clima de instabilidade política.

A legalização do PCB e o tenente interventor.

No ódio que a oligarquia paulista sentia de João Alberto pesava o fato de que em novembro de 1930, antes de ser nomeado oficialmente interventor, o delegado militar havia decretado um aumento de 5% do salário de todos os operários em São Paulo (que obviamente desagradara os industriais). A acusação feita a ele era de "moleza contra o comunismo". João Alberto respondeu que não defendia a implantação do comunismo no Brasil, ao mesmo tempo em que afirmou que não incomodaria aqueles que se dedicassem a estudar o tema (DULLES 1973, p 365).

Plinio Melo, ex-militante do PCB recém expulso do partido, conhecia João Alberto e Luis de Barros (irmão de João Alberto) do Rio Grande do Sul e enxergou nas declarações de João Alberto uma possibilidade de se aproximar do interventor. Junto com Josias Carneiro Leão (outro militante do partido) e Luís de Barros conseguiu autorização para a criação de uma sede legal em São Paulo no nome do PCB além da permissão para realizar qualquer trabalho partidário, comício ou publicação (SILVA, 1966, p 104). Essa iniciativa foi feita à revelia do partido e talvez tenha tido um caráter bastante pessoal, dada a proximidade entre o Delegado Militar, seu irmão e o amigo de juventude. João Alberto, que já fundara em São Paulo junto com seus companheiros a Legião Revolucionária, era o símbolo da iminência de uma ditadura comunista, segundo a ótica da oligarquia paulista. (SILVA 1966, p122) É neste contexto que Getúlio Vargas

nomeia João Alberto interventor em São Paulo. No momento da nomeação, o Secretariado paulista, espécie de governo civil que atuava em conjunto com o Delegado Militar, se demite como forma de se contrapor à nomeação. É feita então as pressas uma reunião na qual estavam presentes os membros do Secretariado e João Alberto; Getúlio Vargas acompanhou o encontro por telefone. O secretariado exigiu que João Alberto assinasse uma ata lavrada contendo nove pontos para que se aceitasse João Alberto como interventor em São Paulo. Dos nove pontos, os mais interessantes para nós, neste momento, são o segundo e o nono:

"2.a) As questões sociais, principalmente as que se referem ao operariado, deverão ser resolvidas, definitivamente, pelo Governo Federal. Continuarão, todavia em vigor (...)as medidas provisórias tomadas pelo coronel João Alberto para regular as relações entre patrões e operários.(...)

9.a) Publicação de uma nota oficial, redigida de comum acôrdo, em que se declare, terminantemente, que o govêrno está disposto a reprimir, com severidade, tôdas agitações de caráter comunista."(SILVA 1966 p,126)

Este documento prova que o secretariado paulista considerava João Alberto o protetor do comunismo. O secretariado preferiria que Getúlio Vargas e o governo provisório tomassem as decisões sobre as questões sociais. Talvez por identificar João Alberto diretamente com os revolucionários tenentistas, além de sua polêmica atuação como delegado militar em São Paulo, enquanto Vargas ainda era identificado como um político com uma formação mais tradicional.

Enquanto João Alberto era acusado de moleza com o comunismo o clima político era bem diferente em outras partes do país[82]. No Rio de Janeiro, por exemplo, maior reduto dos comunistas até então, o chefe de Polícia do Distrito Federal (RJ) Batista Luzardo[83], anunciou em 1931 a contratação de dois técnicos do Departamento de Policia de Nova York especializados no combate ao comunismo. Luzardo justificou essa decisão ao declarar que o Brasil pretendia seguir o modelo de repressão empregado nos Estados Unidos. No mesmo momento, o governador militar do Pará, Coronel Landri Sales avisou que "o Governo Militar mandará passar pelas armas, em praça

[82]Segundo Rodrigo Motta, no ano de 1931 existiu uma pressão interna de alguns membros do Governo Provisório por um reconhecimento diplomático da URSS e por um reatamento com este país. Mas, devido às pressões conservadoras, Getúlio Vargas teria engavetado a ideia. (MOTTA, 2000, p 25)

[83] O gaúcho João Batista Luzardo era ferrenho opositor dos tenentistas. Compunha o grupo dos gaúchos quede dentro do governo provisório pedia a reconstitucionalização do país.

pública, todo aquele que, estrangeiro ou não, propalar ou der curso a boatos sobre assuntos de propaganda comunista, tentando assim enxovalhar os grandes e nobres princípios da Revolução Brasileira." (DULLES, 1977, p 373). Se para os paulistas a Revolução de 1930 fora dominada por comunistas, para o Coronel Landri os comunistas "enxovalhavam" os nobres espíritos da Revolução [84]. Havia portanto, para os comunistas, uma convergência entre oportunidade e vontade. Surgia a oportunidade de atuação em São Paulo dada a condição objetiva de relativa proteção dada por João Alberto, ao mesmo tempo que se reprimiam os comunistas em outras partes do país. A estas condições objetivas se aliava a vontade do PCB de desenvolver o trabalho na cidade mais operária do país.

A legalização do PCB autorizada em São Paulo por João Alberto seguramente inquietou a oligarquia paulista, mas não gerou nenhum sentimento de gratidão entre os comunistas. Tanto Prestes quanto o PCB condenaram esta legalização , segundo eles, feita de cima para baixo. Nem mesmo as políticas sociais aplicadas pelo interventor ou a forte repressão desencadeada em outros estados levaram os comunistas a apoiar João Alberto. Na verdade, eles não nutriam nenhum apreço pelo interventor paulista. O PCB, logo após a realização de uma reunião ampliada do Comitê Central - que afastara Astrogildo Pereira de seu cargo de Secretário Geral e o enviara a São Paulo para "reabilitação" publicou sua posição sobre a legalização do PCB feita por João Alberto em São Paulo:

> Enquanto a Aliança Liberal reprimia violentamente o movimento operário e camponês, jogava no xadrez os militantes proletários e fuzilava os trabalhadores que se recusavam a derramar seu sangue por eles, esses renegados do comunismo participavam ativamente dos estados-maiores dos generais reacionários, prestando-se a manobras miseráveis dos generais aliancistas como, por exemplo, a criação do partido comunista `legal` em São Paulo, com o qual os Joões-Albertos queriam enganar as massas. (DULLES, 1977, p. 366)

João Alberto, que havia sido chefe de um destacamento na Coluna Prestes, tampouco era admirado por seu ex-comandante. Luiz Carlos Prestes tinha uma visão

[84] O espectro da revolução russa aterrorizava mentes e corações de diversas orientações e em vários lugares. Fica claro que o anticomunismo existia em diversas regiões e correntes políticas não sendo capaz de explicar por si só o levante armado de 9 de julho. O objetivo nunca foi, no entanto, encontrar uma explicação única para o levante. A complexidade de fatores exige múltiplas explicações que vão além das tradicionais motivações apresentadas ou de novas motivações isoladas.

semelhante à do PCB, apesar deste recusar-se a aceita-lo como um de seus quadros. Em carta aberta publicada em novembro de 1930 no *Estado de São Paulo*, Prestes ironizava o interventor como um revolucionário de gabinete. Desde seu exílio uruguaio dizia: "Amanhã, muito provavelmente, será decretada a "abolição" da propriedade privada. Papel e tinta existem para serem gastos. Dê-se isto a João Alberto e ele reformará o mundo." (DULLES 1973, p 365). Acrescentava Prestes que dos três "oportunistas" que haviam legalizado o PCB em São Paulo, dois deles haviam já sido expulsos do Partido. Mesmo distante e neófito na política comunista, ele aparentemente mantinha-se bem informado sobre as questões do PCB. A óbvia ironia na disputa dos dois ex-comandantes da coluna é que neste momento é Prestes quem reforma o mundo através do papel e da caneta enquanto João Alberto travava um combate que não tinha nada de ficcional. Claro que ninguém tem duvida do espírito de luta do "Cavaleiro da Esperança", que já havia mostrado sua coragem e capacidade, no entanto quem fazia a crítica do mundo através das cartas naquele momento era ele.

A convergência de opiniões sectárias em relação ao interventor é sintoma da política obreirista e insurrecional dos comunistas do período. O PCB, além de passar por um processo interno de reconfiguração, sentia as repercussões das decisões da Terceira Internacional em relação à aliança de classes[85]. A Internacional entendia naquele momento que um dos principais inimigos da classe operaria era a social democracia. A única aliança aceitável para os operários era com os camponeses.

A organização do secretariado sul americano da Internacional implicava em uma relação mais direta com os partidos comunistas da América do Sul. A Internacional chegou a intermediar divergências como durante a ascensão de Fernando Lacerda e de sua esposa para cargos diretivos do PCB. O casal tentava expurgar os intelectuais do partido e sofreu oposição em especial de Leôncio Basbaum. Para resolver a disputa, a Internacional enviou membros de seu secretariado Sul Americano para o Brasil. A posição destes enviados foi contrária ao dogmatismo de Fernando de Lacerda e favorável a Leôncio Basbaum. Mesmo que a ideia de guerra contra a social democracia emanasse da Terceira Internacional, no Brasil ela encontrou uma forma ainda mais

[85] O combate da terceira internacional à social democracia só iria ter fim com a ascensão do nazismo. Frente ao perigo da extrema direita, a aliança com a social democracia passa de alta traição a alta prioridade.

sectária, refutada rapidamente pela sessão da própria Internacional sul americana. O PCB foi durante este período mais obreirista que os obreiristas da terceira Internacional.

Se a demonização do interventor por parte do PCB e de Prestes nos parece exagerada quando se levam em consideração todas as propostas progressistas de João Alberto, especialmente no contexto de ofensiva reacionária que fazia frente ao interventor e ao governo provisório e da intensa repressão ao PCB em outros estados, também não convém cair em idealizações. O interventor em São Paulo[86], assim como o governo provisório, agiam sempre de forma ambígua. Se por um lado concediam avanços sociais à classe trabalhadora, por outro lado minavam qualquer organização de trabalhadores que escapasse ao seu controle.[87] No entanto o que realmente interessa neste trabalho não é a posição política de João Alberto e do governo provisório. Mas sim o fato de que o medo do comunismo foi uma das motivações (ou justificativas) importantes para o levante militar de 1932.

O decreto de legalização do PCB não alegrou os comunistas e podemos imaginar que alegrou menos ainda a oligarquia. Ele foi a principal peça de ataque dos paulistas contra João Alberto. Diversas figuras históricas criticaram-no por sua aparente ligação com o comunismo. Paulo Duarte, por exemplo, escreveu um libelo em que tentava provar o vínculo do interventor com Moscou. Duarte, após explicar que havia sido encarregado de estudar o arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social, dizia ter encontrado documentos de agentes especialistas na repressão ao comunismo que provavam que João Alberto, Siqueira Campos, Miguel Costa e Luís Carlos Prestes estavam de pleno acordo sobre a implantação do "bolchevismo" no Brasil. Aparentemente, Paulo Duarte desconhecia (ou não acreditava) nos entreveros entre Prestes, João Alberto e o PCB. Ele afirma que os policiais paulistas acompanhavam a movimentação dos tenentistas nas repúblicas do Prata de onde teriam sido enviados João Alberto e Miguel Costa para implantar o comunismo no Brasil. Paulo Duarte então

[86] Vale lembrar que em Março de 1932, após sair de São Paulo, João Alberto assume a chefatura de polícia do Rio de Janeiro. Continuava o trabalho de Batista Luzardo de repressão aos comunistas. Só esta atuação posterior do chefe de polícia João Alberto já é prova suficiente dos devaneios daqueles que o acusaram de comunista.

[87] Os debates sobre os sindicatos amarelos, sindicalismo corporativo e sindicatos não oficiais são bastante importantes mas fogem ao escopo de nosso trabalho. Para aqueles que se interessem pelo assunto recomendamos a boa síntese feita por Angela Maria Carneiro e Araujo: As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30 presente em REIS, FRY e ALMEIDA(orgs) 1996.

dirigiu-se ao chefe de polícia de São Paulo, Vicente Rao[88], para denunciar João Alberto, alguns dias depois deste assumir a interventoria de São Paulo.

Assim Duarte descrevia a situação:

Dois ou três dias após esses episódios, o Sr. João Alberto tomava o pulso de S. Paulo, permitindo a realização franca da propaganda comunista, num momento de agitação, totalmente improprio para essas imprudências. Não é só. O chefe ou um dos chefes dessa propaganda era o Sr. Luís de Barros, irmão do Sr. João Alberto que habitava também o Palácio dos Campos Elísios, o qual, segundo corre à boca pequena, se encontra na Rússia, em missão especial paga pelos cofres paulistas! Algum tempo passado e surgia, também, a Legião Revolucionária, de origem e de intenções duvidosas... Pouco tempo depois, São Paulo era o valhacouto de todos os comunistas fugidos da fúria do Sr. Batista Luzardo... Mais alguns dias, esses elementos, em São Paulo, obtinham empregos públicos[89], assistência oficial e uma imprensa subvencionada pelos cofres paulistas... No próprio governo, o Sr. João Alberto tentou exteriorizar o seu programa bolchevizador, com a divisão de fazendas executadas pelo Banco do Estado, em pequenos lotes, a soldados de batalhões irregulares dissolvidos. (DUARTE, 1931, p. 120-123 in SILVA, 1966 p. 107)

Outra personalidade de prestígio a criticar João Alberto foi Assis Chateaubriand, que acusou o interventor de "(...) transformar São Paulo num laboratório de atividades políticas e sociais soviéticas". (MORAIS 1988 p 261 apud MOTTA, 2000, p 25) Já o militar Isidoro Dias Lopes, ex-companheiro de coluna de Prestes e de João Alberto e um dos principais comandantes do levante de 1932, explicitava assim suas críticas ao governo do interventor que seria feito nos "moldes do que existe na Rússia. A sua finalidade será bem diversa, é claro. Mas para quê essa cópia? Para quê essa imitação do figurino Soviético?". (Diário Nacional de 28/02/1931 in SOUZA 2003, p, 57)

---

[88] Vicente Rao, futuro ministro da justiça, publicou em 1931 um livro de alerta contra o comunismo intitulado *Direito de família dos soviets*. Neste livro o delegado tentava mostrar como o cerne da revolução comunista era a destruição do núcleo familiar. (in MOTTA 2000,p 28) É um tanto quanto contraditória a acusação de que o governo paulista apoiaria o comunismo, se pensarmos que o chefe de policia de São Paulo naquele momento era o expoente do anticomunismo Vicente Rao. Além disso Rao nomearia no mínimo 20 delegados para as diversas delegacias(SILVA 1967, p 103) Não é por acaso que Rao é um dos principais opositores de João Alberto até que o último prenda o primeiro. Ao que tudo indica Rao foi preso pela policia de João Alberto ao menos duas vezes. No dia 9 de janeiro de 1931 e no dia 7 de abril do mesmo ano. Em nenhuma das ocasiões Rao teria continuado preso. Mas estas prisões foram a gota d'agua para o rompimento do PD com João Alberto.

[89] Como vimos uma das primeiras medidas de Pedro de Toledo após o levante de 9 de julho foi garantir a permanência de todos os funcionários paulistas em suas funções. Fato que não condiz com as acusações de Paulo Duarte sobre o emprego de comunistas nas funções publicas.

Já o político do PRP, Renato Jardim, dizia ao denunciar o "bolchevismo" do pernambucano João Alberto, que dias após a fundação da Legião Revolucionária não existia um único "preto velho ou entregador de jornais em São Paulo que não estava nas ruas exibindo uma faixa vermelha no braço" (WEINSTEIN 2015 p93). O comentário do político perrepista sintetiza o anticomunismo e à luta de classes, o racismo presente na ideologia do movimento de 1932.

A oligarquia paulista, assustada com o clima de instabilidade social e política, no plano local e no plano federal, acusava os tenentes, nomeadamente João Alberto e o governo Vargas, de insuflar o bolchevismo. O medo do comunismo aparece diversas vezes nos discursos e textos dos paulistas. Um dos exemplos mais ilustrativos em São Paulo é o Manifesto de rompimento do PD com o interventor João Alberto. Depois de acusá-lo, por algumas páginas, de insuflar a subversão, o Manifesto termina assim:

> A rica e civilizada unidade da Federação de ontem, hoje presa de guerra, amanhã terra desbaratada, não passa na hora presente de campo revolto, em que semeadores funestos praguejam as lavras, nelas plantando as ervas daninhas da anarquia administrativa, da Babel política, do fanatismo liberticida, das incursões da Internacional de Moscou, da megalomania do desperdício e do enxovalho de seus nomes e tradições. (Manifesto do PD apud CARONE, 1973, p 42 e 43).

Essas acusações certamente repercutiram nos ouvidos dos conservadores, inclusive os grandes contingentes de imigrantes italianos, muitos dos quais admiradores do fascismo e de Mussolini. Outra forte influencia no grupo de imigrantes era o anarquismo e muitos deles engrossavam as fileiras deste movimento que foi influente no começo do século em São Paulo. Boa parte das greves operarias paulistas e nacionais, desde a grande greve de 1917[90], tinha sido organizada por anarquistas. No entanto, desde a onda de prestigio advinda da revolução russa de 1917 e da fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, a inserção do anarquismo nos movimentos de massa passou a ser cada vez mais subordinada as organizações comunistas. Um dos

[90] Curiosamente o prefeito de São Paulo durante a grande greve paulista de 1917 era Washington Luiz, presidente que apoiara a candidatura de Júlio Prestes na eleição de 1930 e que foi deposto pela Revolução (Júlio Prestes, apesar de vitorioso nas urnas fraudadas, não chegou a tomar posse). Para maiores informações sobre a greve de 1917 e demais movimentos populares no inicio do século em São Paulo consultar o livro de Paula Beiguelman: Os companheiros de São Paulo (1977).

últimos momentos de expansão do anarquismo em São Paulo foi no interregno entre a Revolução de 1930 e o levante de 9 de julho. Duramente reprimidos durante o levante o anarquismo nunca mais conseguiu recuperar a inserção que tinha no inicio de 1932.

São Paulo por várias vezes esteve na frente da repressão ao comunismo no Brasil. Partiu de dois deputados deste estado, Arnolfo Azevedo e Adolfo Gordo, a lei federal que condenava à deportação os líderes comunistas e anarquistas. Essa contribuição à luta contra o comunismo valeu a Gordo ter seu nome associado à deportação de vários dirigentes da esquerda, pois a lei de deportação ficou conhecida como Lei Adolfo Gordo (LOVE 1982, p 187). Nesta mesma linha, o paulista Vicente Rao, junto com deputados conterrâneos de estado e de perspectiva política, redigiu a Lei de Segurança Nacional em 1935 e também, em 1936, criou a Comissão de Repressão ao Comunismo.

A Repressão.

O primeiro historiador que encontramos a mencionar a repressão aos operários em 1932 de forma sistemática é Holien Goncalves Bezerra em sua tese de doutorado (BEZERRA 1981). Bezerra encontra no livro A guerra Civil de 1932, de Florentino de Carvalho, uma das únicas interpretações na documentação da época que coloca as questões das classes sociais de maneira mais critica. Dentre os que se dedicaram a escrever sobre o levante de 1932 é o anarquista Florentino de Carvalho quem primeiro denuncia a violência contra o operariado no episodio: “A sua atitude (indiferença dos operários) causou sérias apreensões aos promotores da arrancada que tomaram medidas preventivas contra possíveis manifestações da chusma (que vertia sangue nos ergástulos do trabalho), guarnecendo os pontos de maior aglomeração e perseguindo, prendendo ou ferindo operários rebeldes e altivos.” (CARVALHO, 1933 p61 apud BEZERRA, 1989, p 46)

O historiador Marcos Tarcisio Florindo, aponta em um artigo, elementos interessantes para se analisar a repressão em 1932 (FLORINDO 2012). As prisões de operários e perseguição ao PCB são temas normalmente negligenciados pela historiografia. Florindo analisa estas prisões feitas a partir do estado de sítio declarado em São Paulo depois do levante de 9 de julho. Aproveitando a documentação do DEOPS/SP (Departamento de Ordem e Política Social) e dos próprios comunistas,

Florindo analisa o alcance desta repressão em São Paulo, estimando em 6.800 o número dos detidos pela polícia durante o conflito[91] e assim descreve a repressão pós 9 de julho:

> Pois foi na esteira da intensa repressão, ocorrida durante a revolução constitucionalista de 1932, que ocorreria a primeira grande "queda" da organização comunista em São Paulo, atingindo o quadro dirigente nacional e estadual, além dos organismos de apoio e propaganda, dos núcleos formados nos grupamentos estrangeiros e também dos ativistas atuantes no movimento sindical. A repressão de 1932 desestruturou os trabalhos desenvolvidos pelo PCB de São Paulo desde 1930, e foi celebrada desde então pelos policiais como a primeira grande vitória do DEOPS/SP sobre os ativistas do partido. (...) Durante os três meses da revolução foi verdadeiramente notável o sucesso das diligências policiais que resultaram no completo esfacelamento do partido, com a localização e confisco de duas tipografias, localização de diversos escritórios de propaganda, com a apreensão de diversos mimeógrafos e farto material de propaganda.("A propaganda comunista no estado de São Paulo". 10/07/1935. Prontuário DEOPS/SP n.2.431 do PCB. Vol 9. apud FLORINDO, 2012,p297 e seguintes)

A polícia política já estava de sobressalto durante a intensa agitação política dos anos 1930-1932. Na realidade, antes do levante de 9 de julho, durante a interventoria Pedro de Toledo e já no processo que levaria ao levante armado, a repressão política acirrou-se em São Paulo, abatendo-se notadamente sobre a comemoração do 1º de Maio, que havia sido proibida. Um dos dirigentes do PCB então encarcerados, Leoncio Basbaum descreve sua situação:

> "Não sabíamos quanto tempo iríamos ficar. Se fossemos condenados, Saberíamos: tantos meses ou tantos anos. Mas não éramos condenados, nem estávamos sob cuidados da justiça, que ignorava a nossa existência. Isolados do mundo, poderíamos ficar ali anos e anos, ou quem sabe, até o fim da vida. Quando estávamos ainda no Rio, na detenção, o Socorro Vermelho se esforçara por encontrar um advogado

[91](Sobre o assunto, ver *O que era proibido dizer*, cartilha escrita pelo trotskista Mário Pedrosa e publicada pela LCI. Um exemplar, apreendido pela polícia, pode ser consultada no Prontuário DEOPS/SP n.2030 de Mário Pedrosa.)

para tratar de nossos casos, mas agora ninguém se atreveria e o Estado de sítio, estava em vigor, por causa da revolução constitucionalista, de São Paulo. Agora que estávamos nesse fim de mundo, era mais difícil ainda [...]" (BASBAUM, 1976, P.134 in FLORINDO,2012, p299).

Junto com Basbaum foram presos Roberto Morena, Mário Grazini, Coripheu de Azevedo Marques e Caetano Machado entre outros. Eles foram mantidos sob custódia até o final do ano de 1932. A repressão continuaria, prendendo a direção do Socorro Vermelho assim como apreendendo as gráficas e mimeógrafos do Partido. Tudo isto à sombra do Estado de sítio do levante de 9 de julho. Também foram atingidas as atividades do PCB junto às comunidades estrangeiras. Em especial no meio dos húngaros e lituanos, assim como na comunidade judaica.[92] Esta repressão não impediu um crescimento posterior no número de militantes e a formação de uma nova geração de dirigentes. Em 1932, o número estimado de militantes era de 1.500. No final de 1933, as estimativas policiais calcularam em 3.000 o número de adeptos do Partido[93]. O aumento do numero de militantes pode não representar por si só um aumento qualitativo: influenciados pelo obreirismo, muitos militantes sem preparo político, mas de origem operária foram alçados à liderança, enquanto antigos militantes eram deixados de lado, devido a sua origem intelectual ou pequeno burguesa. Neste processo, dirigentes como Octávio Brandão, Leoncio Basbaum e Astrogildo Perereira foram isolados dentro do partido; eles eram considerados militantes em "reabilitação". Além de sofrer com a repressão da polícia política, o PCB padecia das disputas internas que afastariam alguns de seus mais destacados membros.

A cada nova prisão se regozijava a oligarquia paulista, homenageavam-se os captores e expunha-se os raptados como prêmios. Os jornais da época não perdiam a oportunidade de festejar a prisão de outro comunista. Por exemplo no Diário Nacional de 31 de julho de 1932 que após descriminar por páginas as empresas e organizações que apoiaram o levante passa a denunciar a prisão de uma comunista. A oposição marcada nas cinco primeiras páginas entre os bons paulistas que doavam ouro ao

[92]Todas estas informações, assim como boa parte dos dados sobre a repressão, foram retiradas do trabalho de Florindo. (FLORINDO, 2012.)

[93] Sobre o aumento de militantes ver: "A propaganda comunista no Estado de São Paulo". 10/07/1935. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. (FLORINDO, 2012, p298)

levante e a comunista sediciosa que aparece finalmente na sexta página do jornal. Em letras garrafais lemos o titulo: "Numa diligencia feliz a policia captura uma perigosa communista." E o texto da matéria continua a marcar a oposição entre os paulistas de 1932 e os comunistas: "Enquanto S. Paulo todo se mobiliza para a cruzada santa em prol da constitucionalização(...) alguns agitadores comunistas, felizmente escassa minoria, vem se entregando ao trabalho impatriótico de procurar subverter a ordem(...)."

Apesar de se congratular com a repressão feroz de 1932, o DEOPS não deixou de reconhecer o aumento das atividades e do número de militantes do PCB:

> Do trabalho sindical resultaram consequências imediatas, entre elas a criação de um permanente estado de agitação em vários sindicatos notadamente bancários, comerciários, contadores, ferroviários, agitação essa capeada pelas reivindicações econômicas de classe. Os movimentos grevistas da época tiveram notória publicidade, salientam recordar, entre eles o de têxteis e ferroviários da SPR, dirigida por comunistas, e padeiros, que embora orientada por anarquistas, foi largamente explorada pelo partido comunista como movimento de massas". "A propaganda comunista no Estado de São Paulo. 10/07/1935. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB." (FLORINDO, 2012,p 295)

O duvidoso privilégio de sofrer perseguição política não ficou só com o PCB. Todos os grupos considerados subversivos foram atingidos pela repressão. Os trotskistas também se interessavam pela jovem megalópole paulista e tentavam desenvolver sua organização em São Paulo. João da Costa Pimenta, líder do grupo trotskista no Brasil, mudara-se do Rio de Janeiro para São Paulo em 1930, assim como Mario Pedrosa e o jornalista Livio Xavier, ambos trotskistas que, fugindo da repressão no Rio de Janeiro, vieram morar em São Paulo. Foi então que os trotskistas passaram a comandar a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. (Dulles. P 371, 1977). Em 1931 os mais notórios militantes trotskistas de São Paulo que ainda estavam no PCB formalizam uma dissidência denominada "Liga Comunista: Oposição Leninista do PC do Brasil" associada à "Oposição Internacional" criada por trotskistas no ano de 1930 em Paris. Esta liga em um boletim de 1931 reivindicou uma constituinte e eleições com voto secreto sem distinção de sexo[94], duas das importantes inovações da lei eleitoral

[94] Comissão Executiva Provisória da Liga Comunista. *Aos Trabalhadores do Brasil.* Boletim da Opposição, Jan 1931.

promulgada pouco depois pelo governo provisório. Esta adoção da bandeira de uma constituinte feito pelo agrupamento trotskista era contemporânea aos pedidos de constitucionalização advindos do próprio governo provisório assim como majoritariamente do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Prestes, em carta publicada no dia 20 de março de 1931, criticou duramente a palavra de ordem da Constituinte empunhada pelos trotskistas. Classificando-a de "oportunista ou reformista", dizia que esta era uma luta das burguesias regionais. (DULLES, p 378, 1977). Prestes ligava assim a demanda trotskista com as demandas das oligarquias locais que desaguariam no levante de 9 de julho. Mas o apoio à constituinte feito pela Liga Comunista não foi relevante para as autoridades paulistas, os agentes da policia política em São Paulo não pouparam os trotskistas. Estima-se que 34 dos 35 membros do agrupamento teriam sido presos após o levante de 9 de julho (CAMPOS, 2000, p.138 in FLORINDO,2012,p.297).

Comentando a carta escrita por Prestes em Março de 1931, em uma reunião do Comitê Central, a direção do PCB também condenou a luta pela Constituinte. Fato curioso desta reunião é que Leôncio Basbaum defendeu uma posição bem diferente do resto da direção[95] em relação à Revolução de 1930, classificada pela maioria da direção do PCB como uma quartelada burguesa ou no máximo como um movimento da classe média. Basbaum, em linha menos sectária, achava que o movimento havia perpassado os limites de classes empolgando boa parte dos brasileiros. Insistia que a prática do PCB naquele momento ocasionara um distanciamento do partido em relação às massas. Acreditava que o PCB poderia ter influído no movimento, empurrando-o à esquerda. Opinião esta que seria extremamente mal vista pelos baluartes do obreirismo que dominariam o partido nos anos seguintes.

Florindo em seu trabalho lembra ainda que um novo elemento entra para o jogo político, trazendo mais uma efeméride importante para o crucial ano de 1932. No dia 7 de outubro de 1932, portanto após a derrota paulista, Plinio Salgado, através de um manifesto difundido em uma cerimônia no Teatro Municipal de São Paulo, funda a AIB (Ação Integralista Brasileira), que iria atuar também no agrupamento de repressão ao comunismo. Mais uma vez damos a palavra a Florindo:

[95] À exceçãode Otávio Brandão que sustenta em seu texto: "O proletariado perante a revolução pequeno-burguesa" (apud ZAIDAN 1985 p 121.) uma posição não dogmática em relação à Revolução de 1930.

"Esta organização (a AIB) se destacaria entre outras áreas por sua influência na policia política e na repressão ao comunismo nos anos subsequentes. Alguns dos investigadores mais proeminentes na caça aos comunistas faziam parte da organização de ideologia fascista. Investigadores como Francisco Menezes Julien, Emílio Romano, Sarandi Raposo e Serafim Braga eram membros da AIB e responsáveis pela repressão ao comunismo. Neste momento também começam a surgir nos inquéritos policiais do DEOPS citações de Hitler, Goebbels e Mussolini".(FLORINDO 2012,p313)

Diante do panorama descrito, onde se destacam a ascensão e organização da direita e do anticomunismo e a repressão aos movimentos operários em São Paulo era de se esperar que o PCB se posicionasse contra o levante de 1932. Mesmo levando em conta sua posição crítica a João Alberto e ao governo provisório o PCB foi contrário a "guerra paulista". Em um documento enviado pela juventude do PCB à Internacional da juventude (COSENZA 2012 p.135e136) podemos encontrar a autocritica da organização em relação a sua atuação no período. O documento classifica o levante como uma guerra imperialista. Segundo eles, a atuação do partido comunista durante o período demonstrou sua própria falta de organização. O PCB teria se limitado a debater e se posicionar contra a guerra, mas não teria conseguido colocar em prática esta posição. Sua atividade, que segundo eles próprios, poderia ter sido mais ampla, não foi além de preparar denuncias através de pinturas[96], panfletos e manifestações, assim como de incentivar as deserções através de folhetos políticos distribuídos no front de batalha.

Este relatório mostra que o PCB, apesar de não possuir capacidade de realmente interferir no conflito, fora contrário à guerra paulista. Assim como não apoiava a bandeira da constituinte (pelo menos não no contexto da guerra paulista). A posição contrária ao levante não impediu que o PCB. participasse, mesmo que clandestina e indiretamente, da constituinte e posterior eleições de 1933/34.

Parece-nos que a oligarquia paulista tinha razão quanto ao aumento das atividades dos comunistas em São Paulo. Não tinha razão em relação à sua força e capacidade de atuação, muito menos quando classificavam todo e qualquer opositor de comunista. Seguramente, mais real que o avanço dos comunistas era o medo do avanço do comunismo, o medo de uma nova revolução social ou ainda o medo de que a

[96]Entre essas pinturas poderiam estar as já mencionadas obras de Candido Portinari. Uma delas hoje exposta no Museu de Arte Contemporânea(MAC) na USP.

Revolução de 1930 se consolidasse como uma revolução centralizadora e antioligárquica. Na tênue relação entre instrumentalização e convicção, o medo do comunismo serviu em 1932 (assim como em 1937,1964 etc.) como elemento formador de consenso para projetos reacionários e autoritários. Vale notar que uma das figuras que mais sofreu com o anticomunismo em São Paulo, João Alberto, nem comunista era. E além de atacado pelos que não gostavam dos comunistas, o ex-tenente sofreu também ataques dos efetivamente comunistas.

CAPITULO 3:
A POLÍTICA ECONÔMICA E O LEVANTE DE 1932

No primeiro capitulo deste trabalho discutimos as motivações tradicionalmente atribuídas ao levante de 1932, constatando que parte destas explicações não servia para explicar o levante. Mas elas revelavam um pouco da mentalidade paulista e a forma como São Paulo se enxergava em relação ao resto do país. Esse foi o tema do segundo capitulo onde analisamos as ideologias da oligarquia paulista. Neste segundo capitulo, salta aos olhos o conservadorismo na política econômica. As criticas aos direitos sociais outorgados aos trabalhadores, o medo da centralização política, a xenofobia, o racismo e o anticomunismo como principais marcas ideológicas de um Estado que não queria perder ou dividir seus privilégios econômicos. No presente capítulo, tentaremos analisar como a política econômica do Governo Provisório pode ter influenciado o levante paulista.

Por vezes de maneira explicita, em outras através de justificativas ideológicas, os paulistas criticavam a política econômica do Governo Provisório. O tratamento da questão fiscal, notadamente, era motivo de criticas diretas. Já os direitos outorgados aos trabalhadores não eram criticados enquanto tais, mas sobretudo, com argumentos ideológicos: eles seriam "coisa de comunista" e comprovariam o "complô bolchevique".

Para identificar as decisões econômicas que efetivamente estimularam o levante paulista de 1932 é preciso ter em vista os problemas econômicos que o Governo Provisório herdou da Republica Velha, para em seguida analisar a política econômica de Getúlio Vargas.

A Defesa do Café e a política econômica na Republica Velha.

A situação histórica em que ocorreu o levante de 1932 sofreu fortes impactos tanto do contexto mundial, marcado pela colapso de Wall Street de 1929 e a Grande Depressão que a ela se seguiu, quanto da conjuntura nacional em função da Revolução de outubro de 1930. Foge ao nosso escopo examinar em profundidade quanto a forte deterioração da conjuntura econômica internacional contribuiu para a derrubada da República oligárquica. Qualquer que tenha sido o impacto daquela sobre esta, o que importa no presente trabalho é examinar como suas repercussões incidiram sobre a crise da lavoura cafeeira e as decisões de política econômica adotadas pelo governo provisório de Getúlio Vargas, em contraste com as de Washington Luís.

As medidas adotadas pelos governos federais no final do século XIX visavam a defender os lucros provenientes da exportação do café por meio da política cambial. O mil-réis foi desvalorizado, de maneira a compensar a queda dos preços mundiais em consequência da crise capitalista geral de 1893, pela alta do valor, em moeda nacional, das divisas auferidas no mercado internacional. Esse mecanismo, que Celso Furtado (1959) qualificou pertinentemente de "socialização dos prejuízos", implicava uma transferência de renda daqueles que pagavam os bens importados em favor daqueles que exportavam café. Ele acarretou sérios desequilíbrios orçamentários e financeiros, que conduziram em 1898 ao chamado "*Funding Loan*", uma negociação global com os bancos estrangeiros, que impuseram cláusulas que obrigavam o governo brasileiro a tomar medidas para limitar a depreciação do mil-réis.

Entretanto, a persistência da baixa dos preços do café durante os anos seguintes levou os governadores dos Estados produtores a elaborar uma nova política de defesa dos interesses da cafeicultura. Em 26 de fevereiro de 1906, reunidos em Taubaté, eles adotaram o plano dito de "valorização do café", cuja ideia básica era a garantia de um preço mínimo para os exportadores, por meio de um "estoque regulador", como hoje se diz. O governo federal interviria no mercado para comprar e reter a produção excedente. De imediato, a operação seria financiada pelos bancos estrangeiros e, mais tarde, por um imposto sobre as exportações. A posição amplamente predominante da produção

brasileira de café no mercado internacional conferia eficiência a essa regulação por retenção de estoques. Vale lembrar que as exportações brasileiras de café, que, em 1850-1859, constituíam 52% do comércio internacional total dessa matéria-prima, atingiram 66% em 1895-1900 e um pico de 75,6% durante o quinquênio seguinte. Reter parte de uma produção que representava ¾ do total mundial de café exercia forte impacto sobre o mercado consumidor e consequentemente sobre os preços (FURTADO, 1959).

É interessante notar que o Estado de São Paulo financiou, em alguns momentos sozinho, as políticas de defesa do café[97], embora segundo um estudo recente, todas as regiões produtoras foram beneficiadas pela valorização do preço do café. Eles notam que:

> A Colômbia se beneficiou diretamente da política de defesa do preço feita no Brasil, enquanto as colônias africanas devem o aumento de sua importância na produção mundial de café ao aumento generalizado das tarifas internacionais que seguiram o Crash de 1929[98] (ASTORINO, RODRIGUES, 2012), comunicação ao XL Encontro de Economia da ANPEC)

O Estado de Minas Gerais, que não aplicou as mesmas medidas que São Paulo na defesa do café, também se beneficiou da alta dos preços cafeeiros causada pela queima paulista, além de suprir a demanda gerada pela não exportação de parte do café paulista destinado à queima. Resumindo a ideia, as regiões que não seguiram a política de defesa do café adotada por São Paulo se beneficiaram das medidas paulistas de duas maneiras. Por um lado, vendiam o café por um valor que embutia uma queda menos acentuada em função da defesa dos preços através das valorizações em São Paulo. Por outro lado, vendiam suas produções para mercados que poderiam ter comprado o excedente paulista, que não estava mais a venda.

A insistência de Washington Luiz em manter a conversibilidade do padrão ouro após a deflagração da crise internacional de 1929 serviu, como bem mostrou Celso Furtado (1959), para que todas as reservas metálicas acumuladas à custa de

---

[97] Mesmo nos momentos em que o governo federal assumiu a política de valorização, a participação paulista foi ativa.

[98] "Colombia benefited directly from Brazil's price defence policy, while the African colonies owe their increased importance in the world coffee production to the generalized increase in international tariffs which followed the 1929 crash"

empréstimos externos fossem tragadas pela fuga de capitais. Enquanto isso, o café apodrecia nos pés, já que com a brutal derrubada de seu preço não compensava colhê-lo.

Em sua obra clássica Formação Econômica do Brasil[99], Celso Furtado resume muito bem a situação dramática do sistema cafeeiro ao deflagrar-se a crise mundial:

> a situação da economia cafeeira se apresentava como segue. A produção, que se encontrava a altos níveis, teria de seguir crescendo, pois os produtores haviam continuado a expandir as plantações ate aquele momento. Com efeito, a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927-28. Por outro lado, era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas. (FURTADO 1969, p 196)

Furtado passa então a discutir os mecanismos clássicos de valorização do café aplicados na Republica Velha para depois comparar estes mecanismos com a defesa feita por Vargas e o Governo Provisório, concluindo que:

> Dessa forma, a política da defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados. (FURTADO 1969, p 203)

Estes mecanismos de defesa do café não eram fruto de um projeto de proteção da economia nacional em seu todo. Eles eram privilégio do produto que sustentava São Paulo. Enquanto a maior parte dos recursos financeiros e diplomáticos do Brasil foram mobilizados ao longo de quase quatro décadas para garantir os lucros da cafeicultura, os Estados amazônicos, em contraste frontal com a defesa do café, sofreram com o abandono a que foram relegados quando se exauriu o grande ciclo de expansão da borracha. Entre 1881 e 1900, a exportação do látex extraído da *hevea brasiliensis* representou 15% do valor total das exportações do Brasil; em 1901-1910, ela chegou a

[99] Mais precisamente no Capítulo XXXI "Os mecanismos de defesa e a crise de 1929". (FURTADO 1969, p 196 e seguintes)

mais de 28%. Em 1910, auge do ciclo, ela atingiu 40%, praticamente tanto quanto o café. Mas, neste momento, as plantações coloniais britânicas no Ceilão entraram no mercado mundial. Muito mais produtivas do que a extração do látex na floresta amazônica, elas desbancaram rapidamente as exportações brasileiras. Em 1919, numa produção mundial de 423.000 toneladas, o Brasil produziu apenas 34.000. Em vez de estimular um pujante desenvolvimento econômico regional, a borracha deixou belos monumentos nas capitais amazônicas, mas não rompeu o ciclo de estagnação de muitas décadas, nem aliviou a pobreza dos mais de 200.000 nordestinos que tinham se deslocado para a região para sangrar as seringueiras (CARONE, 1970 p 62).

O mais lamentável na passividade do governo federal perante a derrocada da borracha amazônica foi que os preços desse produto não paravam de subir no mercado mundial, ao passo que os do café, em cuja defesa foram mobilizados todos os recursos disponíveis, estavam em baixa constante[100]. Mesmo considerando que o extrativismo cria poucos empregos em comparação à grande lavoura e que a alta dos preços estava condicionada à demanda de guerra, a principal explicação para a escolha governamental parece evidente: os representantes políticos da cafeicultura mandavam no país, através da sintomaticamente intitulada "aliança do café", ao passo que a cultura da borracha se desenvolvia em Estados periféricos.

A Revolução de 1930.

Já na primeira declaração depois da tomada de poder da Aliança Liberal, realizada em 03 de novembro de 1930, Getúlio Vargas delineara alguns pontos fundamentais para o novo governo. A reforma do sistema eleitoral (através das leis eleitorais e da constituinte de 1933/34), o saneamento dos agentes da corrupção do governo (feito através das comissões e sindicâncias). A diversificação da produção e o escoamento das sobras exportáveis. O corte de gastos suntuosos (parte da cartilha básica da ortodoxia econômica). E a reformulação do sistema tributário nacional junto com o

[100] Esse aumento dos preços da borracha terminaria com a criação da borracha sintética, que substituiria a extração do látex até então existente. Sem dúvida, a criação da borracha sintética não poderia ser prevista pelo governo brasileiro, mas não consta que tenha ocorrido esforço sério para formar grandes plantações à semelhança das que os britânicos desenvolveram em suas colônias asiáticas.

abandono do protecionismo de indústrias “artificiais”. Discutiremos neste capítulo até que ponto este projeto foi consolidado e como isso foi feito. Terminaremos por discutir brevemente a repercussão deste projeto.

No debate sobre os alcances e limites da Revolução de 1930, alguns autores sustentam até que 1930 não foi uma Revolução. Entendemos que este debate foge ao escopo deste trabalho ainda que, para nós, seja claro que em 1930 iniciou-se um período de profundas transformações na estrutura política e econômica brasileira. Contentamo-nos pois em referir a pertinente síntese proposta por Luís Carlos Bresser Pereira:

> O ano de 30 marca o início da Revolução Nacional Brasileira. O Brasil até então fora um país tipicamente semicolonial. Com o processo de industrialização que então se inicia, encetamos nosso caminho rumo ao desenvolvimento. Por uma série de razões entre as quais sobressaem as de ordem econômica, a nossa história dá uma guinada decisiva. Verifica-se então um processo acelerado de transformação. A história, depois de muitos anos de um desenrolar contínuo e uniforme, sofre um abalo profundo, cuja marca essencial é a crise violenta que se abate sobre o café e, portanto, sobre todo o nosso comércio exterior. Vemos um ruir de velhas estruturas, de antigos preconceitos, de classes esclerosadas, de privilégios arraigados. (PEREIRA,1968, p.22)

Ainda segundo este autor, “é indiscutível [...] que a Revolução de 30 marca uma nova era na história do Brasil, havendo estabelecido as condições políticas necessárias para a Revolução Industrial Brasileira.” (PEREIRA, 1968: p 31). "Entende-se, pois que ela tenha enfrentado desde logo a oposição feroz da aristocracia e das classes medias tradicionais brasileiras” (PEREIRA 1968, p. 30) e que 1932 foi uma tentativa de retomada de poder pelas classes que o haviam perdido na Revolução de 1930. O testemunho ganha força se considerarmos que Bresser Pereira não é conhecido por suas posições radicais nem muito menos por sua admiração por Vargas. Pelo contrário, ele faz questão de esclarecer que não admira a figura de Getúlio, mas que respeita muito algumas de suas decisões políticas e econômicas dos inicios dos anos 30.

Medidas jurídicas e sociais

Uma das primeiras medidas importantes de Vargas após a Revolução de 1930 foi a instituição de uma série de comissões e sindicâncias para apurar crimes em

praticamente todas as instancias da vida brasileira: Marinha, Exército, Banco do Brasil, departamentos do governo, do judiciário etc. Foi criado um Tribunal Especial com cinco membros nomeados pelo Governo Provisório. Este Tribunal julgava crimes políticos ou funcionais tipificados no artigo 6 do Decreto Nº 19.440, de 28 de novembro de 1930. Para os efeitos deste decreto, constituem atos e práticas passíveis das sanções e providências nele estabelecidas:

a) aplicação ou uso indébito ou irregular dos dinheiros ou haveres públicos; realização de contratos manifestamente prejudiciais ao Estado; e, em geral, todo o ato ou prática de improbidade contra a fortuna pública;

b) os atos diretos ou indiretos de fraude praticados por qualquer representante dos poderes públicos, contra o sistema de representação eletiva, ou contra a verdade dessa representação, incluídos neste preceito os que exerceram mandato legislativo ou judicial;

c) as transgressões de qualquer dever ou obrigação inerentes às funções públicas ou abuso da respectiva autoridade;

d) a prática da advocacia administrativa de qualquer natureza, especialmente o patrocínio, por pessoa investida de função pública, ou por parente seu, de interesses privados junto à administração pública, ou a empresa de que a União ou o Estado seja acionista ou por uma ou outro subvencionada.

Além das punições na justiça civil, os culpados seriam proibidos de exercer atividades políticas ou publicas durante dado número de anos e teriam de ressarcir os cofres públicos quando fosse provado desvio de verba. Nas áreas em que se achassem crimes ou suspeitas se formariam comissões de sindicância para apurar informando os resultados ao Tribunal Especial.

Uma destas comissões, dita de Correição Administrativa foi formada com participação do Ministro Osvaldo Aranha, por Juarez Távora e por Ari Parreiras[101]. Esta comissão recebia e investigava denuncias contra o Banco do Brasil abertas por pessoas

[101] Oficial da Marinha Brasileira. Considerado o oficial mais influente na Marinha no período. Ligado aos tenentistas e a Vargas. Foi também membro das sindicâncias da Marinha.

físicas[102] ou pela Justiça do Governo Provisório. Como resultado de uma devassa no Banco do Brasil, um de seus diretores , Pedro Luis Correia e Castro, amigo pessoal de José Maria Whitaker, ex-presidente do Banco do Brasil que também foi investigado na ação, foi retirado da diretoria sob a acusação de manipular os negócios do banco e de barrar as investigações das sindicâncias. Não se provou a participação em crimes de nenhum dos dois acusados mas, independentemente do resultado, o Governo Provisório dava provas de seu interesse em transformar objetivamente as estruturas brasileiras.

Sabendo que as medidas sociais outorgadas logo nos primeiros meses do Governo Provisório[103] não seriam aplicadas sem conflitos, Vargas empenhou-se em fazê-las sair do papel o quanto antes, apressando-se em criar uma estrutura de órgãos de solução dos conflitos do trabalho, notadamente as Comissões Mistas de Conciliação, criadas pelo Dec. 21.396/1932 para atuar na solução de conflitos coletivos, e as Juntas de Conciliação e Julgamento, instituídas pelo Decreto 22.132/1932, para tratar de conflitos individuais (FERRARI, NASCIMENTO e MARTINS FILHO, 1998). Posteriores ao levante de 1932, esses órgãos parecem corresponder a uma resposta à forte mobilização operária do começo dos anos 30, que somente de maneira indireta teve a ver com o levante de 1932.

Tópico menos comentado na historiografia, mas que foi um importante motivo de inquietação popular em São Paulo era a relação da Revolução de 1930 com a terra. O medo de uma revolução comunista como a da União Soviética traduzia-se no medo da perda das propriedades privadas. As expropriações de fazendas endividadas, a centralização estatal, a tomada de controle por parte do estado de operações e instituições e até a cobrança de impostos sobre a terra eram para a oligarquia paulista a prova da chegada do comunismo[104]. Através de decretos anteriores ao levante de 1932, e posteriormente, através da constituição de 1933/34, Getúlio Vargas tentou delimitar as

---

[102] Era garantindo no decreto a participação de qualquer brasileiro que quisesse acompanhar, relatar ou promover denuncias. Segundo o artigo Art. 46. Qualquer cidadão poderá pedir ao Tribunal seja admitido como assistente para acompanhar a ação do procurador especial. Uma vez admitida a assistência, poderá representar, por escrito, ao procurador especial, sugerindo diligências ou providências, ficando, porem, a critério desse procurador adotar ou não essas sugestões. Em qualquer hipótese, tais petições de sugestões deverão ser juntas aos autos, salvo se o Tribunal entender de as mandar arquivar em separado.(DECRETO Nº 19.440, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1930)

[103] Já debatemos e relacionamos boa parte destas conquistas em trechos anteriores do presente trabalho.

[104] Vimos nas discussões sobre o anticomunismo alguns exemplos destas acusações. Voltaremos a discutir brevemente o tema quando tratarmos sobre o discurso de Vargas que lançou este imposto territorial. Mas já adiantamos parte da resposta da oligarquia: “Se o governo declarou que respeitaria o direito de propriedade, como é que, a pretexto de lançar o imposto territorial, se tenta levar a efeito o comunismo em São Paulo?” Mario Pinto Serva no Diário Nacional (APUD BORGES, 1979, p 146)

fronteiras dos Estados brasileiros. Temiam os paulistas que o decreto federal das divisas outorgado no início de 1932 retirasse de São Paulo parte do território e população em prol de Minas Gerais. A situação gerou protestos e debates em Minas Gerais e em São Paulo já que, ainda por cima, Vargas modificara a legislação agrária, permitindo a desapropriação de terras por interesses públicos. Uma das promessas da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 era respeitar a propriedade privada mas, para os que detinham a propriedade da terra, a soma dos fatores: modificação de fronteiras, modificação da lei de terras, desapropriações públicas e impostos constituíam a prova cabal do "bolchevismo" de Vargas.

A defesa do Café e a política econômica do Governo Provisório.

As primeiras medidas tomadas por Getúlio Vargas e pelo Governo Provisório depois da vitória da Revolução seguiram aparentemente a ortodoxia econômica. Algumas das medidas anunciadas para tentar frear a crise eram equilibrar as contas públicas, estabilizar o câmbio e conter a expansão da base monetária. Cortavam-se despesas na tentativa de melhorar o saldo orçamentário. Mas desde o inicio ficou claro que o governo manteria a defesa do café. Conforme ele enfrentava a crise econômica na prática, as linhas econômicas ortodoxas presentes no discurso eram esquecidas em prol de uma atuação ainda mais heterodoxa[105]. Mesmo a declaração de 03 de novembro de 1930 ao mesmo tempo em que trabalhava com os termos e ideias da ortodoxia econômica (corte de gastos etc), Vargas anunciava a necessidade de, por exemplo, fazer uma larga reforma tributária e diversificar a produção nacional com o auxilio da expansão do crédito. Posições que divergem completamente da ortodoxia econômica.

As partes do discurso que estavam de acordo com a ortodoxia econômica, como o corte de gastos, foram rapidamente abandonadas na prática. O Governo Provisório pouco se preocupou com o equilíbrio orçamentário. A moeda foi desvalorizada e os

[105] Para se aprofundar no tema recomendamos a leitura completa do artigo de Pedro Paulo Zahluth Bastos *Ortodoxia e Heterodoxia Econômica antes e durante a Era Vargas.(* In BASTOS e FONSECA [orgs], 2011, p 179)

gastos públicos aumentaram. Não por uma opção ideológica mas pela necessidade de, frente a maquina pública, fazer o Brasil retomar um rumo de desenvolvimento no contexto da crise.

A própria defesa do café, foi realizada pelo Governo Provisório de forma bastante diferente da República Velha. (CORSI in BASTOS e FONSECA (orgs), 2011, p 224) Parte dos resultados econômicos positivos destas intervenções, como o desenvolvimento do mercado interno, só foram aparecer anos depois. Por este motivo, somado ao discurso que por vezes seguia a cartilha da ortodoxia econômica Celso Furtado argumentou que:

> O controle de câmbio não surgiu de uma escolha e sim da necessidade de sobreviver face à brutal baixa de entrada de divisas. (...) Nada disso foi feito a partir de um projeto; foram antes atos de desespero. Ninguém pensou que isso pudesse sustentar o mercado interno de produtos manufaturados; entretanto esse foi o resultado. (FURTADO, 1980, p 713-717 *Apud* BASTOS e FONSECA[orgs] 2011, p 182)

Já Pedro Paulo Zahluth Bastos em artigo que discute a heterodoxia/ortodoxia do Governo Vargas demonstra que estas intervenções eram muito mais conscientes do que Furtado acreditava, ainda que nem todos os resultados pudessem ser previstos:

> Vargas já apresentara publicamente uma visão dos problemas cambiais brasileiros e já propusera formas de gestão da política creditícia diferentes da tradição ortodoxa, antes mesmo da Revolução de 1930. E argumenta que a proposta alternativa de Vargas – diversificação produtiva apoiada em expansão do crédito- atendia a um conjunto de interesses voltados ao mercado interno que colocavam em questão, desde a década de 1920, a sustentação política da ortodoxia econômica como meio da saída de crises. (BASTOS e FONSECA[orgs] 2011, p 183)

Inicialmente, o *Diário Nacional*, órgão do PD em 1931, além de elogiar a defesa pelo governo provisório do café, ressaltou que "a legitimidade dos governos atuais se mede pela capacidade de resolver a questão do café." (DN 1/12/1931 p, 3 in BORGES 1979 p.141). Vale notar que mesmo durante a República Velha, a atuação do governo nem sempre era plenamente identificada com a vontade dos cafeicultores. Apesar da

hegemonia desses grupos de produtores nos governos ditos de "café com leite", as tensões entre governo e produtores existiam. O próprio Washington Luiz[106] tinha sido criticado por diversos órgãos e partidos dos cafeicultores por não sustentar a defesa do café, especialmente após a crise de 1929.

Rompendo com a inércia de Washington Luiz, Vargas veio em socorro da cafeicultura, garantindo a colheita do café plantado e a compra do café já estocado, e em seguida procedendo a sua queima, para defender os preços. Essas medidas, que ocorreram principalmente em São Paulo, não tendo sido adotadas como política oficial em outros Estados do Brasil, permitiram defender e recuperar minimamente o valor do principal item das exportações brasileiras no período. Ao mesmo tempo, se garantia o salário das massas de trabalhadores que colhiam o café. Uma das principais diferenças entre deixar o café apodrecer no pé e colhê-lo para queima-lo é que, no segundo caso, mantém-se o trabalho e o pagamento de uma grande massa de trabalhadores, que dispondo de um salário renda, podem continuar consumindo produtos. Estas e outras medidas económicas do período Vargas se aproximaram das mais avançadas políticas econômicas anticíclicas daqueles tempos.

Por isso, Getúlio Vargas e a Aliança Liberal não podem ser vistos como opositores da cafeicultura[107]. Além dos elogios recebidos por sua política de defesa do produto, Vargas por muitas vezes, antes e depois de 1930, afirmou que o café era o principal produto brasileiro e, portanto, deveria ser defendido. Dessa forma, quando termina o levante de 1932, ao invés de passar para a ofensiva contra o resto da oligarquia paulista, o governo Vargas voltou a ajudá-la. Os exilados foram rapidamente anistiados e mais de 50% das dívidas dos cafeicultores foram perdoadas pela União (FURTADO, 1969, p. 212). Mesmo os jornais, *O Estado de São Paulo, Diário Nacional e Correio Paulistano*, grandes insufladores do levante, foram poupados por Vargas, que não adotou nenhuma forma de repressão e nem impôs censura à publicação destes veículos (CAPELATO 1981, p.27).

Mas nem tudo na política econômica da Aliança Liberal eram rosas para a oligarquia paulista. Várias decisões do governo irritaram e muito os detentores do poder econômico, fossem eles do PD ou do PRP. Perante a queda brutal das exportações e a

---

[106] Washington Luiz foi apelidado ironicamente de "Paulista de Macaé" aludindo à origem carioca do político que fez carreira e sucesso em São Paulo.

[107] Isso não impede que tenham se oposto ao poder hegemônico dos cafeicultores.

carência de divisas para a importação de bens industriais e de consumo, inclusive alimentares, o governo de Vargas foi levado a desvalorizar a taxa de câmbio do mil-réis. Mesmo os efeitos positivos da defesa do café podem ter sido ofuscados, na percepção dos consumidores das diferentes classes sociais, pelos impactos da inflação.

A posteriori, sabemos que essa desvalorização constituiu poderoso estímulo à substituição de importações (FURTADO, 1959, p. 204 em diante). Mas, visto pelo ângulo de então, seu primeiro impacto se deu no nível dos preços. Se o descompasso no tempo entre a adoção das principais medidas econômicas do governo Vargas e a concretização de seus resultados positivos não foi longo em relação à defesa do café, não podia deixar de sê-lo, no que diz respeito aos efeitos industrializantes da desvalorização da moeda nacional. É de se notar, porém, que o inevitável descontentamento suscitado pela baixa do poder aquisitivo do mil-réis afetou a população brasileira em geral, não apenas a paulista. Portanto, não pode explicar, por si só, a crescente animosidade desta em relação ao governo provisório.

O decreto de compra do café de fevereiro de 1931, feito pelo governo provisório, era, por um lado, a medida de defesa do produto mais desejada pelos cafeicultores paulistas. Por outro lado, ao invés de ser financiado somente pelo aumento do custo de vida das massas através da desvalorização da moeda, como na República Velha, esta compra também foi sustentada pelos exportadores através de uma taxa de 20%, instituída por Vargas, que incidia em todo café exportado. Esta taxa era considerada abusiva pelos exportadores, pois, como já foi dito, o ônus da defesa do café não recaia mais só nas costas das massas trabalhadoras, como durante o processo dito de "socialização dos prejuízos". Agora os produtores e comerciantes também pagavam. Desta maneira defendia-se o café sem privilegiar apenas os cafeicultores. Pode-se dizer que a política cafeeira do período não saiu exatamente da maneira que desejavam os cafeicultores, embora fossem contemplados pela possibilidade de resolver institucionalmente o problema de seus estoques.

A defesa do café empreendida pelo governo Vargas não o impediu de tentar diversificar a produção nacional e expandir minimamente o centro dinâmico produtor localizado no sudeste em geral e em São Paulo em especial. Logo em 1931, poucos meses depois da tomada de poder, o governo provisório criou o Instituto do Cacau, destinado a proteger este produto do Nordeste e a pesquisar meios de promover sua

expansão. Dois anos depois, Vargas criaria o Instituto do Açúcar e do Álcool junto com uma medida que obrigava a gasolina em todo o território nacional a ter no mínimo 5% de álcool na composição. Assim, o governo obrigava os comerciantes do combustível a comprarem o álcool nacional. Essas medidas também tinham a motivação clara de ajudar a controlar a superprodução cafeeira.

O novo governo criou ainda diversas outras instituições para defesa de economias regionais menores, não necessariamente ligadas às atividades agroexportadoras dominantes. Por exemplo, o Instituto da Borracha e o Instituto do Mate. (PERISSINOTTO, 1994, pag. 227). Através da Secretaria de Agricultura o Estado brasileiro passou a promover a produção algodoeira, distribuindo sementes de algodão do tipo de fibra longa (cuja produtividade era maior). Além de fomentar a produção de trigo e a construção de fábricas de embalagens para frutas e o plantio de laranjeiras nas antigas fazendas de café.

Outras medidas foram ainda tomadas para diversificar a economia e superar a hegemonia econômica e política paulista. Um exemplo é a proibição de isenção de taxas do açúcar paulista nas estradas de São Paulo. Retirava-se o protecionismo econômico do Estado de São Paulo em relação aos outros Estados favorecendo assim a produção e comercialização no país do açúcar do Nordeste (BORGES 1979, p 147). Em março de 1931, foi baixado um decreto proibindo a importação de maquinarias para as indústrias consideradas em estado de superprodução. Com isso se freava o reinvestimento no café dos lucros obtidos, destinando-os, em parte, a desenvolver a indústria nacional.

Característica básica de uma economia semi colonial é a não existência de produção para o mercado interno. Exportam-se produtos primários e importam-se manufaturados e bens de consumo. Mas não se objetiva para produzir para o consumo interno. A diversificação das classes sociais, o surgimento de um operariado assalariado e a delineação da burguesia junto com a expansão das classes médias ligadas à urbanização aumentavam a necessidade de se suprir um mercado interno crescente. Os períodos de crise e guerra dificultavam a importação de produtos, criando uma situação favorável ao desenvolvimento de pequenas indústrias de consumo. O Governo Provisório se mostrou capaz de perceber as nuances do momento, aplicando políticas anticrise como forma de combater a crise econômica e tentando industrializar e diversificar a economia brasileira. Não é a toa que Bresser Pereira chama o período entre 1930-39 de Revolução Industrial Brasileira (PEREIRA,1968 p 30) Segundo ele o

Governo da Revolução de 30 “adotou logo uma política nitidamente industrializante” (PEREIRA 1968 p 31).

A heterogeneidade da Aliança Liberal tendia a causar uma desagregação a partir do momento em que o único projeto em comum (derrubada da Republica Velha) foi realizado. Após a tomada de poder e o fim da República Velha, grupos tão diferentes entre si como os tenentes e o Partido Democrático dificilmente entrariam em acordo. Edgard Carone notou a esse respeito que “O compromisso de correntes antagônicas fatalmente tendia a desagregar-se depois da vitória. A unidade era superficial, a realidade violentamente contraditória.” (CARONE 1965, p,97)

A Questão Fiscal

As tarifas aduaneiras e os impostos em geral representavam a principal fonte de renda ordinária da União e dos Estados. Consequentemente, boa parte do debate econômico do período girava em torno das questões fiscais. A Revolução de 1930 com sua centralização política representou significativa mudança na cobrança de tributos das oligarquias locais. Como visto anteriormente, os impostos gerados nos Estados passaram a ser revertidos para a União, que se encarregava de redistribuir os ganhos. Para os Estados, isso representava uma perda do controle direto de seus ganhos. Novos impostos e diferentes usos para a renda auferida pelo governo central também eram motivo de descontentamento. Estas questões se relacionam diretamente com a perda da autonomia paulista no processo de centralização política de 1930.

Até 1930 os paulistas legislavam sobre o funcionamento de suas taxas. Deste modo em São Paulo, por exemplo, não se taxava o transporte do açúcar produzido dentro do Estado, mas se taxava o transporte do açúcar nordestino (vale lembrar que São Paulo era o principal mercado interno). Este tipo de medida protecionista reforçava a hegemonia econômica e política paulista. Depois da Revolução de outubro, a regulamentação das taxas passou para o controle da União e as medidas protecionistas do açúcar paulista foram abolidas. Para os paulistas isso era uma dupla afronta. Por um lado, parecia uma punição econômica para os produtores de açúcar paulista e por outro

era uma ingerência sobre as decisões fiscais e econômicas do Estado que até então fora autônomo neste tipo de decisão.

Uma das mais curiosas denúncias dos opositores paulistas aparece no manifesto de rompimento do PD com Getúlio Vargas. Nele se menciona uma "nebulosa" taxa de 2% ouro para o porto de Santos, que seria instaurada pelo governo provisório através do Ministro da Fazendo Oswaldo Aranha[108]. Sobre o Estado de São Paulo, diz o manifesto que: "Como tem sido ele tratado? Como preso de guerra a quem se envia, agora a título de boas festas, a sobre carga de 2% ouro no porto de Santos." (Manifesto de rompimento do PD apud BORGES 1979, p. 154, CARONE, 1973, p. 43). A historiografia menciona que esta taxa foi suspensa por três meses devido à pressão das oligarquias exportadoras. Até agora, no entanto, não pudemos verificar, com certeza, nem mesmo se esta taxa veio a ser aplicada. Vavy Pacheco Borges, a quem devemos uma das melhores análises dos aspectos político-econômicos do levante de 32, assinala que:

> Não se encontram, nas obras do período, informações sobre ela ter sido ou não instituída; o importante é que o Manifesto de Rompimento do PD menciona esta taxa, mostrando que sua criação põe em polvorosa as classes conservadoras paulistas (BORGES 1979, p. 153).

Encontramos também uma menção em um documento de época, reproduzido por Edgar Carone, que Vavy Pacheco Borges provavelmente não conhecia, pois não o cita. Escrito por Jorge Street[109], em 1933, o documento é intitulado *Notas à Margem das Tarifas Aduaneiras.* Este texto de Street visava a cancelar essa taxa e tinha por intuito informar e influenciar uma recém-criada Comissão de Revisão de Tarifas . Foi também difícil encontrar na documentação ou na historiografia menção a esta comissão que aparentemente continua destinada a ser esquecida. Sobre a taxa de 2% diz Street:

---

[108] Não é a toa que durante a crise de 1932 Oswaldo Aranha quase fora linchado em São Paulo.

[109] O paulista Jorge Street foi diretor geral do Departamento Nacional da Indústria no ano de 1931. Cargo ligado ao recém criado Ministério do Trabalho ocupado por Lindolfo Collor. Ele foi escolhido por ter uma perspectiva bastante diferente da maioria dos industriais. Na greve de 1917, para desespero de seus colegas da Associação Industrial Paulista, Street demonstrou mais de uma vez simpatia pelas causas operárias. Ele ficaria famoso pelas concessões aos trabalhadores de sua indústria. Por exemplo, instalando chuveiros e restaurantes na sua fábrica de tecido Maria Zélia, localizada no bairro do Belém e hoje tombada como patrimônio cultural. Nas imediações desta fábrica foi criada o que se considera a primeira vila operária do Brasil.

> Pondere-se ainda o sério inconveniente de se inovar, por forma parecida, a irritante rivalidade comercial provocada pelo malfadado imposto de 2% ouro cobrado com desigualdade nos nossos portos, fato aliás, neste caso, perfeitamente justificado pela diferença da origem do capital com que eles se construíram: particular em Santos, fornecido pela nação no Rio. Poderá a ilustre comissão de tarifas verificar e controlar o que aí fica dito, apenas de relance, e ela se convencerá, estou certo, dos sérios inconvenientes de direitos desiguais para os diversos estados (Jorge Street, 1933,apud CARONE, 1973, p.163)

Encontramos também algumas menções a taxas de 2% sobre o comércio, instituídas em 1903 para os portos do Rio de Janeiro e Porto Alegre, destinadas à manutenção e melhoria dos portos. Provavelmente esta taxa do porte de Santos tinha a mesma função, custear a manutenção do próprio porto. E não encher os cofres da União. Esta taxa teria sido anulada em 1934 por Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha. No bojo da crise de 1929 e da Revolução de 1930, encontramos pedidos insistentes dos gaúchos para que se cancelasse a "famosa taxa do porto do Rio Grande" dada a condição de penúria nas finanças do Estado e em especial do Banco Pelotense. A questão é mencionada por exemplo na carta de Antunes Maciel[110] a Getúlio Vargas em dezembro de 1930 (SILVA, 1967, p 111).

É fácil imaginar que uma taxação de 2% sobre todo o comércio exterior paulista causaria revolta nos grandes exportadores de café, que também eram grandes importadores. Ao que tudo indica a taxa era específica para o porto de Santos[111], o que, certamente, exaltava os elementos regionalistas paulistas. O fato de ser fixada em ouro garantia que, apesar da desvalorização do mil-réis, seu valor se manteria estável. Ao contrário de taxas anteriores denominadas em moeda nacional e que tinham seus custos diminuídos conforme se desvalorizava nossa moeda, este imposto só variaria se o preço do ouro fixado no mercado internacional variasse. Por ser indexada em ouro esta taxa não era afetada pela inflação, portanto também atenuava um dos mecanismos que acarretavam a chamada socialização dos prejuízos. Afinal, independentemente da variação da moeda nacional (cuja desvalorização transferia o prejuízo dos exportadores

[110] Político tradicional gaúcho. Participou ativamente do Partido Federalista e do Partido Liberador. Apoiou Vargas em 1932 e posteriormente chegou a ser Ministro da Justiça.

[111] "A receita do Estado de São Paulo, entre 1892 e 1899, correspondeu a 18% do valor exportado para o exterior, via Santos; entre 1930 e 1937, equivaleu a 29% daquele valor." (LOVE 1982, p 369) A frase de Love serve para demonstrar a dependência paulista das exportações via porto de Santos.

para o preço dos produtos importados), os exportadores (que recebiam em moeda estrangeira e compravam em moeda nacional) tinham de pagar a taxa plena. Além disso, boa parte das taxas instituídas na República Velha em moeda nacional eram fixadas em valores absolutos e não em porcentagens. Portanto quando vinha a desvalorização da moeda, estas taxas obviamente diminuíam proporcionalmente de valor. O Manifesto de rompimento do PD com o governo provisório considerou o estabelecimento de um imposto indexado em ouro como a última de uma série de medidas de ataque a São Paulo que obrigavam o partido a tomar a decisão de sair da Aliança Liberal e passar para a ofensiva contra o governo.

É notável como o mesmo manifesto que escamoteia a motivação para a revolta paulista contra Vargas ao bradar por um interventor paulista e civil, acusar a ditadura de expulsar os paulistas dos cargos públicos em São Paulo e arguir que a constituição não viria, revela em parte algumas motivações econômicas para a revolta. Ao mesmo tempo não seria produtivo supervalorizar estas denuncias. Da mesma forma que os pedidos de constitucionalização esta e outras questões econômicas podem também ser justificativas forçadas para o desejo de que, nem que fosse a bala, São Paulo retomasse sua posição hegemônica perdida.

Se tomarmos os dados apresentados por Joseph Love (1982), veremos que apesar das constantes reclamações dos paulistas sobre o peso esmagador do fisco nacional, o Estado paulista podia contar com vastos recursos da União em constante expansão. Desde 1910 a receita e a despesa dos cofres públicos da União em São Paulo eram mais de um terço de todo dinheiro movimentado pelo Estado brasileiro. De mesmo modo, as dívidas do Estado de São Paulo com a União representavam mais da metade do total da dívida externa estadual (LOVE 1982, p 333 a 364). A expansão de capital em São Paulo não se refreou no pós Revolução de 1930; pelo contrário, entre 1930 e 1937, as receitas anuais do Estado foram maiores que o dobro da receita na década de 20. De mesmo modo, entre 1930-37 dobrou-se o gasto das despesas federais no Estado. Os gastos em São Paulo chegaram a representar 25% das despesas federais na década de 30. Segundo os cálculos de Joseph Love, o ano de 1931 foi o ano de maior diferença no investimento federal nos Estados. Neste ano, São Paulo abocanhou mais de

33% de todo dinheiro gasto pela União. Justamente no ano em que São Paulo se armava para a guerra de 1932[112]. (LOVE 1982, p 335)

Mas esses números não indicam em si um crescimento econômico geral paulista. Foram também nestes anos que se acumulou o maior déficit no Estado. Segundo Love, o motivo para tantos gastos era a falta de planejamento econômico no Estado. Em 1927, por exemplo, as despesas efetivadas foram o dobro das despesas autorizadas pelo Estado. Tamanha discrepância surgia já nas projeções dos cálculos orçamentários. Entre 1890 e 1899, o recolhimento real superou em 49% o recolhimento antecipado e, de mesmo modo, as despesas realizadas superaram em 55% as despesas autorizadas. Depois do movimento de outubro de 1930, as estimativas e o controle das operações foram melhores; pelo menos elas correspondiam bem mais à realidade, não se repetindo os grosseiros erros de projeção dos governos da República Velha (LOVE 1982, p 336).

Além da renda das tarifas aduaneiras, São Paulo dependia fortemente dos impostos de exportação, advindos basicamente das transações de café no mercado internacional. Estes impostos (que não devem ser confundidos com a taxa aplicada, desde 1906, para cobrir os gastos da valorização) passariam por complexa reformulação no pós Revolução de 1930. No Rio Grande do Sul, por exemplo, se dava bastante importância para o imposto fundiário rural, transformando-o numa das principais fontes de renda do Estado. Já em São Paulo, instaurou-se, a partir de 1905, um imposto territorial rural que era irrisório. Consistia na décima parte de 1% do valor oficial da propriedade (ou 0,1% do valor total). Mais ainda, estavam excluídas as propriedades que plantassem café, ou seja a maioria das propriedades rurais paulistas de alta renda não eram taxadas (as propriedades cafeeiras, além de serem maioria tinham maior valor e renda que as terras que não produziam café). Em alguns momentos da história paulista, como durante o inicio do governo estadual de Washington Luiz (1920-1924), apareceu uma corrente de opinião que criticava o imposto de exportação que incidia sobre o café e valorizava mais impostos como o territorial. No entanto, estas correntes nunca dispuseram de força suficiente para eliminar o imposto sobre a exportação.

[112] É razoável supor que se o federalismo fiscal da Republica Velha permanecesse depois da Revolução de 1930 os recursos seriam ainda mais concentrados nas mãos de São Paulo.

No dia 23 de fevereiro de 1931, num discurso em Belo Horizonte, Vargas anunciou mais um imposto a se somar a vários outros recém-criados: o imposto territorial, com a clara função de coibir os privilégios fiscais do latifúndio no país e, em especial, em São Paulo. A resposta da oligarquia paulista veio principalmente do PD. Instrumentalizando o medo do comunismo, este partido declarou através do *Diário Nacional* que o imposto territorial seria uma afronta ao direito de propriedade[113], que Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930 dissera que não aboliria. Para a oligarquia agrária, acostumada a se apossar de terras sem muita cerimônia nem imbróglios jurídicos, pagar impostos referentes ao tamanho das propriedades era uma afronta enorme. Os processos de concentração da terra através da ocupação ilegal de terras públicas, de grilagem etc. não eram criticados, mas um imposto que incidisse mais sobre quem tivesse mais terra era considerado uma afronta à propriedade.

Este imposto chegava em um momento onde a lavoura (como toda economia mundial) estava fragilizada desde o Crash da bolsa de Nova Iorque. E por outro lado, argumentavam os cafeicultores paulistas, São Paulo não era o latifúndio criticado pelos tenentes, mas, sim, um lugar onde a pequena propriedade prosperava. Os poucos latifúndios existentes, ao invés de concorrerem com a pequena propriedade, a apoiavam, como quando os primeiros colonos sem recursos chegaram e encontraram no latifúndio o apoio para que pudessem eventualmente adquirir suas pequenas propriedades (BORGES 1979 pp. 145-147).

Mas do ponto de vista da oligarquia paulista, a pior notícia foi o anúncio feito por Vargas, em Belo Horizonte, de que os impostos do café, antes revertidos para o governo do Estado onde ele era gerado, passariam a serem enviados em parte para a União. São Paulo, como maior gerador de impostos do café, perdia o dinheiro que seria reinvestido em seu próprio Estado (já o mais rico da nação) em proveito do resto do país. Os cafeicultores paulistas não só passaram a arcar com uma maior porcentagem dos gastos da valorização como viam o dinheiro que gastavam com as taxas sendo enviados para outros Estados da União.

A resistência das oligarquias regionais em geral, e da paulista em especial, à centralização sempre foi muito grande, independentemente da figura que estivesse no

[113] "Se o governo declarou que respeitaria o direito de propriedade, como é que, a pretexto de lançar o imposto territorial, se tenta levar a efeito o comunismo em São Paulo?" Mario Pinto Serva no Diário Nacional (APUD BORGES, 1979, p 146)

poder executivo nesta centralização. Mesmo no auge de sua hegemonia na "República do café com leite", os cafeicultores paulistas não dominavam totalmente o cenário político.

Vale mencionar a resistência paulista à centralização do poder federal empreendida por Artur Bernardes, embora ela se justificasse, segundo a ótica oligárquica, pela necessidade de reprimir os diversos movimentos políticos e/ou sindicais do período. Lembremos que os anos 1920 foram marcados por diversos levantes e agitações políticas, que começaram em 1917 com a greve geral nacional[114] e passaram pelos levantes dos dias 5 de julho de 1922 e 1924.

Mesmo no meio de tantas revoltas e movimentos de alcance nacional, como a coluna Prestes, as medidas centralizadoras de Bernardes foram criticadas por parte da oligarquia. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, qualificou-as de ditatoriais em sua edição de 19.2.1927.

Os paulistas tinham enorme hostilidade em relação à "desfederalização" do país, notadamente à centralização dos impostos . O PD, que apoiara a Revolução de 1930, era extremamente liberal e defendia ainda mais autonomia para os estados. Esse é seguramente um dos motivos que o afastaram do governo provisório e o aproximou do PRP, antigo opositor no comando do Estado, para a construção do levante de 1932.

Ricos e endividados

A enorme receita governamental do Estado de São Paulo não garantia necessariamente uma economia sólida. De fato, o frequente endividamento interno e externo levou os paulistas a algumas situações extravagantes, se considerarmos a

[114] A repressão à greve de 1917 feita pela Força Pública merece homenagem da Policia Militar do Estado de São Paulo, que dedica uma das estrelas de seu brasão a este episodio. A PM também homenageia outros conturbados momentos de nossa história como as chamadas: Revolução Constitucionalista de 1932 e Revolução de 1964.

posição econômica elevada do Estado em relação ao país como um todo. Joseph Love sintetizou assim a situação da dívida de São Paulo:

> Já em 1906, devido à compra da Estrada de ferro Sorocabana e ao primeiro programa de valorização, a dívida externa de São Paulo representava mais do que a metade do débito somado dos 20 Estados (9.200.000 libras e 17.700.000 libras, respectivamente). Novos empréstimos eram contraídos e, não obstante muitos fossem totalmente pagos, a tendência dominante era para o aumento do débito. Entre 1892 e 1929, o montante da divida fundada do Estado passou de 1.200.000 libras para 11.900.000, ao que se somavam 43 milhões de dólares e 10.700.000 florins holandeses.

Entre 1888 e 1930 são registrados 25 empréstimos contraídos por São Paulo no exterior, cujo valor nominal era de 68.725.500 libras esterlinas, além de 82.500.000 dólares e 18 milhões de florins holandeses. Em 1930 essa dívida chegava a 424 milhões de dólares e em 1933, São Paulo era responsável por mais de 60% das dividas externas de todos os Estados. Já as obrigações paulistas sobre as dívidas externas da federação chegaram em 1930 a 33% (LOVE, 1982 p 342 e 343). Joseph Love calculou em 1.878.000 contos o total de juros pagos por São Paulo entre 1930-1937. Para que esses valores se tornem um pouco mais compreensíveis para os contemporâneos, basta observar que São Paulo pagou 6 vezes mais juros que Minas Gerais, o segundo Estado mais endividado e 20 vezes mais do que Pernambuco (LOVE, 1982, p350). O autor ainda expressa a importância da questão da dívida para os paulistas:

> Em 1937, São Paulo ainda era responsável por cerca de metade do valor total que todos os Estados brasileiros deviam ao exterior. Já que os programas de valorização quase sempre dependiam de financiamento externo, estar em dia com os credores estrangeiros tornou-se preocupação dominante dos políticos paulistas, após 1905. (LOVE 1982, p 284 e 285)

Vale notar que, frequentemente, os empréstimos eram pagos nos mesmos anos de contratação, graças à alta renda dos cofres paulistas. No entanto, com a crise do café e a crise financeira mundial, a tendência foi uma crescente dificuldade em quitar tais dívidas. A partir da década de 30 o governo federal teve que, algumas vezes, negociar diretamente com os credores paulistas. O maior exemplo disso ocorreu em 1931,

quando no mês de fevereiro, Getúlio Vargas anunciou que o governo do Brasil não tinha outra opção a não ser assumir as dividas dos Estados.

No que diz respeito aos empréstimos dentro do Estado de São Paulo, é necessário ressaltar que o Banco do Estado não abria créditos para a indústria (mesmo no Estado com a maior planta industrial e potencial de industrialização do país), mas financiava generosamente a agricultura de exportação cafeeira. Sem contar os subsídios estatais à imigração e à expansão de ferrovias que aumentavam a produtividade e o lucro do sistema cafeeiro. Os empréstimos eram feitos tendo como garantia de pagamento a própria mercadoria (no caso o café retido no processo de valorização) e a renda de impostos específicos que incidiam sobre o café (o imposto da valorização). Garantias à parte, em dezembro de 1932 havia 651 fazendas de café hipotecadas no Banco do estado de São Paulo (BEZERRA 1989 p 57). É clara a fragilidade da situação econômica paulista no início dos anos 30. Dado o contexto econômico mundial de crise, isso não é nenhuma surpresa, mas os aumentos de serviços das dívidas somados à redução dos gastos colocava o Estado em situação especialmente preocupante. Os gastos públicos também cresceram, especialmente os ligados às ferrovias: São Paulo acabara de reassumir o controle direto da companhia de estradas de ferro Sorocabana.

A educação pública também era uma grande fonte de gastos. São Paulo se orgulhava de ter o melhor ensino publico do país, formando a maior parte dos estudantes brasileiros. Após a Revolução de outubro, foi criada uma Secretaria de Educação. Mas este sistema de ensino, apesar de ser o que mais formava no país, era voltado para as elites. Pois apesar de público, tinha uma mensalidade relativamente alta[115] barrando o acesso dos mais pobres. A saúde pública também era fonte de gastos crescentes. Na década de 1910 se gastou em média oito mil contos anuais com saúde pública em São Paulo; já na década seguinte os gastos foram bem maiores, chegando ao ápice de cento e dezoito mil contos anuais em 1927. Nos anos de preparação para a guerra e em 1932 os números caíram muito, voltando a subir depois. Em 1930 se gastaram cinquenta e um mil contos, em 1931 trinta e três mil contos e em 1932 trinta e sete mil. Em 1936 o número já retornara para sessenta e sete mil contos. Além da crise

[115] Alunos do secundário pagavam 120 mil reis por ano e os universitários pagavam 300 mil reis anuais. Para se ter ideia, o salário médio de um operário fabril era de 150 mil réis por mês e um empregado doméstico recebia 47 mil réis (LOVE 1982, p 352)

econômica geral, os investimentos menores em 1931 e 1932 sugerem que parte dos recursos tenha sido sugada pela máquina de guerra.

São Paulo também foi o único Estado a gastar somas consideráveis na promoção da imigração, especialmente nos anos de 1889 a 1896, mas também em 1906 (quando a crise de superprodução do café parecia contornada pela valorização). O subsidio à imigração só terminou completamente em 1927, após medidas do então governador Júlio Prestes.

Outra grande fonte de gastos do Estado de São Paulo eram as forças militares. Em 1931, os investimentos que lhes consagrou São Paulo chegaram a 21% do investimento da União (que defendia um país de proporções continentais);em 1932, ano da guerra civil, São Paulo gastou nessa área 29% de todo seu orçamento. Claro que estes gastos estavam acima da média normal na década de 30, que em São Paulo tinha ficado em 10% do orçamento, três vezes mais que Minas Gerais, segundo Estado em gastos militares. Joseph Love indica que a média de 10% dos anos 30 representava uma diminuição importante desses gastos em relação aos anos 20. (LOVE 1982, p 355)

Ao longo da década de 1930, Vargas tentou conter os gastos com as forças militares estaduais. Uma das maneiras a que São Paulo recorreu para burlar esta iniciativa foi investir mais nas policias estaduais. Até 1930, a Força Pública era o principal instrumento militar paulista. Gradativamente, ao longo desta década, os investimentos na policia estadual superaram os da Força Pública[116]. As polícias eram uma das principais responsabilidades divididas entre governos estaduais e municipais. Neste ponto se ressalta a relativa riqueza de parte dos municípios paulistas em comparação aos municípios de outros Estados. Entre 1907 e 1936, gerou-se nos municípios paulistas de 35 a 40% de toda a receita e despesas municipais de todo o país, com uma tendência crescente à concentração da renda na cidade de São Paulo. Segundo Love, "A proporção do orçamento da cidade de São Paulo (receita e despesa) como parcela do orçamento total dos municípios paulistas passou de 29% e 26% respectivamente, em 1896, para 56 e 62%, em 1938." (LOVE 1982, p 356.) Se antes os municípios geravam em média um quarto da receita do Estado de São Paulo, passaram depois a gerar bem menos que a capital. No início do século XX, a cidade de São Paulo

[116] Em 1936 a polícia já recebia mais que a Força Pública.

já gerava mais receita que todos os outros municípios somados e a concentração tendia a crescer.

Surpreendentemente, a principal fonte de renda dos municípios não era o café, mas os impostos sobre as indústrias e profissões. A falta de taxação municipal na produção cafeeira pode ser notada em números bastante expressivos. Ribeirão Preto, considerada durante a República Velha a capital mundial do café, teve como participação de sua renda total no ano de 1930 irrisórios 1,8% provenientes dos impostos cafeeiros. Enquanto isso, as obrigações municipais com os pagamentos das dívidas do café eram muito superiores. Para ficar no mesmo exemplo, Ribeirão Preto em 1930 teve 39%[117] de suas despesas destinadas ao pagamento das dívidas municipais (quase todas ligadas à valorização do café). Em 1931, as cidades de Santos e de São Paulo foram responsáveis por 37% do total da dívida municipal brasileira com os bancos estrangeiros. O governo estadual paulista até então não se preocupava em intervir nestas dívidas. Mas em 1931 a situação chegou a um ponto onde se fez necessário a intervenção. Relata Love: "naquele ano, a criação do Departamento de Administração Municipal veio reforçar o controle do governo estadual sobre as finanças municipais. Tal medida foi logo adotada por outros estados e recomendada a todas as unidades da Federação pela Constituição de 1934" (LOVE 1982, p 357).

Interesses econômicos estadunidenses em 1932.

Muitos intelectuais do período denunciavam a ingerência estrangeira e dos bancos na economia do Brasil. É curioso que, no contexto, a denúncia não era feita somente pela esquerda. Aqueles identificados com o fascismo também exerciam esta critica. Assim, Plinio Salgado criticava os conflitos entre investidores ingleses e norte americanos que disputavam o controle dos empréstimos ao governo do Estado de São Paulo. De mesmo modo o integralista Gustavo Barroso denunciava os bancos estrangeiros e "seus agentes paulistas" (LOVE 1982, p 289). A oligarquia paulista, no entanto, quando falava de autonomia, se referia à autonomia do Estado de São Paulo em

[117] Todos os números e porcentagens utilizados no debate sobre a questão fiscal foram retirados das séries produzidas por Joseph Love (LOVE 1982, p 413-419). Assim como no tópico dedicado às questões fiscais em São Paulo (LOVE 1982, p.338-356)

relação à União. Os vínculos entre o capital estrangeiro e o nacional não eram normalmente vistos como ingerência. Pelo contrário, muitas vezes eram os próprios paulistas que queriam uma relação mais direta com o capital financeiro internacional. Desse modo, como já foi visto, durante a República Velha São Paulo contraiu diretamente, sem passar pela União, empréstimos no exterior. Essa foi aliás uma das possibilidades de ação autônoma que São Paulo perdeu no pós Revolução de 30. Não era mais possível aos Estados contraírem empréstimos diretamente.

Os Estados Unidos aumentavam sua zona de influencia na América Latina já fazia algum tempo. Mesmo com os problemas internos advindos da crise de 1929, os norte americanos prestavam atenção ao Brasil. Apesar da guerra fria ainda não estar delineada, o espectro de revoluções radicais já existia e fazia sentido que os EUA tivessem medo que a Revolução de 1930 se radicalizasse. Estes elementos ajudam a explicar porque os EUA se recusaram a vender armas para os revolucionários de 1930, enquanto as vendiam ao governo de Washington Luiz (BANDEIRA,1973, p.224), Explica também a demora do governo estadunidense em reconhecer o governo oriundo da Revolução de 1930. De mesmo modo, durante o conflito iniciado em 9 de julho de 1932 o cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo defendia abertamente os interesses dos revoltosos paulistas. Em toda sua correspondência com os EUA, ele sempre se referiu as tropas federais como "tropas inimigas" e Getúlio Vargas era sempre chamado de "Ditador". (BANDEIRA, 1973, p233)

No plano internacional, os Estados Unidos defendiam a manutenção do livre mercado ameaçado pela centralização política e pelo protecionismo, favorecido por regimes de cunho fascista e por outras potências mundiais em reação à crise. Alguns dos países periféricos passaram a adotar também medidas protecionistas. O Brasil, que já adotara, muito antes da crise, medidas deste tipo para defender sua posição no mercado internacional do café, juntou-se ao grupo de países que "ameaçavam o livre mercado" depois da Revolução de outubro. Os EUA, empenhados na recomposição do mercado mundial, adotaram uma política de boa vizinhança, que não significava uma mudança nos interesses, mas sim nas táticas, em suma: menos porrete[118] e mais negociações diplomáticas.

[118] Alusão à expressão norte americana sobre a política intervencionista do *Big Stick.*

O maior mercado do café brasileiro era os Estados Unidos. Seguramente, a defesa do preço do café realizada no Brasil incomodava os EUA. Antes de ser presidente de seu país, Herbert Hoover se opôs à valorização brasileira, através de cartas escritas enquanto Secretário do Comércio dos EUA no ano de 1925. No mesmo ano, o Departamento de Estado norte americano vetou dois pedidos de empréstimo nos valores de 15.000.000 e de 25.000.000 a 35.000.000 de dólares feitos diretamente pelo Instituto do Café de São Paulo[119]. O dinheiro serviria para sustentar a valorização e por isso os pedidos foram negados.

Em fevereiro de 1930, o Inspetor Geral dos Bancos teve a audácia de multar em 3 milhões de dólares a agência de São Paulo do The First National City Bank, que tinha efetuado transações ilegais realizadas em nosso país. Através de telegramas, pode-se constatar que os norte americanos admitem as ilegalidades, mas recusavam-se a pagar a multa que absorveria todos os lucros do banco no país. Otávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores de Washington Luiz, defendeu o banco norte-americano, atacando o Inspetor Geral dos Bancos. Washington Luiz mandou o Ministro da Fazenda cancelar a multa. Foi recompensado pelo Embaixador dos Estados Unidos, Edwin Morgan, com um afago na cabeça: menos de um mês depois do cancelamento da multa este disse em um telegrama: "as relações entre Brasil e os Estados Unidos cada vez melhoram mais e esse Governo se esforça por isso" (BANDEIRA, 1973, p221). De fato, o Brasil que contraía empréstimos, importava e exportava especialmente da Europa viu seu comércio e suas relações financeiras com os EUA aumentarem exponencialmente em alguns anos.

Uma das primeiras medidas do governo provisório de Getúlio Vargas foi a não renovação do contrato de auxilio prestado por uma missão naval norte americana à Marinha brasileira. A justificativa para tal revogação foi a falta de dinheiro do Estado brasileiro. De fato, Vargas herdara um Estado afundado em dívidas, os saldos dos exercícios dos anos anteriores transformaram-se, em 1930, num déficit de 1.300.000 reis, todos os créditos do Banco do Brasil[120] no exterior se transformaram em dívidas. A taxa cambial fixa absorvia a maior parte dos recursos ouro do país, que já não chegavam para pagar a dívida externa. .

---

[119] Estes números astronômicos são mencionados por BANDEIRA, 1973 p 220.

[120] No dia 11 de novembro de 1930, logo após a vitória da Revolução, é designada uma Comissão de Devassa no Banco do Brasil.

Talvez a explicação financeira para a renovação do contrato com a Marinha estadunidense fosse sincera. Mas não deve ter faltado quem interpretasse esse rompimento de maneira política. De fatos, vários pequenos episódios afetaram as relações entre governo Vargas e os Estados Unidos. Desde o apoio à República Velha, a venda de armas para o governo Washington Luiz ao mesmo tempo em que se negava a venda de armas para os revolucionários de 30, passando pela demora em reconhecer o Governo Provisório e a não renovação do contrato de auxilio militar entre Marinhas.

Estas pequenas escaramuças entre o novo governo e os Estados Unidos continuaram até atingir um novo ápice no começo de 1931. No primeiro dia daquele ano, Vargas passou um decreto que favorecia a empresa de navegação Lloyd Brasileiro, da qual 90% das ações pertenciam ao governo brasileiro. Os usuários da empresa passaram a pagar 50% a menos de taxas consulares. Enquanto as empresas estrangeiras arcavam com uma série de taxas que não existiam antes da Revolução de Outubro de 30[121]. A medida enfureceu o governo norte americano e as empresas estadunidenses, que chegaram a ameaçar retaliação (BANDEIRA 1973, p. 230). O aumento do volume de transações da Lloyd Brasileiro se fez sentir imediatamente, aumentando a tonelagem de transporte em quase 30% em apenas um mês. O U.S Shipping Board e o departamento de Estado dos Estados Unidos tentaram, primeiro por baixo do pano e depois abertamente, revogar este decreto ou estendê-lo às empresas norte americanas. Acusavam o decreto de Vargas

---

121 *Art. 1º Os consulados e vice-consulados, brasileiros cobrarão, pela expedição ou pela legalização de documentos, os emolumentos estatuídos na tabela que a este acompanha, procedendo de acordo com o regulamento a ela anexo.*

1. Legalização do manifesto de carga de um navio, de qualquer porto estrangeiro para qualquer porto do Brasil:

De 100 toneladas ou menos.....	*5$000*
De mais de 100 até 200 toneladas.....	*10$000*
De mais de 200 até 300 toneladas.....	*15$000*
De mais de 300 até 400 toneladas.....	*20$000*
De mais de 400 até 500 toneladas.....	*25$000*
De mais de 500 até 1.000 toneladas.....	*30$000*
De mais de 1.000 até 1.500 toneladas.....	*35$000*
De mais de 1.500 até 2.000 toneladas.....	*40$000*
De mais de 2.000 até 2.500 toneladas.....	*45$000*
De mais de 2.500 até 3.000 toneladas.....	*50$000*
De mais de 3.000 até 4.000 toneladas.....	*55$000*

Acima de 4.000 toneladas até o limite de 20.000, mais 5$000 por 4.000 toneladas ou fração. As embarcações de tonelagem superior pagarão por 20.000 toneladas. Além das tonelagens exportadas as nações estrangeiras deveriam pagar uma série de aproximadamente 70 outras taxas arroladas no decreto n 19.546 (DECRETO Nº 19.546, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1930).

de violar a soberania marítima norte americana. O Estado norte americano ameaçava usar sua constituição através da *Section 26 of Shipping Act*[122] para retaliar o decreto. Vargas não cedeu, mas um novo confronto entre os dois países se avizinhava. No dia 10 de abril de 1931 o Governo Provisório assinou decreto-lei anulando a renovação da concessão outorgada para a atuação da Agência Americana no Brasil. Esta empresa jornalística, acumulara diversas dívidas não liquidadas com o Estado brasileiro. Durante a República Velha, abriu falência e trocou de nome para evitar o pagamento da dívida e renovar sua concessão. Getúlio Vargas através de decreto federal cassou a concessão da empresa e exigiu a restituição da dívida[123].

No fim de 1931, um caso de corrupção e sonegação das empresas de petróleo norte americano no Brasil, que já havia sido denunciado em 1928, voltou à tona. Desta vez os Estados Unidos temiam que suas empresas fossem duramente multadas pela Recebedoria do Distrito Federal. Neste caso, ainda mais importante para o governo norte-americano do que as pelejas pelo transporte marítimo, a embaixada norte-americana interferiu diretamente (BANDEIRA, 1973, p 232).

Durante o levante de 1932, São Paulo teve dificuldades financeiras para sustentar sua máquina de guerra, tentando então obter recursos de três bancos ingleses. O secretário da fazenda de São Paulo foi informado de que tal iniciativa "afetaria negativamente o crédito de São Paulo". Os paulistas então abandonaram a ideia (LOVE 1982, p 289). Mas o Professor Manuel José Ferreira[124], que estava nos Estados Unidos, não teve nenhum problema para comprar armas e munições para os rebeldes paulistas. O dinheiro utilizado havia sido doado por um industrial de nome Alberto Byington Jr[125], que operava em Nova York. (BANDEIRA, 1973, p 236 e 237). Também durante o levante, o governo norte americano ignorou a proibição feita pelo Governo Provisório de aportar dois de seus navios em Santos (cidade dominada pelos sediciosos) em forte contraste com o respeito que tiveram em relação aos pedidos de Washington Luiz durante a Revolução de 1930. Os navios americanos só pararam de aportar nas zonas controladas pelo movimento paulista quando a Marinha Brasileira impôs um bloqueio naval (ibidem p 233).

---

[122] Maiores informações em BANDEIRA 1973, p 229-232.
[123] Decreto do Governo Provisório de 10 de Abril de 1931. Assinado por Getúlio Vargas.
[124] Diretor da Faculdade Fluminense de Medicina e médico do Departamento Nacional de Saúde Pública.
[125] Um dos principais responsáveis pelas transações financeiras do movimento de 1932. Organizava o dinheiro recebido dos cafeicultores e das doações através dos bancos e instituições financeiras. Possibilitava a compra de material bélico no exterior.

O uso dos cabos telegráficos norte americanos pelos rebeldes também foi motivo de disputa. A empresa *All American Cables* se recusava a interromper as linhas paulistas com o exterior como pedia o Governo Provisório. A situação mudou quando Vargas ameaçou proibi-la de atuar no Brasil. Rapidamente, a empresa norte americana desligou as linhas de transmissão que os paulistas usavam para se comunicar através de Montevideo (ibidem p, 234).

Alguns resultados econômicos das políticas do Governo Provisório.

O resultado de uma derrota militar em uma guerra civil poderia ser desastroso para os derrotados. No entanto Getúlio Vargas manteve sua postura conciliatória. A principal prova deste viés são as concessões que ele fez antes e depois do episódio de 1932. Tais concessões, como salientou Joseph Love, não foram só políticas, mas também econômicas:

> Quando terminou a sublevação de 1932, Vargas tudo fez para 'não humilhar' os paulistas. Por mais amargos que tenham sido os termos do armistício para os que alimentavam um orgulhoso sentimento regionalista, foram certamente adoçados pelas concessões econômicas feitas aos derrotados. (LOVE 1982, p 360)

A mais importante dessas concessões foi o Reajustamento Econômico, "um programa de emissão de títulos aos credores brasileiros dos cafeicultores posto em prática pelo governo federal" (LOVE, 1982 p.360), que transferiu parte do ônus dos prejuízos do setor cafeeiro ao resto da população. Este programa, iniciado em abril de 1933, tratou de cancelar metade do débito hipotecário dos cafeicultores paulistas endividados, reduzindo também as taxas de juros dos empréstimos deste tipo. Parte das dividas que não foram canceladas foram assumidas pela União através de títulos aos credores. Dos créditos transferidos pelo programa, entre 1934 e 1945, 54% foram para São Paulo. Vargas considerava o Reajustamento Econômico um meio de neutralizar os efeitos negativos de sua política econômica, no que se referia aos interesses dos fazendeiros. (LOVE, 1982 p.360)

Se levarmos em conta a série de intervenções federais em prol da economia paulista, antes e depois de 1932, os empréstimos do Banco do Brasil e o Reajustamento Econômico, todas estas medidas tomadas pela União, fica difícil aceitar a tese do movimento de 1932 de que São Paulo era explorado pelo resto do país. Pelo contrario,

ao menos nas questões fiscais e nas dividas o Governo Provisório defendeu o Estado paulista como pode. Afinal São Paulo era o Estado de maior produção do país; defender a economia paulista era defender a economia brasileira. A principal diferença de atuação em relação à República Velha se dava na proteção dada aos Estados ditos "periféricos". A percepção econômica do Governo Provisório era de que o Brasil não podia depender só do café ou de São Paulo; daí a consequente tentativa de diversificar a economia brasileira.

Basta uma rápida consulta aos dados orçamentários de São Paulo para notar que esta tentativa de diversificação da produção não afetou a renda paulista. Pelo contrário, mesmo com o aumento gradual de dívidas, o aumento da renda foi bastante grande. Em 1930, São Paulo gerou 418 mil contos de reis de receita. Já em 1935 este valor era de 657,1 mil contos de réis, saltando em 1940 para 828,2 mil contos de réis (LOVE, 1982, p413-422. Todos estes números estão em valores correntes). Durante este período a receita federal destinada a São Paulo diminuiu, aumentando-se o investimento em outros Estados. Mesmo assim a receita paulista só aumentou.

A capacidade industrial paulista sofreu um forte baque durante a crise de 1929 com cerca de 22% das fábricas paulistas fechando em 2 anos (1928-1930), vale notar que entre 1931 e 1932, período de preparação para a guerra civil de 1932, alguns ramos, como o de minerais, de materiais elétricos, de papel, a indústria do transporte e a indústria alimentícia aumentaram a produção. Não dispomos de elementos para relacionar a preparação para a guerra com este crescimento setorial de algumas indústrias. Nem por isso a indústria paulista deixou de sentir os efeitos da crise, como assinalou Wilson Suzigan:

> A indústria de São Paulo ressentiu-se visivelmente das condições econômicas anormais resultantes da depressão mundial verificada a partir de fins de 1929. Tanto o número de fábricas diminuiu (menos 22,2% em 1930, relativamente a 1928), como o número de operários (menos 20% no mesmo período). A produção real da indústria de transformação caiu 12% entre aqueles dois anos, ao passo que a produção em termos nominais decresceu cerca de 16% , o que indica, portanto, ter havido queda no nível absoluto dos preços dos produtos industrializados. (SUZIGAN 1971, p 94 e 95)

O ano de 1931 marca o começo da recuperação da indústria paulista, que até 1932 registrou números em média inferiores a 1928. Em 1933, começou o maior surto industrial paulista até então. As principais explicações para este surto são as medidas

protecionistas da indústria nacional tomadas pelo Governo Provisório, combinadas à redução das importações (provocada primeiramente pela crise de 1929 e posteriormente por medidas de controle cambial do governo[126]). A diversificação da produção industrial paulista é um dos pontos mais notáveis da industrialização do período.

Este surto industrial é bem sintetizado por Bresser Pereira:

Dessa forma, em 35, a produção industrial brasileira já era 27 por cento maior do que a de 1929 e 90 por cento maior do que a de 1925. Entre 20 e 29 foram criados 4.697 estabelecimentos industriais contra 12.232 no decênio seguinte. Estava lançado o desenvolvimento industrial brasileiro. (PEREIRA, 1968 p 35).

Enquanto Bresser identifica uma das principais causas do surto industrial na política econômica da Revolução de 1930. Celso Furtado ressalta uma certa inconsciência de projeto que, apesar de não calculado, ocasionou no processo de substituição das importações. Já Pedro Paulo Zahluth Bastos expõe a consciência industrializante das medidas político económicas dos anos 30 e Wilson Suzigan reforça que a diversificação produtiva e o crescimento da geração de energia, em São Paulo, feito basicamente através da energia hidráulica, foram fatores importantes para a industrialização. Segundo Suzigan:

Enquanto em 1919 as indústrias tradicionais, dentre elas, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, fumo e mobiliário, eram responsáveis por cerca de 70% do valor adicionado pela indústria como um todo, em 1939 sua participação tinha caído para 56,7%. Embora ainda representassem a parte mais significativa da indústria do Estado, é evidente a mudança estrutural ocorrida com as indústrias chamadas dinâmicas (metalúrgica, mecânica, material elétrico e material de transporte e química), praticamente dobrando sua participação na produção total.(...) Entre 1935 e 1939, a capacidade instalada da indústria de energia elétrica aumentou 64,4%, o que dá uma taxa anual de crescimento de 13,3% (SUZIGAN, 1971, p 101 e 102).

[126] Estas medidas culminam no monopólio cambial exercido pelo Banco do Brasil através de um decreto de dezembro de 1937.

Em 1940 São Paulo concentrava 28,8% dos estabelecimentos industriais, 34,9% dos operários e 37,4% da força motriz. Aquele ano marcou a consolidação da posição do Estado de São Paulo como maior potência industrial do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto mais se partir tempos a fora mais nos tempos de agora se estará. Trecho da música Cicatrizes composta por Paulo Cesar Pinheiro**.**

Quando começamos a pesquisar o tema notamos que boa parte dos trabalhos consagrados à "revolução constitucionalista" de 1932 atropelava a cronologia, de maneira a reforçar os aspectos constitucionalistas do levante, em detrimento de um complexo de outras motivações suscetíveis de explicar o levante paulista. Entre elas, sem dúvida, a vontade de recuperar a posição hegemônica perdida depois de outubro de 1930.

O desenvolvimento da pesquisa confirmou o caráter apologético das aludidas inconsistências cronológicas. Tanto os protagonistas do levante, quanto os historiadores que trataram do tema, deixaram sintomaticamente em segundo plano todas as explicações plausíveis da ruptura com o governo provisório de Getúlio Vargas que não contribuíssem para justificar o caráter essencialmente constitucionalista do movimento desfechado em julho de 1932.

Acreditamos ter encontrado hipóteses com poder explicativo maior do que a motivação normalmente consagrada pela historiografia. Longe de nós a pretensão de ter esgotado neste trabalho o levantamento e a fundamentação de tais hipóteses. Esperamos apenas ter logrado contribuir para um exame crítico da versão predominante na historiografia acadêmica e na literatura politica.

O recurso político da memória construída.

Tanto Vargas e os varguistas quanto os defensores do movimento paulista de 1932 colocaram a memória a serviço de suas opiniões. A utilização política da memória de Vargas foi inaugurada e construída por ele mesmo: como notam Bastos e Fonseca "foi o próprio Vargas quem inaugurou o uso de sua memória como recurso político: reagindo com o suicídio perante o ultimato de seus inimigos" (BASTOS E FONSECA [orgs] 2011, p. 8).

O recurso ao suicídio para preservar seu legado político parece ter sido uma ideia recorrente ao longo de sua vida política. Na própria crise do levante paulista de 1932 Vargas teria deixado uma carta testamento, como a de 1954, na qual dizia que, caso os sediciosos vencessem militarmente, teriam como resposta o suicídio do líder da

Aliança Liberal. A mais recente biografia de Vargas (Lira Neto 2013 página 97 e seguintes), mostra com razoável documentação que Getúlio, em 1930 assim como em 1932, tinha como plano definitivo em caso de derrota, "sair da vida para entrar na história". Existem no mínimo três testemunhas da resolução de Vargas de só abandonar o governo em 1932 dentro de um caixão, são eles Oswaldo Aranha, Goes Monteiro e Alzira Vargas, filha de Getúlio. O suicídio, em 1954, obteve o resultado que ele desejava: ao se matar derrotou politicamente os que o pretendiam assassiná-lo moralmente e conferiu a seu projeto a força imensa da paixão popular.

Para o bem e para o mal os ecos de Vargas e do movimento de 1932 chegam até os dias de hoje. Lembramos algumas passagens da história em que o espectro de Vargas é evocado, notando como este nome e tema polarizam a sociedade brasileira em alguns de seus momentos mais significativos desde 1930 até os dias de hoje: parece-nos importante levar em conta, para a compreensão dessa luta ideológica que já dura mais de oitenta anos, outros momentos decisivos em que se enfrentaram os mesmos protagonistas, nomeadamente o golpe anti getulista de 29 de outubro de 1945, a campanha pela renúncia de Getúlio, que o levou ao suicídio em 24 agosto de 1954 e o golpe de 31 de março de 1964, que derrubou João Goulart. As diferenças notáveis entre esses três movimentos golpistas e o de 1932 estão em que o Exército apoiou Getúlio para derrotar o levante paulista, ao passo que em 1945 e 1954 mobilizou-se contra ele e, em 1964, contra seu herdeiro político. Não pediremos a essas analogias mais do que elas podem razoavelmente oferecer: dimensionar a perspectiva histórica do confronto entre getulismo e anti getulismo. É notável, em especial, que a palavra de ordem implícita da FUP, *Constituinte sem Getúlio*, fracassou em 1932, mas triunfou em 1945.

Em 1964, no primeiro dia depois do golpe e 10 anos depois da morte de Getúlio, a *Folha de São Paulo*, glorificando o movimento que derrubara João Goulart, exaltou a então chamada revolução de 1964 como o final do legado varguista. No mesmo primeiro de abril de 1964, o *Estado de São Paulo* publicou um artigo com o título de "São Paulo repete 1932". Nas marchas da "família com deus pela liberdade" realizadas em apoio ao golpe militar de 1964, ouviram-se as bandas militares que acompanhavam os protestos tocando marchas do movimento de 1932. Uma das preferidas era *Paris Belfort*, hino do movimento paulista. A memória de 1932 como um momento de glória empurrava decididamente a população civil em apoio ao golpe.

Não surpreende que na construção da memória do movimento se enfatize o caráter democrático e constitucionalista do movimento, mas a evocação de 1932 no

contexto de 1964 serviu para sustentar um golpe antidemocrático, que iria rasgar por diversas vezes a constituição. Não que todos os golpistas de 1964 se considerassem continuadores de 1932. Sintomaticamente, um mês depois do golpe, em um discurso proferido no 1º de Maio, em homenagem aos trabalhadores, Castelo Branco recém empossado como presidente da ditadura, elogia o povo paulista fazendo alusão ao levante de 1932: "(...) a grandeza de São Paulo não reside apenas na sua riqueza(...)", mas também "na indômita vocação constitucionalista de seu povo(...) tantas vezes expressas pelas ideias e pelo sangue" Este discurso foi reproduzido no jornal o *Estado de São Paulo* do dia 3 de maio de 1964. É curioso notar que a referência ao levante de 1932 é clara, mas apenas indireta. Em nenhum momento Castelo Branco chega a falar da chamada "Revolução Constitucionalista"; fala apenas da "indômita vocação constitucionalista" dos paulistas. Uma hipótese para explicar esta alusão indireta pode vir do fato de que o movimento de 1932, apesar de ser generalizadamente aplaudido pelos paulistas não o é pelo resto do país. Muitos dos militares que participaram do golpe de 1964 não tinham uma visão regionalista do Brasil.

Uma última observação. Bem sabemos que a memória histórica é construída pela posteridade, visando a justificar com exemplos do passado os projetos e as aspirações do presente. Para que o historiador ficasse plenamente imune à construção cultural da memória, seria preciso que ele fosse completamente indiferente aos interesses e valores em jogo nos embates políticos. Só assim poderia permanecer perfeitamente neutro. Não é essa postura exterior ao movimento da sociedade que se deve exigir do historiador, mas sim um respeito sem falhas à objetividade, que não é uma construção ideológica, mas uma reconstrução dos fatos, os quais por sua vez têm de ser laboriosamente estabelecidos. Contribuiremos mais para a compreensão dos fatos econômicos e políticos se admitirmos nosso enraizamento social e cultural e procurarmos, a partir dele, vale dizer, explicitando nossas convicções, caminhar rumo à objetividade com lucidez, abertura de espírito e compromisso irrestrito com o conhecimento.

Bibliografia.

ABREU, Marcelo Santos de. “Luto e culto cívico dos mortos: as tensões da memória pública da Revolução Constitucionalista de 1932”.In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 105-123 – 2011.

ABREU, M. P. (org.). (1989) A Ordem do Progresso; Cem Anos de Política Econômica Brasileira: 1889-1989. Rio de Janeiro, Campus.

ABUD, Kátia Maria. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1985. (Doutorado);

ADDUCI, Cássia Chrispiniano. *A “Pátria Paulista”: O separatismo como resposta à crise final do império brasileiro.* Ed. Arquivo do Estado, São Paulo, 2000.

AMARAL, Antônio Barreto do, Dicionário Histórico de São Paulo. São Paulo, Ed do Governo do Estado de São Paulo, 1980.

ANDRADE, Oswald de. *Marco Zero: a revolução melancólica*. 2a ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANDRADE, Antônio de. 1932 Os deuses estavam com sede. Ed. Stiliano, Lorena, 1997.

APPELBAUM, Nancy P., MACPHERSON, Anne & ROSEMBLATT, Karin A. Race and Nation in Modern Latin America. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2003.

ASTORINO, Eduardo Sanchez e Junior, Mauro Rodrigues. The Great Depression in Brazil. Palestra concedida na ANPEC(Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia) de 2012 texto disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro_2012.htm#AREA_2

BANDEIRA, Moniz, Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1973.

BARRETO, João de Deus Noronha Menna, Os Menna Barreto- Seis gerações de soldados 1769-1950. Ed. Laemmert, Rio de Janeiro,1950.

BARROS, João Alberto Lins de. Memórias de um Revolucionário. 1ª parte a marcha da coluna. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1954.

BARROSO, Gustavo. A sinagoga paulista. Ed ABC, Rio de Janeiro, 1937.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs) *A Era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo, Ed. Unesp, 2012.

BEIGUELMAN, Paula. Os companheiros de São Paulo. São Paulo. Ed. Simbolo, 1977.

BERCOVICI, Gilberto. Tentativa de Instituição da democracia de massas no Brasil: Instabilidade constitucional e direitos sociais na era Vargas(1930-1964). In *História do Direito em perspectiva*. Do Antigo regime à modernidade. 2008

BEZERRA, Holien Gonçalves. O jogo do poder. Revolução Paulista de 1932. Ed Moderna, 1989, São Paulo.

BEZERRA, Holien Golçaves. Artimanhas da dominação: São Paulo-1932. USP, São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História Econômica, 1982 (Doutorado).

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. Companhia das Letras, 1992,São Paulo.

BOSI, Alfredo. Ideologia e Contra ideologia. Companhia das Letras,2010, São Paulo.

BUONICORE, Augusto C. 1932 A revanche Oligárquica. 2003. Disponível em: http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=30&id_noticia=601 Acesso realizado em dezembro de 2014.

BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: História de uma esperança e muitos desenganos. Ed Brasiliense, São Paulo,1979.

BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e Revolução brasileira. Ed Brasiliense, São Paulo, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. Memória Paulista. EDUSP, São Paulo 1997.

BORGES, Vavy Pacheco. 1932: São Paulo e o Brasil. 2002. Disponível em: http://www.miniweb.com.br/historia/artigos/i_contemporanea/pdf/testemunha_32.pdf Acesso realizado em dezembro de 2014.

CABANAS, João. *Os Fariseus da Revolução*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932.

CAETANO, Coraly Gará. Desvendando mistérios: Roberto Simonsen e a luta de classes. Campinas, UNICAMP-IFCH, Departamento de História, 1994. (Doutorado);

CAMPANA, Priscila. O Mito da Consolidação das leis trabalhistas como reprodução da Carta Del Lavoro. Revista Jurídica da Universidade Regional de Blumenau. (Online) Vol. 12. Num.23 de 2008. URL:http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/835/657.Acessado em janeiro de 2014.

CAMPELLO, Maria Do Carmo. "O processo político-partidário na República Velha", in *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1969.

CAMPOS, Alzira Lobo de A. Tempos de viver: Dissidência comunista em São Paulo (1931 - l936). Tese de livre docência em metodologia da história, FHDSS Unesp/Franca, l998.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza, FERREIRA, Jhonatan Uily Gomes. Pérolas Negras: a participação de mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932. Revista Eletrônica Trilhas da História. Disponível em: http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/470 (ultimo acesso setembro de 2015).

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Ed Difel, São Paulo, 1977.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino, imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Alfa Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932 a causa paulista*. Brasiliense, São Paulo. 1981.

CAPELATO, Maria Helena. Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945. Brasiliense, 1989, São Paulo.

CARONE , Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. São Paulo. Ed São Paulo: 1965.

CARONE, Edgard. A segunda República (1930-1937). Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1973.

CARONE, Edgard. A República Velha Instituições e Classes Sociais. Difusão Europeia do livro, São Paulo, 1970.

CARVALHO, Florentino de. A guerra civil de 1932 em São Paulo. Solução immediata dos grandes problemas sociaes. Ed Ariel. São Paulo, 1932.

COHEN, Ilka Stern. Quando Perder é vencer. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Ano 7, n 82, p21, julho de 2012.

Comissão Executiva Provisória da Liga Comunista. *Aos Trabalhadores do Brasil.* Boletim da Opposição, Jan 1931.

CONNIF, M. "Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da revolução de 30", in *Os militares e a Revolução de 30*, Rio de janeiro, Paz e Terra, 1979.

COSENZA, Apoena C. Um partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935. São Paulo, 2012. FFLCH-USP. Programa de História Económica. (Dissertação de mestrado).

COSTA, Emília Viotti da. *1932: Imagens contraditórias*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1982.

COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945) USP-FFLCH- Departamento de História Econômica, 2007 (Doutorado).

COSTA, Wilma Peres da. LORENZO, Helena Carvalho de(ORGS). A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. UNESP, São Paulo, 1998.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Ed Laemmert & Cia, Rio de Janeiro, 1902.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O pequeno exército paulista*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1977.

DEAN, Warren. The industrialization of São Paulo. Austin, University of Texas Press, 1969.

DE PAULA, Jeziel. *Imagens construindo a história: A fotografia na difusão do imaginário constitucionalista de 32*. São Paulo, Unicamp-IFCH- Departamento de História, 1996 (Mestrado).

DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

DINIZ, Almachhio Gonçalves. São Paulo e sua guerra de secessão. Ed Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro, 1932.

DJUROVIC. Camila Alvarez. “A revista Movimento Comunista e a formação do Partido”. Projeto de Iniciação Científica. Departamento de História da Universidade de São Paulo. 2013.

DOMINGUES, Petrônio José. Uma história não contada: Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. Ed Senac, São Paulo, 2003.

DOMINGUES, Petrônio José. Os “Pérolas Negras”: A participação do negro na revolução constitucionalista de 1932. Revista Afro-Ásia No 29/30, P. 243. 2000

Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n29_30_p199.pdf Consulta realizada em março de 2015.

DOMINGUES, Petrônio José. A nova abolição. Ed Selo Negro, São Paulo, 2008.

DUARTE, Paulo. Que é que há?... Pequena história de uma grande pirataria. São Paulo,(sem editora) 1931.

DUARTE, Paulo. Palmares pelo avesso. São Paulo, Instituto Progresso Editorial,1947.

DULLES, John W. Foster. Anarquistas e Comunistas no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

ELLIS, Alfredo Jr. Confederação ou Separação. Piratininga, 1932, São Paulo.

ELLIS, Alfredo Jr. A nossa guerra. São Paulo. Piratininga, 1933, São Paulo.

ELLIS, Alfredo Jr. Primeiros troncos Paulistas. Ed Brasiliana, São Paulo, 1936.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Florestan. "A revolução constitucionalista", *in Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 132, p. 23-35, mar, 1949.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*, São Paulo, Martins, 1954.

FLORINDO, Marcos Tarcisio. A grande repressão de 1932 em São Paulo. 2012, disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/artigo.agranderepressao.pdf(ultima consulta realizada em novembro de 2014)

FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Airton Cerqueira L.(organizadores) História do Direito em Perspectiva. Do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba, Ed. Juruá, 2011.

FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, Rio de janeiro, Ed. Forense, 1989.

FONT, Mauricio. "Padrões de ações coletivas dos plantadores paulistas de café" SORJ, CARDOSO, F.H., FONT, M.(org.) Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense,1985.

FURTADO, Celso. *Formação Económica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

FONTOURA, João Neves de. Por São Paulo e pelo Brasil. Sem local de edição e sem editora. 1932.

FONTOURA, João Neves de. Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930 II Volume. Porto Alegre, Ed Globo, 1963.

GERTEL, Noé e FEIJÓ, Martin Cezar. 1932: A guerra civil paulista. São Paulo, Ed Ática, 1998.

GOMES, Ângela Maria de Castro (org). Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

HILTON, Stanley. 1932 A Guerra Civil Brasileira, Rio de janeiro, Nova Fronteira, 1982.

JOFFILY, José. Revolta e Revolução. Cinquenta anos depois. Paz e Terra, São Paulo 1979.

JUNIOR, Queiroz. Memórias sobre Getúlio. Editorial COPAC. Rio de Janeiro, 1957.

KLINGER, Bertoldo. Narrativas Autobiográficas. Rio de Janeiro, O Cruzeiro 1949-1953,7v.

LEITE, Aureliano. Causas e objetivos da revolução de 1932. *In Revista de História*, São Paulo, v. 25, p. 139-166, 1962.

LEITE, Aureliano. Memórias de um Revolucionário. Sem Editora, São Paulo, 1931.

LOVE, Joseph. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. A Locomotiva. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

LIMA, Soraia Herrada Costa. *Julio de Mesquita Filho:* O *discurso como elo entre o líder civil* e o *jornalista na cobertura da Revolução de 32 pelo jornal O Estado de S. Paulo.* São Paulo ECA-USP- Departamento de Jornalismo, 2008 (mestrado).

MARTINS, Franklin. Quem foi que inventou o Brasil? A música popular conta a história da República. Volume 1- de 1902 a 1964. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2015.

MARTINS, José de Souza. São Paulo no século XX. São Paulo, Imprensa Oficial,2001.

MELLO, Luiz Vieira de. Renda-se Paulista! Lorena, (sem editora) 1932.

MOREIRA, Albertino G. Os Actos do Governo do Estado de S. Paulo, no Período da Revolução Constitucionalista, em Face do Direito. Revista dos Tribunais RT 112/04 mar./1938

MORAES, João Quartim de. A Esquerda Militar no Brasil Volume II. Da Coluna à Comuna. São Paulo, Ed. Siciliano,1994.

MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil(1917-1964) Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas(Departamento de História Econômica). São Paulo, 2000.

MOUTINHO, Jessita Maria Nogueira. *"Civil e Paulista": Um interventor para São Paulo a política Estadual de 1930-1934*. São Paulo USP-FFLCH- Departamento de Sociologia, 1988 (Doutorado).

NOGUEIRA FILHO, Paulo de Almeida. *Ideais e lutas de um burguês progressista. A guerra cívica 1932. Vol. I Ocupação Militar*, Rio de janeiro, José Olympio, 1965.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Os novos bárbaros: Escritores e comunismo no Brasil(1928-1948). Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) Departamento de História (DOUTORADO).

PAULA, Lafayette Soares de, São Paulo um ano após a guerra- 1932-1933. Ed Calvino, Rio de Janeiro, 1934.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, meu pai. Ed. Globo, Porto Alegre, 1960

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967. Rio de Janeiro, Ed Zahar, 1968.

PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariategui. Revolução Russa, história, política e literatura. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

PERISSINOTTO, Renato M. Classes dominantes e hegemonia na República Velha. Campinas, Ed. Unicamp,1994.

PERISSINOTTO, Renato M. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889 – 1930)*, 2 tomos, São Paulo, Ed.Fapesp e Ed. Annablume, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista. Revista USP 13(1992) P. 78-87.

REIS, Elisa. ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de, FRY, Peter (orgs). Política e Cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas. Ed Hucitec, São Paulo, 1996.

RAO, Vicente. Direito de familia dos soviets. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1931.

SANTOS, Marco Cabral do; MOTA, André. *São Paulo memória, mito e identidade*. São Paulo Ed. Alameda, 2010.

SANTOS, Marcos Cabral dos. O espírito que não descansa. Carta Capital. São Paulo, ano XV, n 604, p 48, julho de 2010.

SALGADO, Júlio Marcondes. "Vida militar e epopeia de 1932". *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 137, p. 87-108, out./dez. 1950.

SALGADO, Plínio. *O Cavaleiro de Itararé.* São Paulo, Unitas, 1933.

SCHMIDT, Afonso. *A Locomotiva: a outra face da revolução de 1932*. 2a ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.

SILVA, Hélio Ribeiro da. *1931: os tenentes no poder* . 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Hélio Ribeiro da. *1932: a guerra paulista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira, MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexandre Martins. (Orgs) Dicionário crítico do pensamento da direita. Ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro, Faperj; Mauad, 2000.

SIMÕES, Auriphebo Berrance. Um punhado de nada: São Paulo-1932. Ed Brasiliense, São Paulo, 1979.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*, Rio de janeiro, Editora Saga, 1969.

SOBRINHO, Manoel de Oliveira Franco. História Breve do Constitucionalismo no Brasil. Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional. Revista dos Tribunais: vol. 1 p. 253, Maio de 2011.

SOUZA, José Inácio de Melo. O Estado contra os meios de comunicação, 1889-1945. Ed. Annablume, 2003.

SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Número 25 Abril/Junho de 1971.

TAVORA, Juarez. Memórias, *A caminhada no altiplano*, vol 11, Rio de janeiro, José Olympio, 1974.

TAUNAY, Affonso de E. Pequena História do Café no Brasil (1727-1937), Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945.

TOLEDO, João. São Paulo. Variações sobre motivos da história paulista. Imprensa Metodista, São Paulo, 1939.

VARGAS, Getúlio Dorneles. O Ano de 32: a revolução ao norte. In: "*A nova política do Brasil*". v.2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938

VINHAS, Moises. O Partidão. A luta por um partido de massas 1922-1974. Ed. Hucitec, São Paulo, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. The Color of Modernity. São Paulo and the making of Race and Nation in Brazil. Duke University Press. New York, 2015.

ZAIDAN, Michel Filho. PCB(1922-1929) Na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo. Ed Global, 1985.